

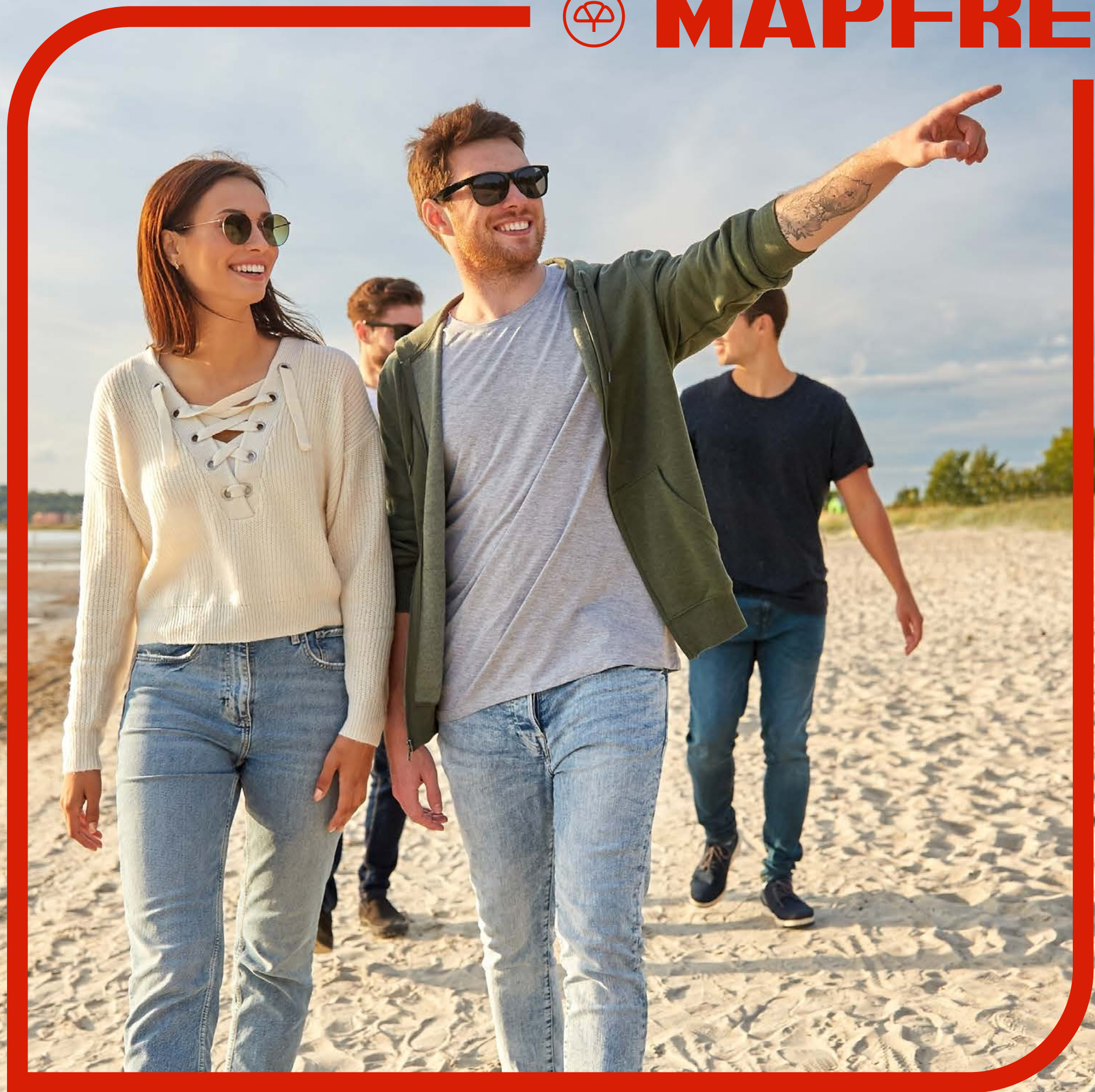


**MAPFRE**

**2022**

# RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.



# Índice



**01**

Órgãos  
sociais **PÁG. 3**



**02**

Relatório  
de gestão **PÁG. 5**



**03**

Contas  
anuais  
2022 **PÁG. 27**



**04**

Notas às  
demonstrações  
financeiras **PÁG. 39**



**05**

Certificação  
legal das contas  
e relatório e  
parecer do  
conselho fiscal **PÁG. 121**

# 01

## Órgãos sociais



## Conselho de Administração

(2021-2024)

### **Presidente**

Luis Anula Rodriguez

### **Secretário**

Pedro Ribeiro e Silva

### **Vice-Presidente**

Vítor Manuel da Silva Reis

### **Vogais**

Javier del Rio Martín

Pedro Ribeiro e Silva

## Conselho Fiscal

(2021-2023)

### **Presidente**

José Ferreira Machado

### **Suplente**

José Gabriel Chimeno

### **Vogais**

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

## Mesa da Assembleia Geral

(2021-2024)

### **Presidente**

José Manuel Inchausti Pérez

### **Secretário**

Pedro Ribeiro e Silva

## Sociedade Revisora Oficial de Contas

(2021-2023)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,  
representada por José Manuel Horta Nova Nunes

### **Suplente**

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio

02

# Relatório de gestão



# PRINCIPAIS INDICADORES

Em termos socioeconómicos, o ano 2022 foi complexo e um pouco adverso, associado ainda aos efeitos negativos da pandemia, com mais impacto nos sistemas de saúde e nas cadeias logísticas, e ainda a reerguer-se, surgiu o conflito armado na Ucrânia com invasão deste país por parte da Rússia, tornando o ano particularmente desafiante.

Este acontecimento teve consequências imediatas causando um conjunto de constrangimentos no decurso normal da atividade económica. Trouxe incertezas e turbulência em torno dos produtos como o gás, o petróleo e os produtos agrícolas, em particular os cereais.

**A MAPFRE seguiu o seu objetivo na proximidade e a *performance* global dos dois segmentos, Vida e Não Vida, alcançou um volume de vendas de cerca de 6 mil milhões de euros**

## RESULTADO LÍQUIDO

1,40M  
€

## CAPITAL PRÓPRIO

31,2M  
€

## ATIVO

332M  
€

## PASSIVO

301M  
€

## RÁCIO DE SOLVÊNCIA

309%

## PESSOAS

83  $\frac{49\% \text{ Mulheres}}{51\% \text{ Homens}}$

## MÉDIA DE IDADE

43,3 Anos

## MÉDIA DE ANTIGUIDADE

12,8 Anos

## FORMAÇÃO DE COLABORADORES

724 Horas  
Presencial e *online*



## 01 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

O surgimento do conflito armado na Ucrânia causou um grande impacto na economia mundial e com consequências socioeconómicas negativas e um clima de incertezas que marcaram o ano 2022.

Numa tentativa de caracterizar de forma sumária o ano 2022 em termos socioeconómicos, talvez se possa dizer que foi, no mínimo, desafiante. Não que os anos precedentes não tenham sido exigentes, mas porque em 2022 surgiram novos e fortes impactos sem que se tivessem dissipado ainda os efeitos da pandemia que afetou os anos anteriores.

Com efeito, quando o mundo, num processo que parecia estar no bom caminho, se tentava reerguer dos impactos económicos negativos da pandemia que foram especialmente relevantes nos sistemas de saúde e nas cadeias logísticas, surgiu um conflito armado na Ucrânia com invasão deste país por parte da Rússia.

Tal acontecimento teve como consequência imediata uma série de constrangimentos no curso normal da atividade económica, provocados, desde logo, pelo clima geral de desconfiança e incerteza que uma guerra inevitavelmente gera e, depois, mais em concreto, pela turbulência em torno dos produtos energéticos - gás e petróleo - bem como dos produtos agrícolas, nomeadamente os cereais.

A Europa Central, coração da União Europeia, que ao longo dos últimos anos, em resultado de tomadas de decisão

## A guerra na Ucrânia está afetar as pessoas, os países e as economias mais vulneráveis com enorme e inevitáveis consequências a longo prazo

talvez pouco avisadas, se tornou bastante dependente do fornecimento de gás oriundo da Rússia, viu-se na contingência de ter que diversificar geograficamente as suas compras de energia, defrontando-se com a falta de capacidade de resposta imediata dos mercados alternativos à forte procura de que foram alvo, o que levou a um aumento enorme dos preços que rapidamente se transferiu para a produção de bens e serviços e daí para os consumidores, num processo inflacionista do qual já não havia memória.

Os cereais, produto agrícola essencial à confeção de outros produtos básicos para a sobrevivência humana, estiveram retidos em navios, privados de sair dos portos Ucrânicos durante largos meses, ameaçando agravar a fome em alguns países africanos e provocando por todo o mundo uma espiral de subida de preços dos bens alimentares, bem como falhas de certos produtos nas prateleiras dos supermercados.

A tendência inflacionista, que já se notava no ano anterior em consequência da pressão exercida pela retoma da atividade económica pós-pandemia, viu-se, assim, alavancada e embora, num momento inicial, os bancos centrais por todo o mundo tenham tentado encará-la como pontual, a realidade é que, perante a sua persistência,

não tiveram outra alternativa para a controlar que não fosse tocar nas taxas de juro de cedência de liquidez, num processo gradual de incremento que muitos especialistas indicam não ter terminado ainda, o qual provocou uma subida acentuada das taxas das obrigações de dívida pública e da taxa de referência Euribor comumente utilizada como indexante nos financiamentos bancários.

Como consequência natural desta política monetária, a generalidade das previsões aponta para um arrefecimento económico nos próximos anos, traduzido em taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mais reduzidas ou, até mesmo, o aparecimento de uma recessão em alguns países.

Em Portugal, o efeito do contexto pandémico na economia foi bastante acentuado no ano 2020, no qual o PIB apresentou uma evolução negativa de 8,4%, substancialmente pior quando comparada com o decréscimo de 2,8% médio mundial nesse ano.

Já em 2021, o o produto interno bruto encetou uma recuperação, apresentando um crescimento de 5,5%, apontando as estimativas para o encerramento do ano 2022 com um novo e reforçado avanço de 6,8%, que situará o seu desempenho bem acima da estimativa média mundial, a que não será alheio o facto do ponto de partida ser substancialmente baixo e de a recuperação ter começado com um certo desfasamento temporal, em linha, aliás, com o que acontece habitualmente no que concerne à absorção dos diversos efeitos externos pela nossa economia.

A recuperação destes dois últimos anos assentou na evolução favorável da generalidade das variáveis, tanto no plano interno, com crescimentos significativos do investimento e dos consumos público e privado, neste caso acompanhado de uma descida da taxa de poupança, como no plano externo, onde as exportações e importações registaram um crescimento expressivo.

Esta dinâmica económica contribuiu decisivamente para um aumento da população empregada e uma descida da taxa de desemprego, a qual deverá situar-se no final de 2022 em 5,9%, um nível ainda mais próximo do limiar do pleno emprego, tendo surgido, por isso, algumas dificuldades de preenchimento de postos de trabalho, em especial nas áreas da hotelaria e da construção civil, nas quais se verificou uma forte retoma da atividade.

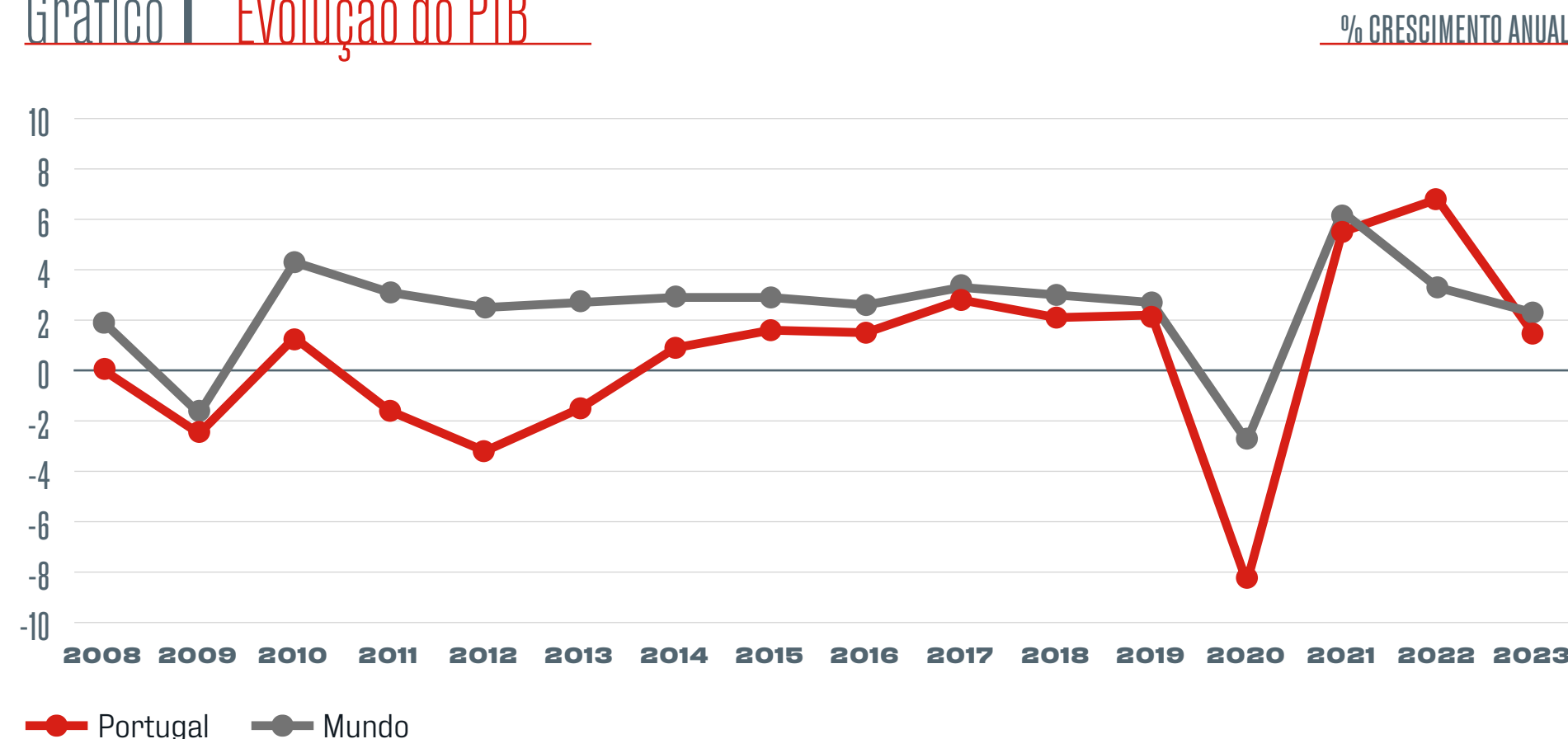
O mercado imobiliário, que já se tinha mostrado robusto no período da pandemia, manteve um alto nível de transações, beneficiando, entre outros aspetos, do afluxo de investimentos oriundos de residentes em outras geografias com elevado poder de compra. Este dinamismo, associado à escassez de materiais e de mão-de-obra, levou a um incremento generalizado dos preços que tornou praticamente inacessível o acesso da população local à compra de habitação nas grandes cidades, em especial por parte dos mais jovens, cujos rendimentos em início de vida são habitualmente mais reduzidos, remetendo-os para zonas mais periféricas onde, naturalmente, se começou a sentir também a pressão da procura com o conseqüente aumento dos preços.

## Quadro 1 Indicadores da economia mundial

	2019	2020	2021	2022	2023
PIB (% crescimento)	2,7	- 2,8	6,3	3,3	2,3
Comércio (% crescimento)	1,0	- 8,3	11,6	6,1	2,0
Cotação Petróleo (Euros)	57,2	36,3	60,1	99,7	83,9
Cotação Gás (Euros)	n.d.	n.d.	46,6	122,5	123,6

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2022)

## Gráfico 1 Evolução do PIB



Fonte: Banco Mundial e Banco Portugal. Dados 2022 e 2024 estimativas



A conjugação da evolução de todos os fatores internos e externos mencionados levou a uma alteração abrupta da inflação no ano 2022, cuja taxa, após décadas em terreno praticamente nulo, se estima acabe por situar-se em torno a 8%.

Uma alteração desta magnitude do índice de preços e o incremento das taxas de juro, comentado anteriormente, não poderiam deixar de ter consequências no nível de vida da população em geral, mas em especial no que respeita aos mais vulneráveis. Com o objetivo de minimizar os impactos, quer o governo, quer algumas empresas privadas, atribuíram prestações monetárias extraordinárias, as quais, embora compreensíveis de um ponto de vista social, potenciam um efeito contraditório à política monetária de subida das taxas de juro para controlo da inflação.

Apesar do esforço na concessão das prestações sociais extraordinárias, as contas públicas, cujo estado muito condicionou a evolução económica na década passada, mantiveram uma evolução bastante favorável, pois a arrecadação de receita, além do efeito do dinamismo económico, contou com o contributo extraordinário do próprio processo inflacionista.

O ano 2023 desenrolar-se-á debaixo deste contexto turbulento, sendo de esperar uma travagem da economia portuguesa, traduzida pelo retrocesso nas previsões dos diversos indicadores, entre os quais o PIB, cuja percentagem de crescimento deverá reduzir-se para 1,5%, um nível inferior ao da pré-pandemia e ao previsto para o resto do mundo, mas, apesar de tudo, positivo, facto relevante quando se noticia que algumas economias dos vizinhos europeus podem mesmo entrar em recessão.

No caso concreto do setor segurador, sem dúvida que a política monetária será um obstáculo ao crescimento da procura a curto prazo que, provavelmente, castigará mais os ramos Não Vida, mas vislumbra-se uma oportunidade em Vida, na medida em que a tendência de subida das taxas de juro e o abrandamento da inflação podem constituir um estímulo para este segmento.

Avizinha-se, assim, mais um período de intensos desafios que exigirão uma leitura permanente e apurada da realidade, bem como uma grande agilidade na tomada de decisões, algo que, na verdade, se vem tornando regra ano após ano.

## Quadro 2 Indicadores económicos de Portugal

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB	2,4	2,2	-8,4	5,5	6,8	1,5
Consumo Privado	3,1	2,4	-7,1	4,7	5,9	0,2
Consumo Público	0,9	0,7	0,4	4,6	2,0	1,9
Investimento	5,8	5,4	-2,7	8,7	1,3	2,9
Exportações	3,8	3,5	-18,6	13,5	17,7	4,3
Importações	5,8	4,7	-12,1	13,3	11,1	3,0
Taxa de Desemprego	7,0	6,5	7,0	6,6	5,9	5,9
Índice Preços Consumidor	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,8
Saldo das Contas Públicas	-0,4	0,2	-7,3	-2,9	-1,9	-0,9
Taxa Juro Curto Prazo (Euribor 3 meses)	-0,300	-0,400	-0,400	-0,500	0,400	2,900

Dados em percentagem – Dados de 2022 e 2023 são estimativas.

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2022).

**1,5%**  
é o crescimento estimado do PIB  
para 2023, um nível inferior ao  
período de pré-pandemia



# 02

## EVOLUÇÃO SETORIAL

A *performance* global foi distinta entre os segmentos Não Vida e Vida, acabando os dois segmentos por se situarem nos 6 mil milhões de euros, repartindo quase equitativamente o bolo global.

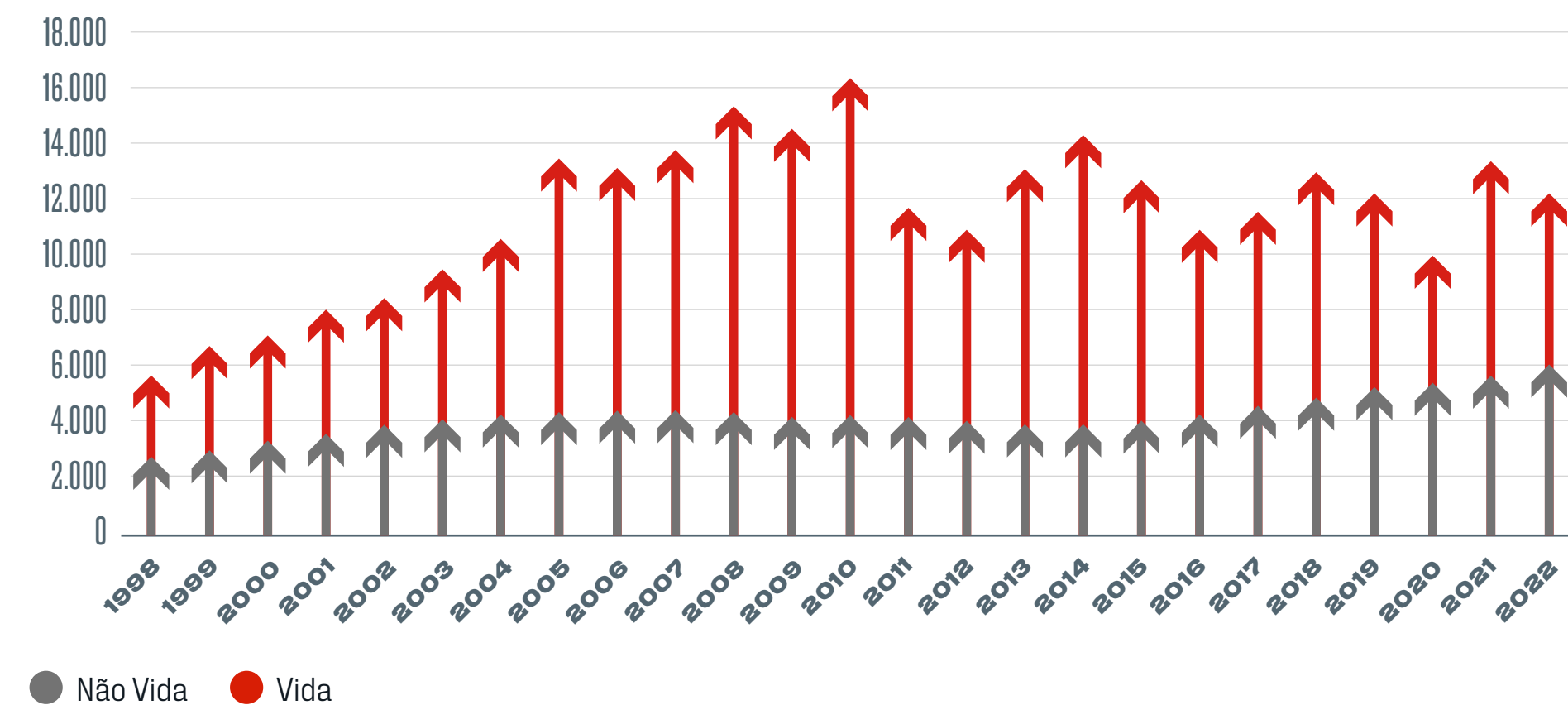
### De destacar o vigor do crescimento dos ramos mais representativos do segmento Não Vida, a que não será alheio o comportamento favorável da economia

Segundo os dados disponibilizados pela APS - Associação Portuguesa de Seguradores, o ano fica marcado por uma descida de 9,5% do volume de negócio em relação ao ano anterior, voltando para um nível muito semelhante ao do ano 2019, em torno dos 12 mil milhões de euros.

No entanto, esta *performance* global foi distinta entre os segmentos Não Vida e Vida. Enquanto que em Não Vida se observou um crescimento pelo oitavo ano consecutivo, desta vez de 7,4%, em Vida ocorreu um decréscimo de 21,8%, acabando os dois segmentos por se situarem em cifras absolutas muito próximas dos 6 mil milhões de euros, repartindo quase equitativamente o bolo global, tal como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2 Volume de vendas

MILHARES EUROS



● Não Vida ● Vida

Fonte: APS

Entrando um pouco mais no detalhe do comportamento de cada um dos segmentos e começando por Não Vida, destaca-se o vigor do crescimento dos ramos mais representativos, a que não será alheio o comportamento favorável da economia comentado no capítulo anterior.

O ramo de Doença teve o crescimento mais expressivo com 11,8% e afirmou-se definitivamente como o segundo ramo em termos de volume de prémios Não Vida. A crescente sensibilidade da população para os cuidados de saúde e uma certa degradação da prestação dos serviços públicos terão contribuído, certamente, para esta evolução.

Por sua vez, os ramos Multirriscos avançaram 8,2% em consequência de uma evolução favorável de todos os setores económicos que o compõem, mas especialmente no setor do Comércio em que o crescimento atingiu os 19%.

O ramo de Acidentes de Trabalho evoluiu em linha com o ano anterior, repetindo praticamente a percentagem de crescimento, que acabou em 6,4%, impulsionada pela subida das massas salariais sobre as quais incide a taxa de cálculo dos prémios, associada ao aumento do emprego e dos salários, em especial do salário mínimo.

Já em relação ao ramo Automóvel, o crescimento foi mais moderado, na ordem dos 3,6%, contudo, substancialmente maior que o dos dois anos precedentes em que sofreu o efeito da descida do número de novos veículos vendidos relacionada com os constrangimentos nas cadeias de fornecimento de componentes.

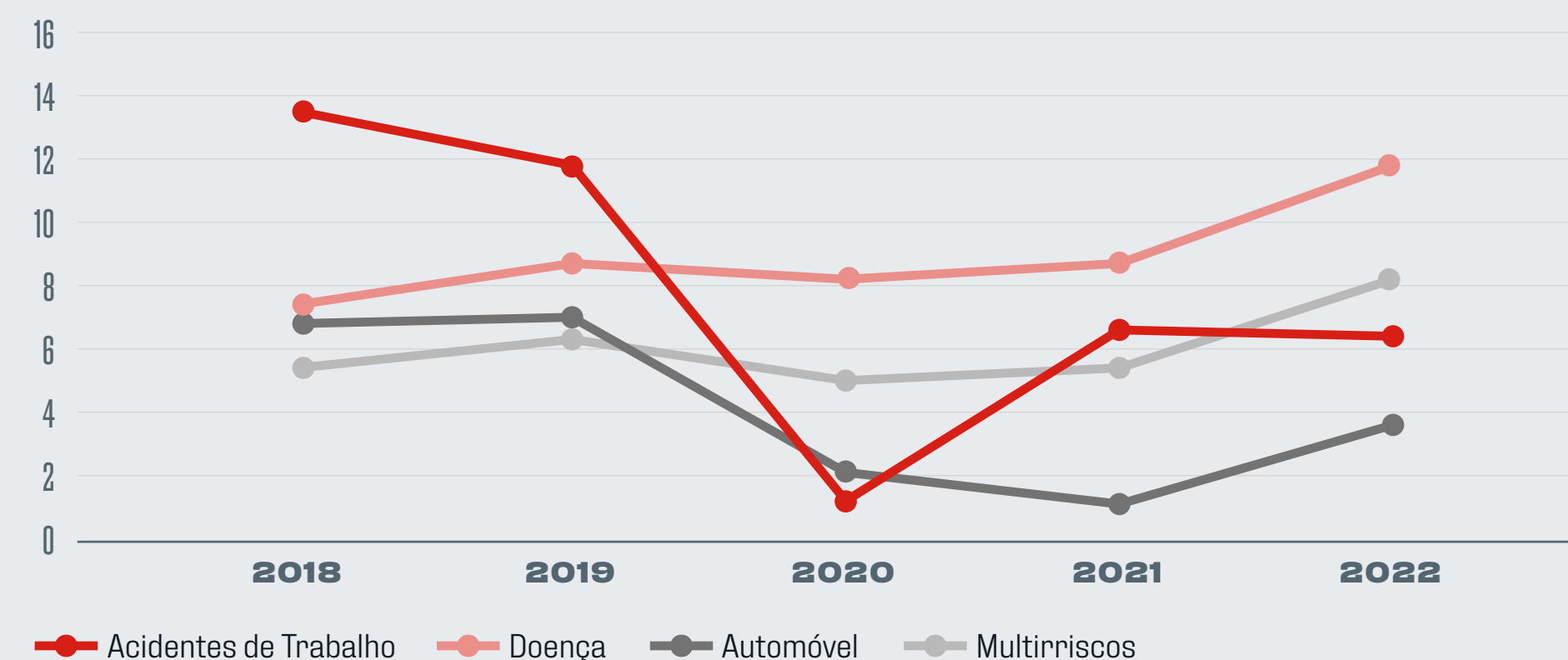
No caso de Vida, o retrocesso acentuado deveu-se especialmente ao decréscimo de 34,4% nos produtos Ligados a Fundos de Investimento, um comportamento muito similar tanto nos PPR – Planos Poupança Reforma como nos restantes produtos de poupança.

Tal parece ter sido a consequência das subidas das taxas de juro diretoras promovidas pelos diversos bancos centrais, como forma de combater a tendência inflacionista, que tornaram menos atrativos os produtos *Unit Linked* que tinham sido o motor do crescimento nos dois anos anteriores, em especial em 2021.

Esta realidade e a conhecida apetência dos aforradores por produtos de capital e rendimento garantido traduziu-se numa corrida à subscrição de Certificados de Aforro, cujas taxas voltaram a ser competitivas, o que, associado ao facto do regresso da oferta de produtos de capital e rendimento garantido por parte do setor segurador não ter sido imediato, poderá explicar que no segmento de produtos Não Ligados a Fundos de Investimento também se tenha verificado um decréscimo, ainda que mais residual, na ordem dos 2,5%.

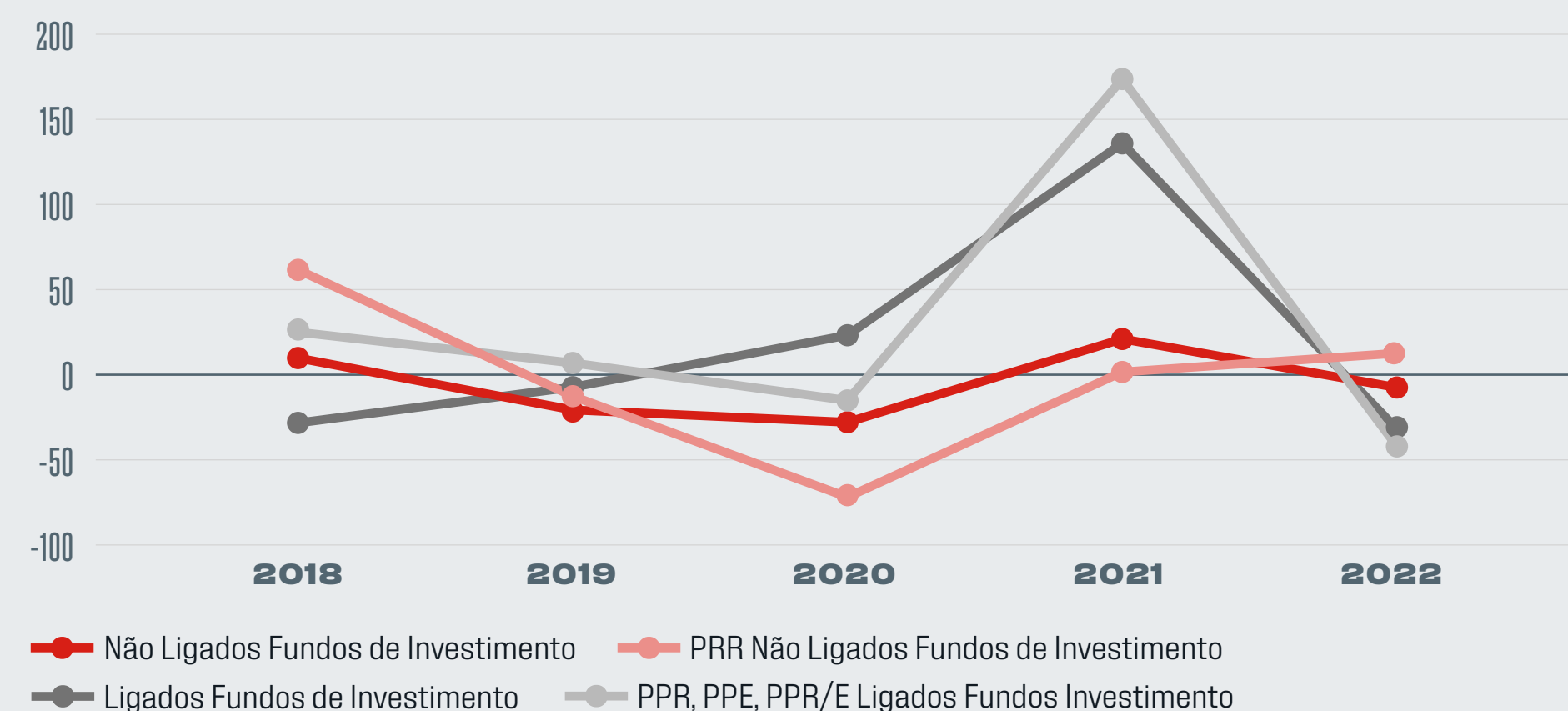
Este desempenho negativo no conjunto do mercado Vida e Não Vida, a par do crescimento significativo do PIB, teve como consequência um recuo do peso do setor segurador na economia para 4,9%, bem distante dos 6,2% alcançados no ano anterior e ainda mais distante do pico dos últimos 10 anos que tinha sido atingido em 2014 com 8,3%.

Gráfico 3 Taxa de crescimento ramos Não Vida



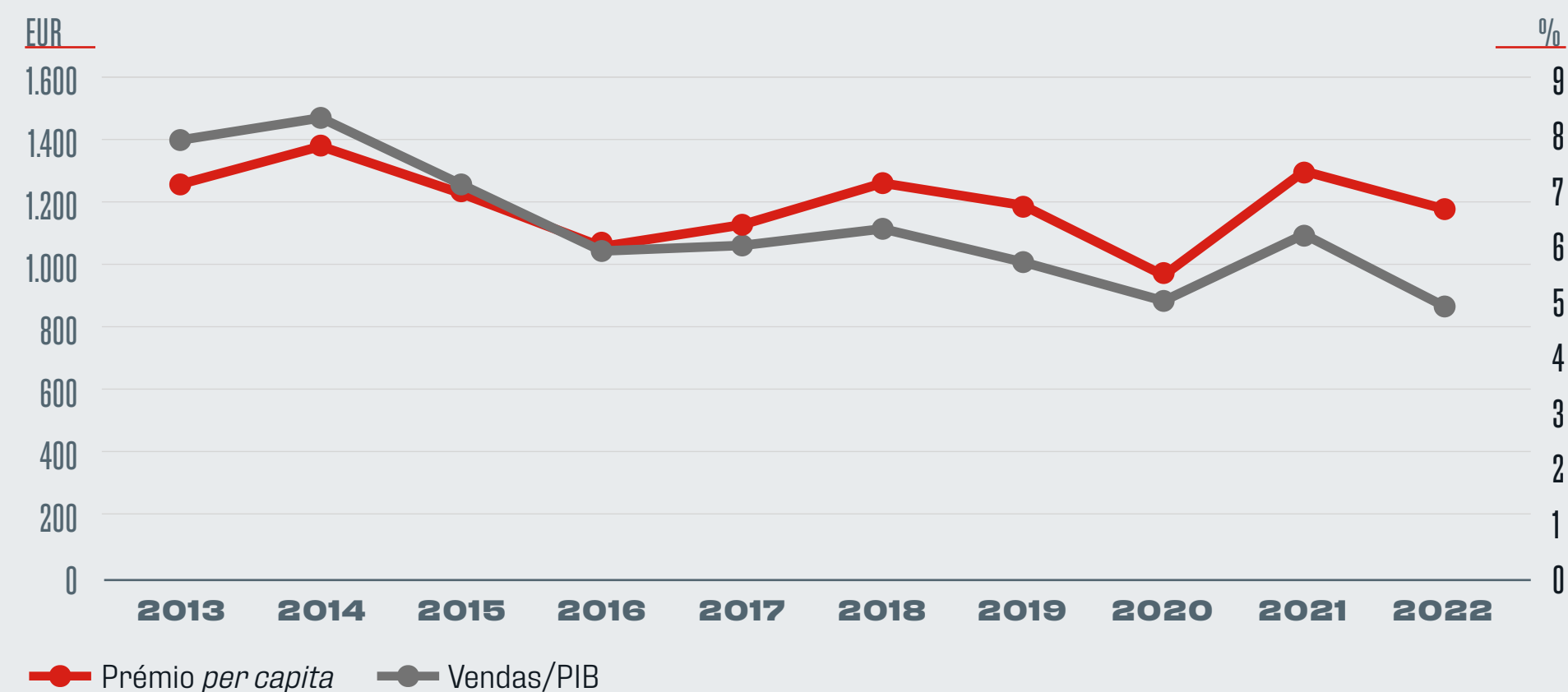
Fonte: APS

Gráfico 4 Taxa crescimento Vida



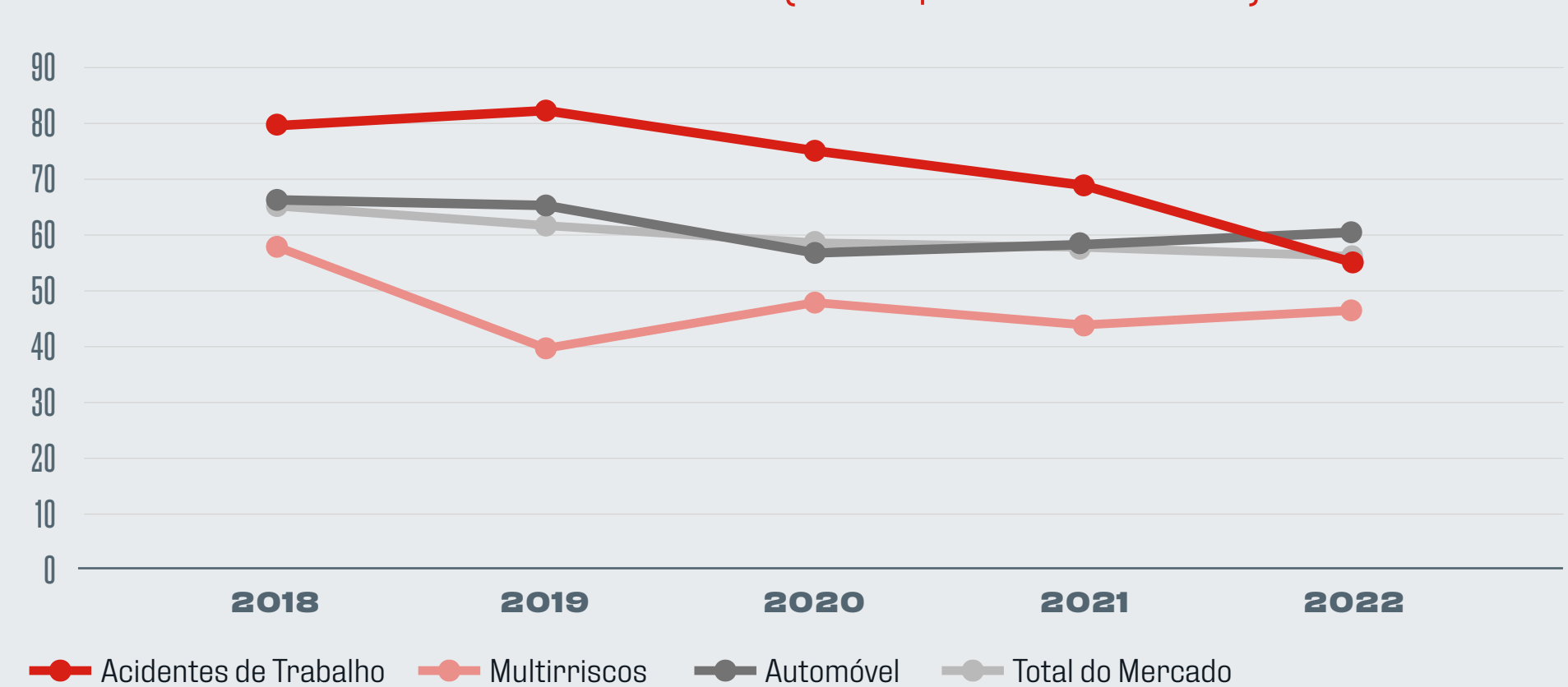
Fonte: APS

Gráfico 5 Penetração do setor segurador na economia



Fonte: APS

Gráfico 6 Taxa sinistralidade Não Vida (sobre prémios emitidos)



Nota: Sinistralidade não inclui gastos por natureza imputados à função sinistros • Fonte: APS

**No ramo de Acidentes de Trabalho verificou-se o melhor comportamento dos últimos anos, com uma descida de quase 14 pontos percentuais, fechando o ano nos 55,1%**

No mesmo sentido evoluiu o prémio *per capita*, mas com uma queda ainda mais acentuada de 9,4%, passando de 1.298,29 euros no ano anterior para 1.176,79 euros este ano.

Ao nível da sinistralidade Não Vida importa mencionar a ocorrência, em dezembro, de condições meteorológicas bastante adversas que provocaram várias inundações, com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa.

Esse acontecimento terá tido influência no agravamento da taxa de sinistralidade dos ramos Multirriscos, medida em função dos prémios brutos emitidos, a qual subiu 2,6 pontos percentuais de 43,9% o ano anterior para 46,5% este ano.

No caso do ramo Automóvel, verificou-se também um agravamento, no caso, de 2,2 pontos percentuais, passando de 58,3% em 2021 para 60,5% em 2022. As referidas condições meteorológicas adversas terão tido alguma

influência neste comportamento, mas serão de considerar adicionalmente os efeitos do regresso à quase normalidade da circulação pós-pandemia e do aumento dos custos de reparação devido ao disparo da inflação.

Por sua vez, o ramo de Acidentes de Trabalho teve o melhor comportamento de há muito anos a esta parte, com uma descida muito significativa de quase 14 pontos percentuais, de 68,9% para 55,1%, para o que terá contribuído bastante, mas não exclusivamente, a subida das massas salariais.

Este excelente desempenho do ramo de Acidentes de Trabalho acabou por permitir absorver os efeitos negativos de Multirriscos e Automóvel levando a sinistralidade total a diminuir de 57,8% para 56,2%, o que corresponde a menos 1,6 pontos percentuais que no ano anterior, uma realidade que talvez não fosse esperada num contexto de subida da inflação e de recuperação da atividade económica.

Em Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco Puro como que regressou à normalidade após um pico verificado no ano anterior, tendo terminado nos 25,4% dos prémios emitidos.

Ainda em Vida, o Fluxo Técnico foi inequivocamente impactado pelo retrocesso nas vendas, já comentado anteriormente, acabando o ano com uma variação negativa em torno dos 482 milhões de euros, numa tendência que se acentuou no segundo semestre, coincidindo com o período em que a subida de taxas de juro se tornou mais notória e, com ela, a deslocação dos consumidores para outro tipo de produtos de poupança, sem esquecer também o efeito decorrente do facto da própria taxa de poupança ter começado a tocar níveis mínimos em relação ao rendimento disponível.

Sobre o resultado líquido do setor, à data de elaboração deste relatório os dados provisórios disponíveis apontam

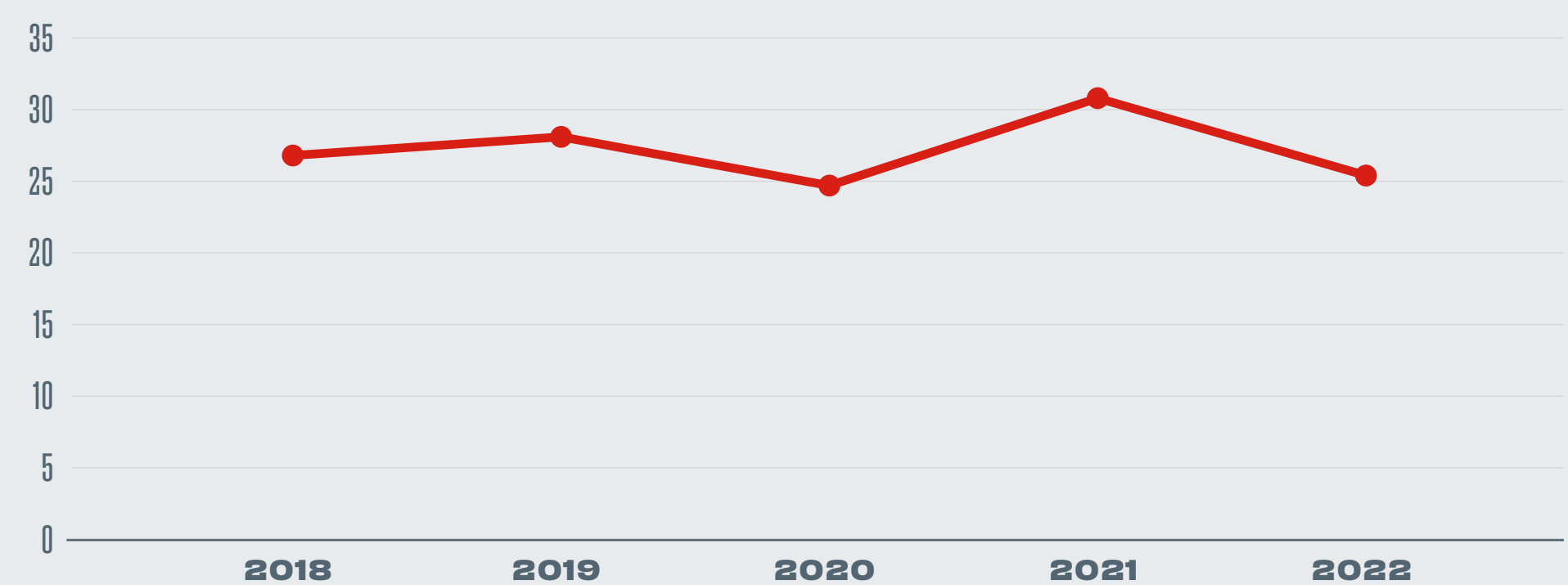
para um valor à volta de 900 milhões de euros, um crescimento significativo face aos cerca de 700 milhões do ano anterior. Contudo, esta evolução resulta exclusivamente da aportação da componente não técnica, porquanto a conta técnica do segmento Vida se situa sensivelmente ao mesmo nível e a de Não Vida apresenta mesmo uma descida.

Para terminar a abordagem setorial, importa deixar uma referência ao nível de Solvência, assinalando que, apesar de evidenciar uma descida ao longo do ano, continua a situar-se num patamar confortável, revelando uma boa solidez do setor. Com efeito, o rácio de cobertura do requisito de capital de Solvência situava-se em 200,2%, (dados da APS ao fecho do terceiro trimestre), isto é, o dobro do mínimo exigido, com as companhias do segmento Vida a apresentarem uma subida, ao contrário das do segmento Não Vida e das Mistas que evoluíam no sentido descendente.

# 900

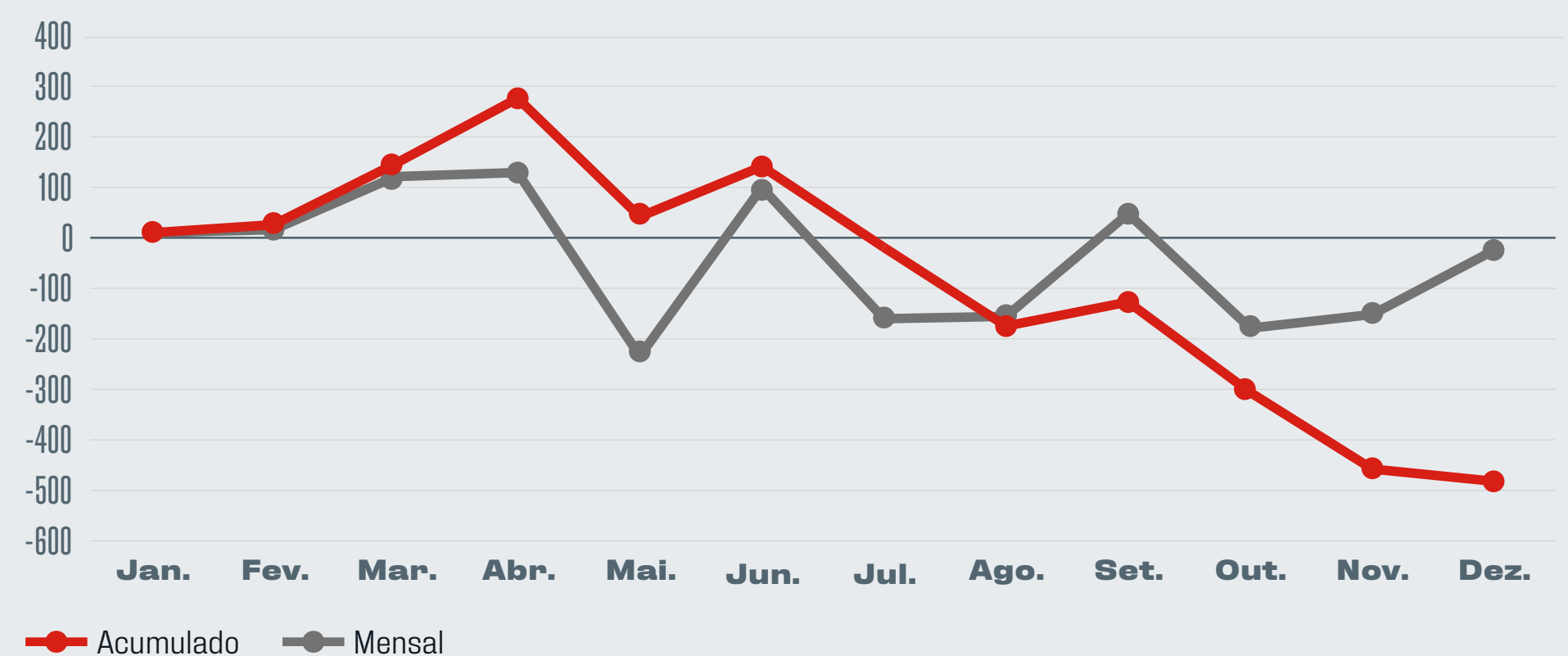
milhões de euros foi o resultado líquido previsto para o setor

Gráfico 7 Taxa de sinistralidade Vida Risco (sobre prémios emitidos) %



Fonte: APS

Gráfico 8 Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2022 MILHÕES DE EUROS



Fonte: APS



# 03

## EVOLUÇÃO DA MAPFRE SEGUROS VIDA

Em 2022, a evolução das vendas (prémios de seguros e entregas para contratos de investimento), alcançou um volume de 73,91 milhões de euros, um crescimento de 22,1%

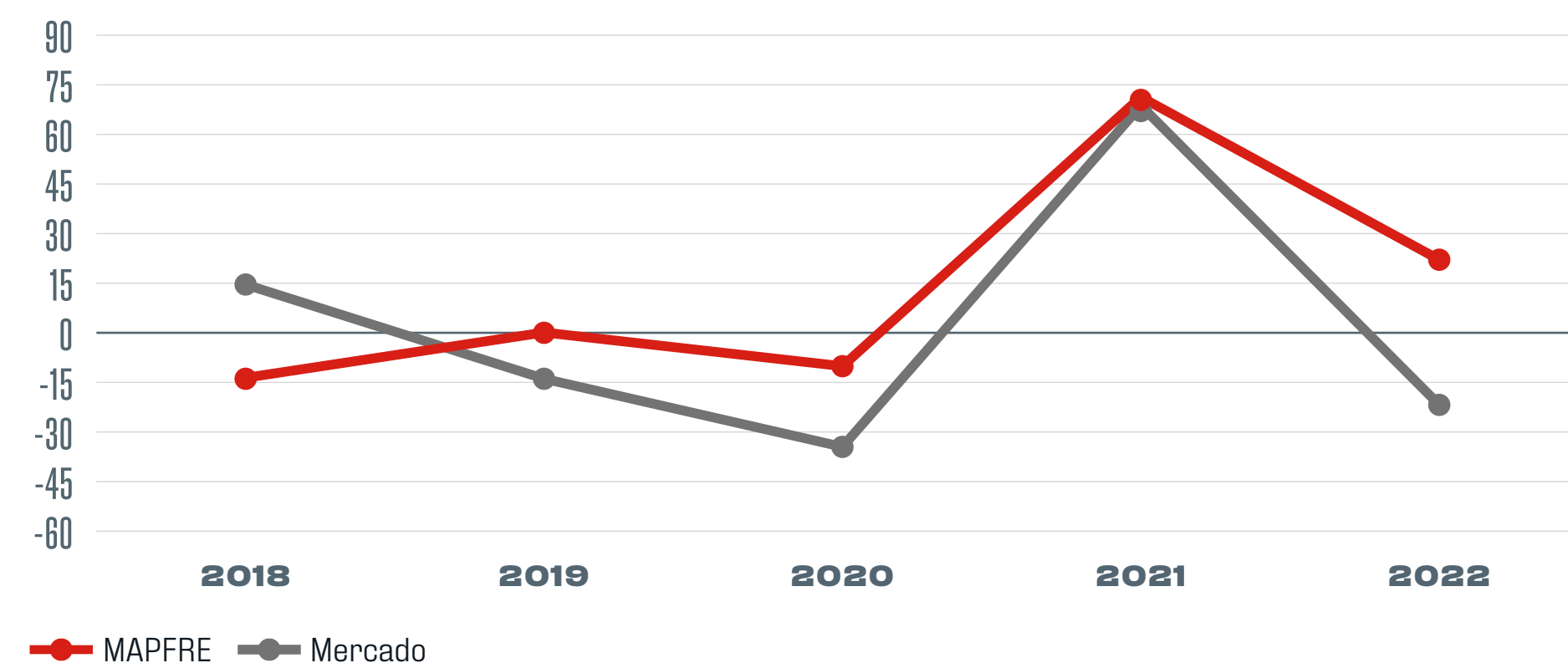
### 3.1. Prémios Emitidos e Entregas para Contratos de Investimento

O ano 2022 revelou-se excelente no que se refere à evolução das vendas (prémios de seguros e entregas para contratos de investimento), tendo sido alcançado um volume de 73,91 milhões de euros, com um crescimento implícito superior a 13 milhões de euros e correspondente a 22,1% em relação ao ano anterior, superando amplamente a *performance* do mercado que, como comentado anteriormente, foi negativa.

Este sucesso assentou especialmente no bom comportamento dos produtos de poupança *Unit Linked*, que apresentaram um crescimento de praticamente 36%, mas contou também com um desempenho muito positivo dos PPR, que cresceram cerca de 11%. No conjunto destes dois segmentos de produtos de poupança, a percentagem de incremento situou-se nos 31%

Por sua vez, os produtos de Risco Puro sofreram o impacto da anulação de uma apólice coletiva com um peso relevante, que levou a que este segmento não tivesse ido além de um pequeno decréscimo de aproximadamente 1%, enquanto que o restante portefólio de produtos (Rendas, Mistos e Universal Life), não tendo sido objeto de dinamização comercial ativa, recuou cerca de 17%.

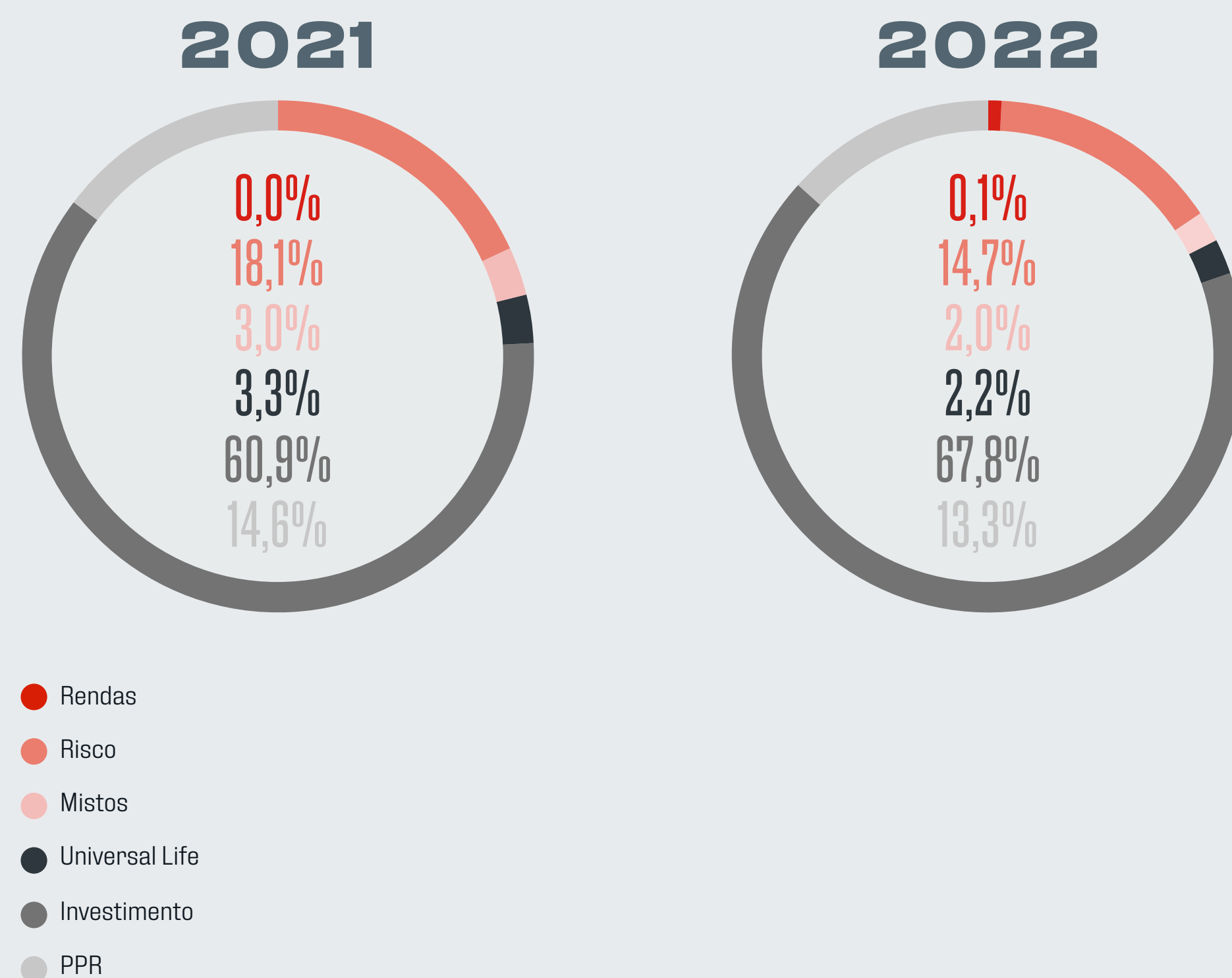
Gráfico 9 Taxa de crescimento de vendas ramos Vida %



Fonte: APS

## Gráfico 10

A taxa de sinistralidade líquida de resseguro regressou a um nível semelhante ao do período pré-pandémico, **situando-se em 12,2%**, o que revela uma saúde técnica da carteira de apólices deste segmento de negócio



Face a estes comportamentos, a estrutura de vendas apresenta agora um reforço da componente de poupança no portefólio de produtos, conforme ilustra o gráfico 10.

### 3.2. Sinistralidade de Risco

A taxa de sinistralidade líquida de resseguro associada aos produtos de Risco Puro, após dois anos de crescimento mais relevante, regressou a um nível semelhante ao do período pré-pandémico, situando-se em 12,2%, um nível excelente que parece revelar a saúde técnica da carteira de apólices deste segmento de negócio, como mostra o gráfico 11 que se apresenta à frente.

### 3.3. Resgates

Em relação aos resgates, embora se tenha verificado uma pequena subida da percentagem calculada em função das provisões matemáticas médias, a evolução manteve-se dentro de um intervalo entre 3% – 4%, parecendo traduzir um impacto pouco significativo do movimento de subida das taxas de juro que poderia levar os clientes a optar por deslocar as suas poupanças.

### 3.4. Fluxo Técnico

No computo do ano, o fluxo técnico teve um crescimento ligeiramente superior a 17 milhões de euros, comparando muito favoravelmente com o alcançado pelo mercado.

Conforme espelhado no gráfico 13, que se apresenta à frente, a evolução ao longo dos meses revela um período inicial de crescimento contínuo, correspondente ao primeiro semestre, durante o qual as vendas de produtos *Unit Linked* tiveram ainda uma forte dinâmica, entrando a seguir num período de decréscimo quando esses produtos começaram a perder atratividade em função da notória subida das taxas de juro, o qual se inverteu no último trimestre com o lançamento de um produto com garantia de capital e de taxa técnica, em resposta ao sentimento e às preferências da generalidade dos clientes.

Gráfico 11 Taxa de sinistralidade líquida de resseguro MAPFRE %

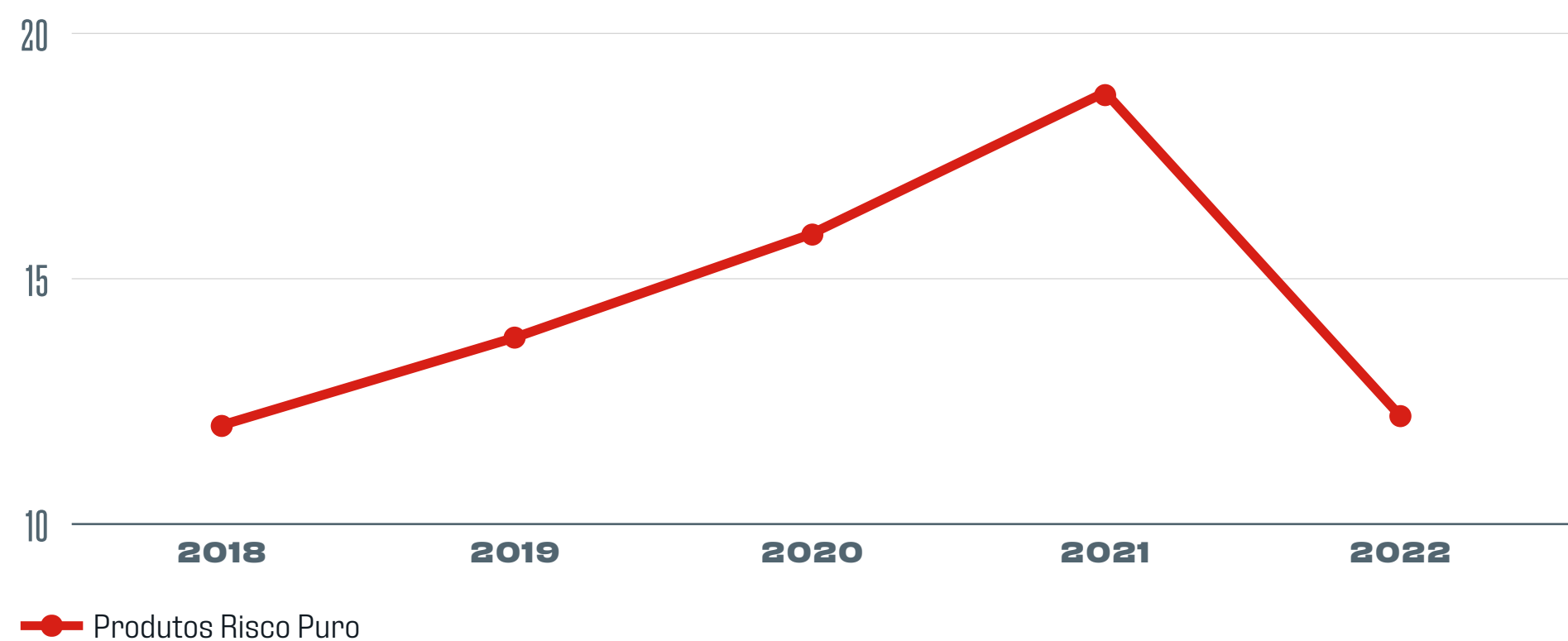


Gráfico 13 Fluxo técnico ramo Vida MAPFRE 2022 MILHÕES DE EUROS

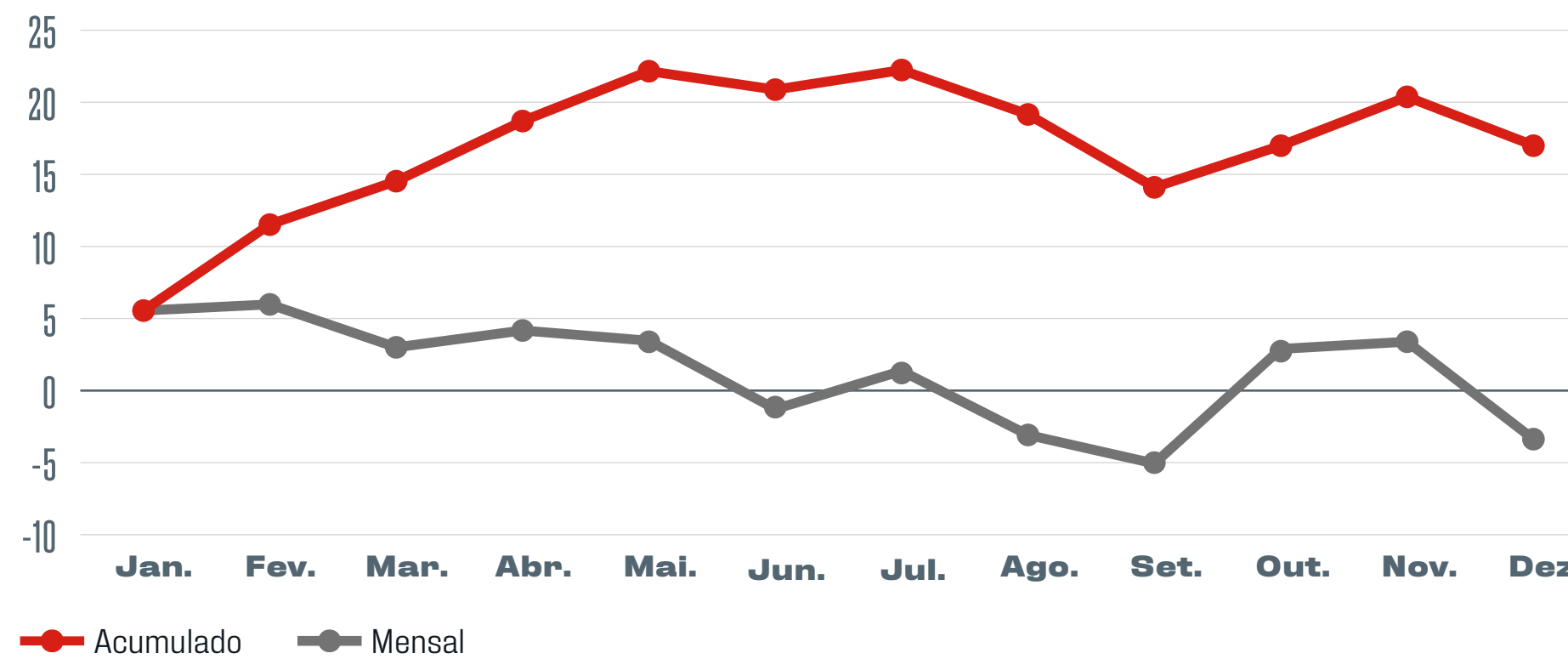
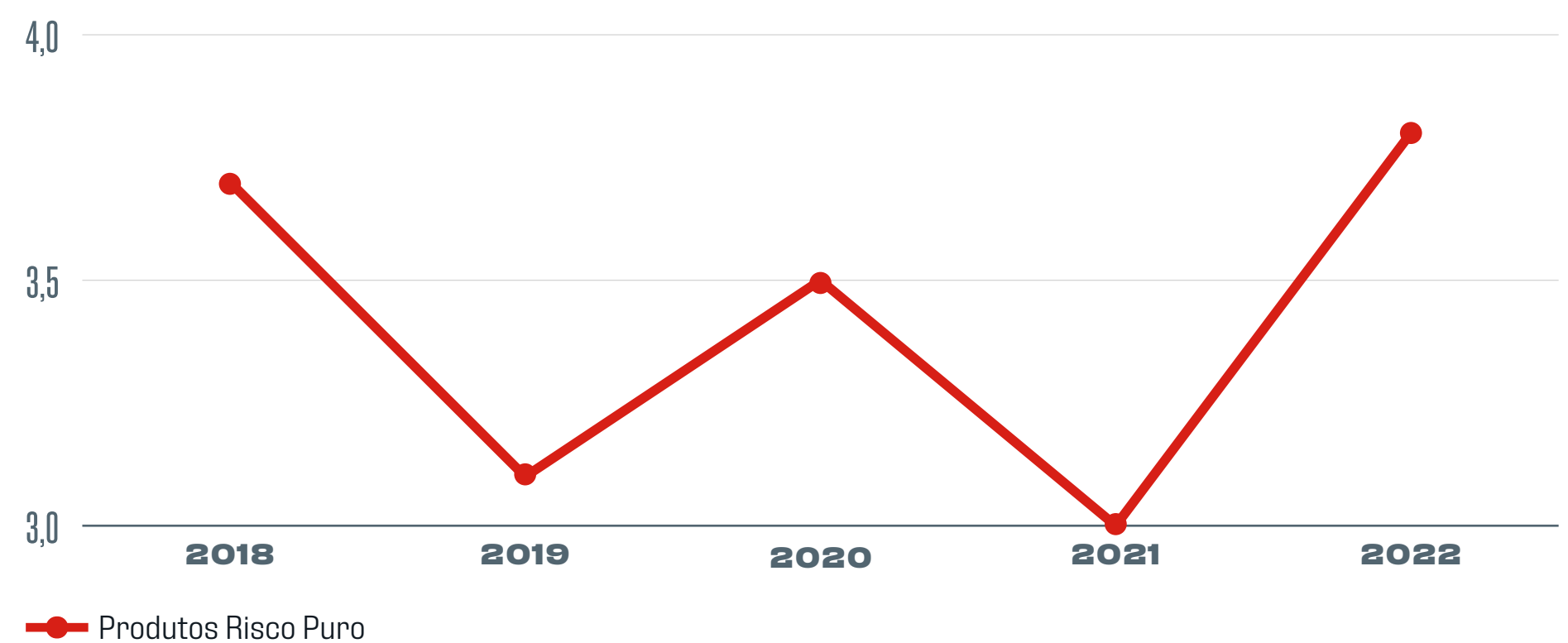


Gráfico 12 Evolução dos resgates e vencimentos MAPFRE\* %



\*% sobre provisões matemáticas médias

### 3.5. Carteira e Rentabilidade de Ativos Financeiros

No que concerne à composição da carteira, a política de investimentos manteve um cariz eminentemente prudente, sem modificações relevantes, pelo que a estrutura por categoria de ativos se manteve estável, portanto, também sem grandes alterações.

Com efeito, os títulos de rendimento fixo continuam a ser os de maior representatividade, de cerca de 90%, apenas ligeiramente reforçada em relação ao ano anterior por contrapartida das diminuições, também ligeiras, dos depósitos bancários e dos títulos de rendimento variável, estes últimos mantendo um peso residual em torno dos 4%

Sobre a rentabilidade, tal como comentado no capítulo do enquadramento socioeconómico, ao longo do ano 2022 começou a ser evidente uma tendência de subida das taxas de juro, mais forte no segundo semestre, rompendo o contexto anémico que se viveu ao longo da última década.

Porém, dada a característica de longo prazo da carteira, esta nova realidade não se refletiu num incremento imediato da rentabilidade dos ativos financeiros que constituem o balanço da Companhia.

Em 2022, o fluxo técnico teve um **crescimento ligeiramente superior a 17 milhões de euros**, comparando muito favoravelmente com o alcançado pelo mercado



Gráfico 14 Estrutura da carteira de investimentos Vida %

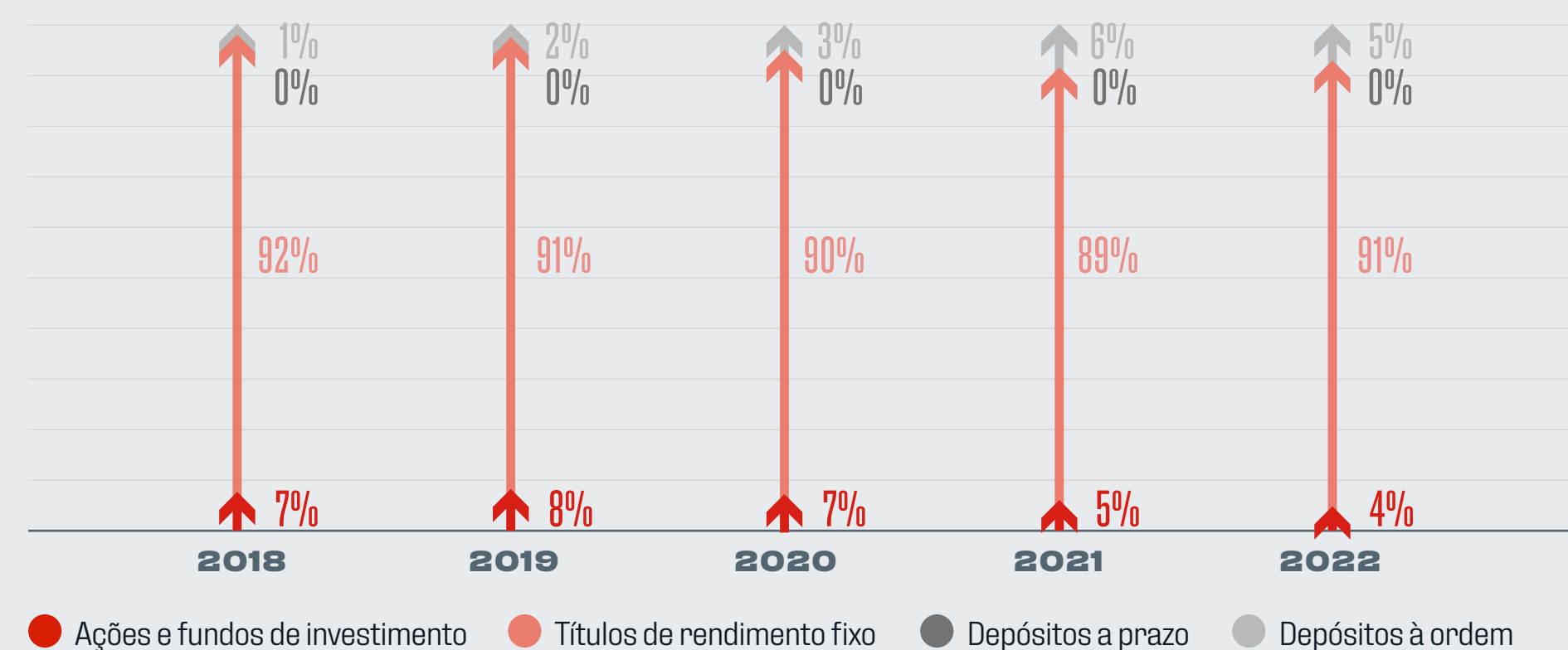
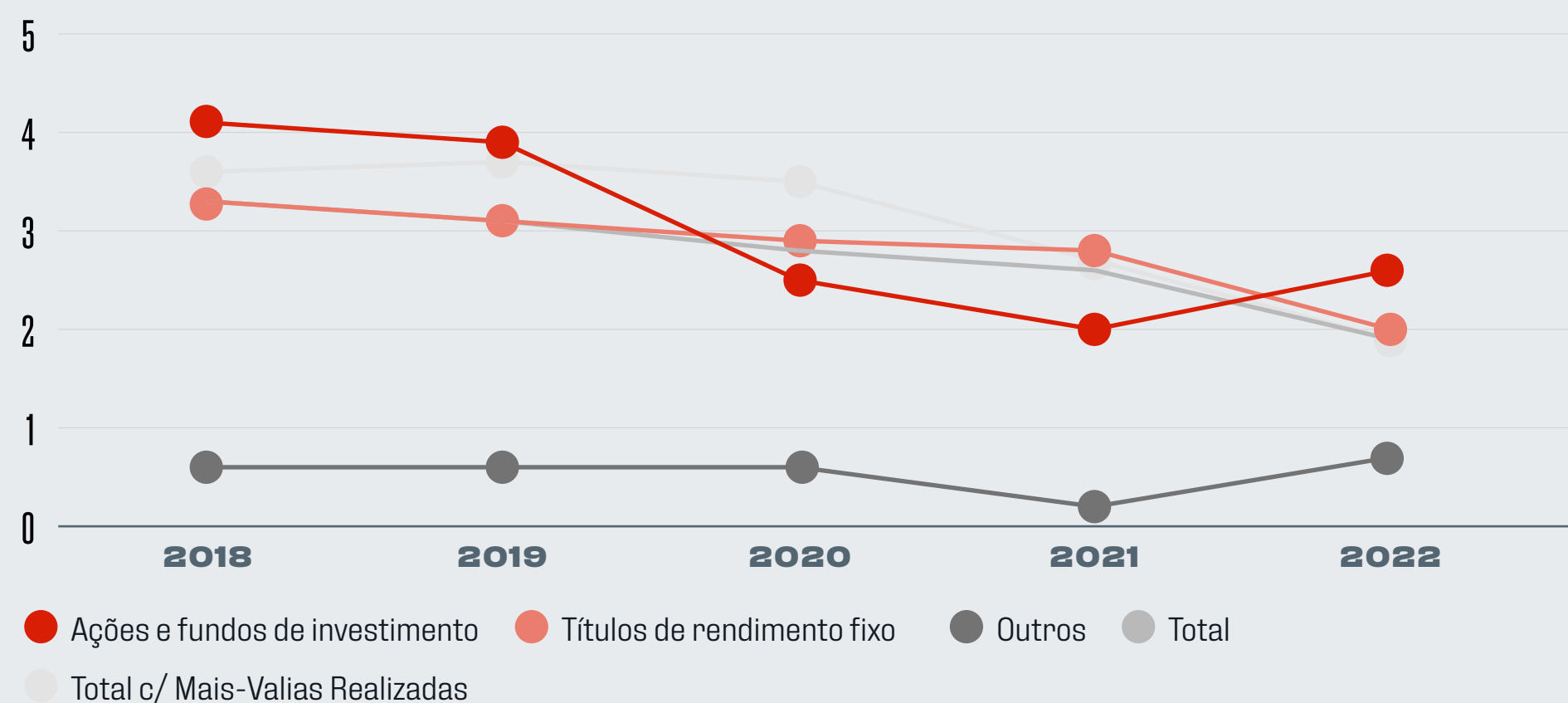


Gráfico 15 Rentabilidade da carteira de investimentos Vida %



Ao longo do ano, começou a ser evidente uma **tendência de subida das taxas de juro**, mais forte no segundo semestre, rompendo o contexto anémico que se viveu ao longo da última década

A rentabilidade corrente dos títulos de rendimento fixo, diminuiu para 2%, menos 0,8 pontos percentuais que o ano anterior, em consequência do reconhecimento da imparidade de uma obrigação *corporate*, sem a qual teria chegado aos 2,6%, uma redução mais moderada de apenas 0,2 pontos percentuais, mais em linha com a tendência natural de decréscimo que apresentava nos anos anteriores, devido ao vencimento gradual dos títulos mais antigos associados a taxas mais elevadas.

Por sua vez, os títulos de rendimento variável (ações e fundos de investimento), embora representando uma parte residual dos rendimentos, alcançaram uma rentabilidade de 2,6%, bastante mais favorável que os 2% conseguidos no ano anterior.

No campo dos depósitos bancários, as subidas das taxas de cedência de liquidez, implementadas pelo Banco Central Europeu, não tiveram correspondência imediata nas remunerações praticadas pelas instituições bancárias que se mantiveram nulas.

Por outro lado, ao contrário dos anos anteriores, além de não se ter verificado a realização significativa de mais-valias, houve até a realização de um valor residual de menos-valias.

Como consequência do comportamento descrito para cada uma das tipologias, e sem considerar o efeito da imparidade mencionada, a taxa de rentabilidade do conjunto da carteira desceu de 2,7% no ano anterior para 2,4% este ano.

### 3.6. Resultado Líquido

O resultado líquido avançou para quase o dobro do ano anterior, situando-se em 1,40 milhões de euros. Para este resultado contribuiu a melhoria da sinistralidade e a contenção da generalidade dos gastos de exploração que diminuíram em relação ao ano anterior, apesar do aumento do volume de negócio.

Esta evolução favorável do resultado e a diminuição dos capitais próprios, que se detalha mais adiante, permitiu subir a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) para 3,6% face a 1,5% do ano precedente.

### 3.7. Balanço

O Passivo situou-se um pouco acima dos 300 milhões de euros, registando um aumento de 6 milhões de euros, como consequência da conjugação de dois movimentos antagónicos, um no sentido ascendente, mais forte, derivado do crescimento das vendas de produtos de poupança e outro, no sentido descendente, por via da desvalorização dos ativos associados aos produtos *Unit-Linked* cujas variações são suportadas pelos tomadores.

No que respeita ao Ativo, enquanto o crescimento de vendas dos produtos de poupança concorreu para o aumento dos ativos financeiros, ao implicar a aquisição de novos títulos, a desvalorização da carteira, explicada pelo efeito da inversão da tendência das taxas de juro, amplamente comentada anteriormente, revelou-se mais forte e acabou por levar a um decréscimo de aproximadamente 10 milhões de euros em relação ao ano anterior, fixando-se em torno dos 332 milhões de euros.

O resultado natural destas evoluções do Ativo e do Passivo foi uma diminuição dos Fundos Próprios em cerca de 16 milhões de euros, situando-se agora nos 31,15 milhões.

### 3.8. Solvência

O perfil de risco da Companhia não se modificou substancialmente, motivo pelo qual o requisito de capital apresentou uma variação residual em relação ao ano anterior.

Por seu lado, o movimento de subida das taxas de juro teve um efeito bastante simétrico entre ativos e passivos, fazendo com que, de forma diversa ao ocorrido no balanço contabilístico, a variação dos fundos próprios de solvência tivesse sido também de pequeno montante.

Assim, o rácio de cobertura do requisito de solvência (SCR) manteve-se num patamar elevado, tendo subido mesmo 9 pontos percentuais, e que acabou em 309%.

Trata-se de um rácio que incorpora uma "almofada" que parece suficiente para a eventualidade de surgirem choques adversos do contexto económico e financeiro, a que acresce o facto dos fundos constituintes serem de máxima qualidade (*Tier 1*).

### 3.9. Indicadores de Gestão de Risco

A Política de Apetite ao Risco não sofreu modificações no ano 2022, pelo que a monitorização permanente se realizou com base nos mesmos parâmetros e limites que nos anos anteriores.

Conforme demonstra o quadro 3, que se apresenta à frente, resulta dessa monitorização que a exposição ao risco se mantém confortavelmente controlada, com todos os indicadores, sem exceção, situados dentro da zona verde.

Gráfico 16 Evolução do balanço

MILHÕES DE EUROS

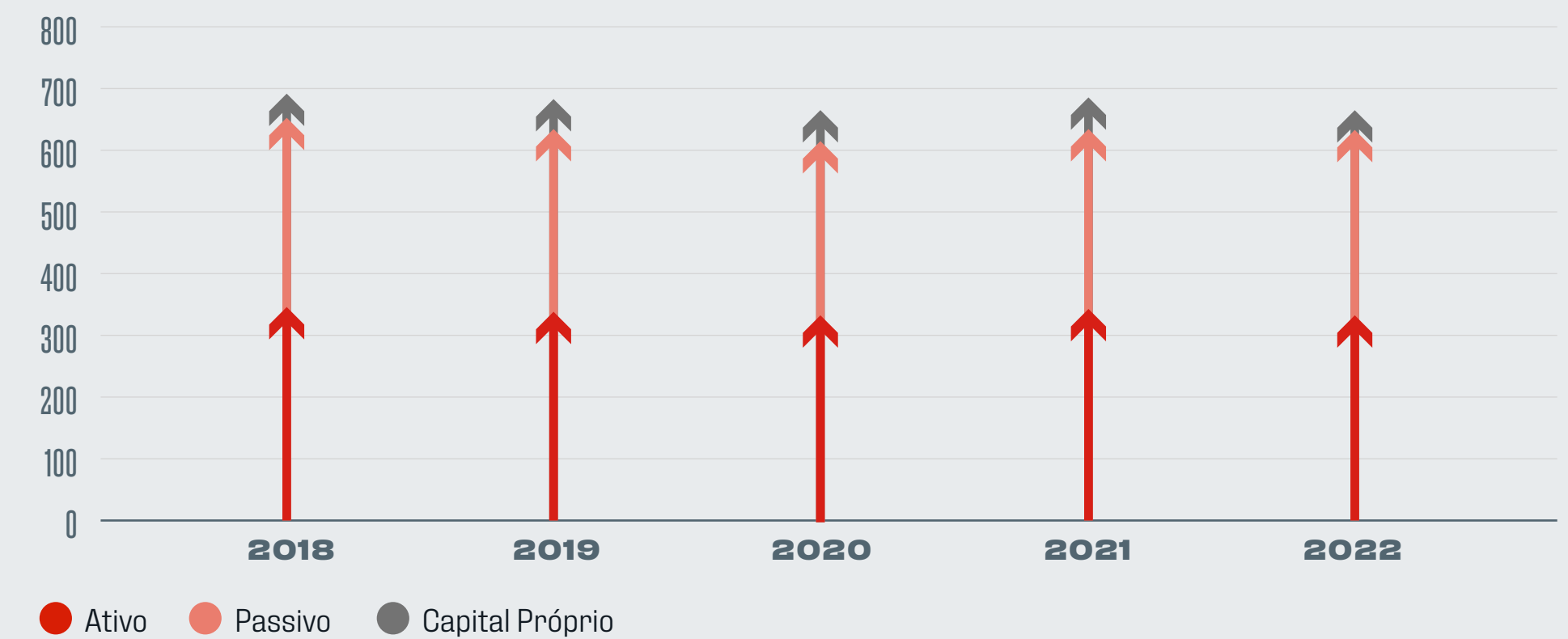
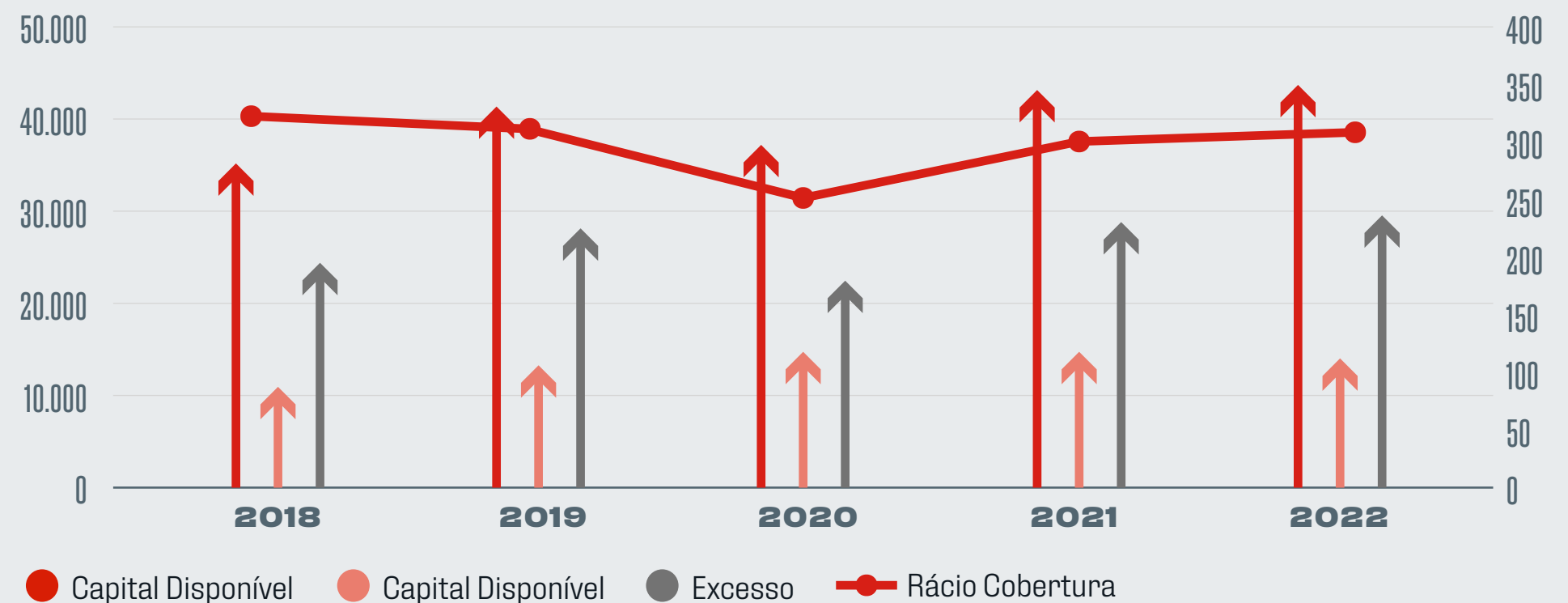


Gráfico 17 Rentabilidade da carteira de investimentos Vida

%

MILHARES DE EUROS



Com medidas transitórias em Acidentes de Trabalho

### Quadro 3 Indicadores de gestão de risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco			MSV	
						Período de avaliação anterior 12.2021	Avaliação do período atual 12.2022
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	301%	309%
	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	0	0
Risco de contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	<= 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0
	Contrapartes, bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	<= 50 %		> 50 %	15,1%	11,1%
	Alavancagem financeira	Trimestral	<= 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
Outros riscos financeiros	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	>= 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	3242%	2815%

### 3.10. Aspetos Qualitativos

O ano 2022 correspondeu a um alívio do efeito da pandemia por COVID -19 e, por conseguinte, das medidas restritivas que vigoraram durante bastante tempo, de modo que, por já não se justificar um foco específico, procedeu-se ao levantamento do acompanhamento da situação que se fazia através de reuniões semanais do Comité de Crise no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, passando a fazê-lo no âmbito da gestão corrente da Companhia.

Esta normalização permitiu o regresso dos colaboradores ao regime de trabalho presencial e às rotinas habituais anteriores, como método de difusão de cultura e de colaboração entre as equipas. Entretanto, porque a conciliação da vida pessoal e profissional é suficientemente valorizada pela Companhia, procedeu-se à implementação de um modelo-piloto de trabalho híbrido no último trimestre do ano para finalmente tomar a decisão de o alargar em definitivo a toda a empresa a partir do início do ano 2023.

Quanto à organização das várias áreas, por ser evidente a sua adequação ao desenvolvimento da atividade, manteve-se sem alterações a estrutura que vigora há alguns anos e que é traduzida no diagrama abaixo.

Dadas as sinergias inerentes, é a coberto desta estrutura que se desenvolve o negócio Não Vida da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., o negócio Vida da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. e se asseguram as atividades de suporte da *joint venture* MAPFRE Santander Portugal, S.A.

A atividade foi assegurada por um quadro de 83 colaboradores, um incremento de três em relação ao ano anterior, com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado e acomodar as tarefas adicionais derivadas das imposições regulatórias.

De forma natural, a idade média geral aumentou cerca de um ano para 43,3 anos (42,2 no ano anterior) e no mesmo sentido evoluiu a antiguidade média que passou a ser de 12,8

anos (12,3 no ano anterior). Cremos que estes indicadores são suficientemente relevantes da maturidade e do compromisso dos recursos humanos que todos os dias dão o melhor de si no desempenho das tarefas, o que nos apraz registar.

A igualdade de género é um aspeto ao qual damos suficiente importância, sendo que houve um novo reforço da representatividade do género feminino, situando-se ao fecho do ano nos 49%, acumulando um crescimento de 5 pontos percentuais nos últimos dois anos.

Não obstante praticamente metade dos colaboradores (49%) possuir formação académica superior, a Companhia investiu na disponibilização de 724 horas de formação profissional complementar, tanto em modo presencial como online, em função do levantamento de necessidades efetuado.

No que respeita aos canais de distribuição, manteve-se a aposta pelo multicanal, permitindo, assim, um elevado grau de abrangência na captação de clientes.

A rede de mediação exclusiva foi reforçada mediante a integração de 29 novos agentes, sendo que 22 deles, sem antecedentes na área seguradora, fizeram parte de um processo de recrutamento e formação integral.

Ainda no âmbito da rede exclusiva, ocorreu a abertura de três novas Lojas Delegadas nas localidades de Carnaxide, Lamações e Fafe, reforçando a, já de si, forte presença física no território que conta com mais de 100 pontos de venda.

Na área da Banca e Acordos procedeu-se à consolidação das parcerias existentes e levaram-se a cabo os trabalhos preparatórios para a implementação efetiva de um novo acordo de dimensão relevante, por altura do primeiro trimestre do ano 2023.



Por sua vez, o canal Brokers focou-se em potenciar o volume de negócio que tem atualmente uma representatividade reduzida na carteira global de prémios, tentando alargar a penetração junto dos diversos operadores de mercado.

Quanto ao Digital, efetuou-se uma análise das possibilidades de desenvolvimento deste canal, definindo-se um plano de ação para levar a cabo nos próximos três anos, o qual deverá permitir praticamente duplicar o volume de negócio atual.

Todo este desenvolvimento comercial contou com o contributo da Área de Marketing e Clientes, através de uma vasta atividade, com especial incidência na comunicação e na melhoria da experiência do cliente.

Ao nível da comunicação, verificou-se a otimização dos meios de leitura das comunicações em dispositivos móveis com o lançamento da app MAPFRE News e iniciou-se a instalação de suportes LCD de alto brilho nas lojas diretas, os quais permitem, por um lado, reforçar a visibilidade e, por outro, tornar mais ágil a adaptação do tipo de comunicação ao momento e ao local em causa.

No caso da interação com o cliente, procedeu-se a um *upgrade* do portal *web* onde o cliente pode aceder a uma área onde lhe são disponibilizados vários serviços, o qual incluiu uma reformulação da guia de estilos e o acréscimo de novas funcionalidades para aumentar o leque de ações que o cliente pode realizar de forma autónoma e remota sobre as suas apólices.

Também para o desenvolvimento comercial foi muito importante a atividade da Área Técnica, que atuou como pano de fundo de suporte comercial, disponibilizando vários produtos e serviços.

Destaca-se a consolidação da oferta de *Unit Linked* que permitiu encerrar o ano com um crescimento muito significativo nesta gama de produtos. No entanto, considerando também o contexto de subida de taxas de juro, mais nítido no segundo semestre, apostou-se no lançamento de um produto de curto prazo com série limitada e com garantia de capital e taxa técnica.

De salientar o importante salto de simplificação e agilidade ocorrido no processo de contratação mediante a introdução da assinatura digital das propostas, a par dos novos meios de pagamento – MBWay e Multibanco Real Time – disponibilizados pela Área Financeira.

Os trabalhos tendentes à implementação das novas e complexas normas IFRS 17 e 9, implicaram a dedicação permanente e especial dos departamentos Financeiro e Atuarial, num processo tutelado pela Área Financeira Corporativa do Grupo.

Sobre o estado de implementação destas normas, cabe referir que, além dos desenvolvimentos informáticos para dispor da informação com a granularidade requerida, foi levado a cabo o apuramento das responsabilidades no ponto de transição, referido ao início do ano 2022, bem como dos meses subsequentes até ao terceiro trimestre, estando atualmente em curso o apuramento do último trimestre para assim se dispor de dados para a apresentação de contas comparativas no ano 2023, ano em que a norma entra efetivamente em vigor.

O departamento Atuarial, para lá da dedicação referida às novas normas, manteve as suas atividades operativas correntes, de entre as quais destacamos o cálculo dos riscos de seguros no regime de solvência, o zelo em relação

à suficiência das provisões técnicas e o ALM (*Asset Liability Management*), beneficiando, ainda, do reforço da sua estrutura de recursos atenta a crescente procura dos temas do seu âmbito de atuação.

Toda a atividade contou com o suporte da Área de Tecnologias, que deu corpo aos diversos projetos de novos produtos, serviços e imposições legais, bem como de melhoria da eficiência operativa por via da automatização de alguns processos. Por outro lado, com o objetivo de manter o equipamento devidamente atualizado e de responder às necessidades inerentes ao regime de trabalho híbrido, promoveu a substituição integral do parque de computadores pessoais, o qual passou a ser totalmente constituído por modelos portáteis.

Por sua vez, a Área de Gestão de Riscos e Controlo Interno, promoveu a coordenação e a vigilância sobre os diversos riscos a que a Companhia se encontra exposta, apurando e assegurando o cumprimento dos parâmetros definidos na Política de Appetite ao Risco, os quais foram objeto de seguimento no seio da Comissão de Gestão de Riscos e de reporte ao Conselho de Administração. Do ponto de vista da eficiência, para facilitar o acesso à informação e torná-la mais inteligível, investiu-se na criação de um *dashboard*, onde passaram a estar armazenados todos os dados relevantes, devidamente organizados e ilustrados graficamente.

O departamento de Segurança e Meio Ambiente desenvolveu uma vasta atividade, reforçando o protagonismo que estas vertentes têm vindo a assumir no seio da empresa ao longo dos últimos anos com o objetivo de garantir a adequada capacidade de resposta aos desafios emergentes.

Do lado da Segurança, cumpre mencionar as diversas ações formativas e sensibilizadoras sobre cibersegurança, a formação de reciclagem às equipas de emergência, a incorporação de indicadores de segurança nos contratos de prestação de serviços de fornecedores, a revisão das medidas de autoproteção das instalações próprias e o retomar dos exercícios de evacuação dos edifícios que tinham sido suspensos durante o período de pandemia por COVID-19. Houve lugar, ainda, à atualização do plano de continuidade de negócio, cuja certificação ISO 22301 foi concedida novamente.

No que concerne ao Meio Ambiente, deu-se continuidade à substituição dos veículos da frota da empresa por modelos híbridos, mantiveram-se as ações de plantação de árvores, como meio de compensação da pegada de carbono, e definiram-se objetivos suficientemente ambiciosos em relação aos consumos energéticos e de papel, o que permitiu renovar as certificações ISO 14064 e ISO 14001.

Terminamos este capítulo de informação com uma referência à Unidade de Auditoria Interna, a qual é responsável em proporcionar ao Órgão de Administração uma avaliação independente e objetiva sobre a eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, processos, gestão de riscos e governo. A sua missão é melhorar e proteger o valor da organização proporcionando garantia, consultoria e análises baseadas em riscos. Neste sentido, contribuindo para que a Empresa cumpra os seus objetivos, elaborou e cumpriu um Plano Anual de Auditoria Interna tendo em conta todas as atividades e o Sistema de Governo da MAPFRE que foi objeto de análise e aprovação por parte do Conselho de Administração, a quem informou periodicamente sobre a execução do mesmo.

## 04 OUTRAS INFORMAÇÕES

Tenho em conta a dimensão da seguradora, a estrutura de governo incorpora os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos nos normativos legislativos e regulamentares

**A Companhia deu continuidade à substituição dos veículos da frota da empresa por modelos híbridos, manteve as ações de plantação de árvores e definiu objetivos suficientemente ambiciosos em relação aos consumos energéticos e de papel permitindo renovar as certificações ISO 14064 e ISO 14001**

### 4.1. Capital Social

O capital social da MAPFRE – Seguros de Vida, S. A. é de 21.000.000 euros, constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

### 4.2. Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos nos normativos legislativos e regulamentares.

Neste âmbito adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário.
- Conselho de Administração – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente.

- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração que reúne uma vez por trimestre e delibera sobre os assuntos previstos na legislação comercial.

O capital social da MAPFRE – Seguros de Vida é de **21.000.000 euros**, constituído por **4.200.000 ações**, no valor nominal de **5,00 euros cada uma**

### 4.3. Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas n.ºs 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014), e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.





# 05

## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

A Companhia tem mantido uma rentabilidade estável e uma base patrimonial bastante sólida, factos que em conjunto permitem encarar o futuro positivamente

Conforme decorre de toda a informação que antecede, pese embora o contexto pouco favorável, a Companhia tem mantido ao longo dos últimos anos uma rentabilidade estável assente na componente técnica do negócio e dispõe de uma base patrimonial bastante sólida, factos que, em conjunto, permitem encarar o futuro de um ponto de vista positivo.

A estratégia para os próximos anos continuará a perseguir o crescimento equilibrado, o mesmo é dizer, crescimento acompanhado de rentabilidade.

Nesse sentido, continuarão a ser desenvolvidos todos os esforços para encontrar soluções inovadoras ao nível dos produtos, privilegiando os de risco puro e um leque alargado de soluções de poupança, umas mais direccionadas para o curto prazo e outras para o longo prazo, orientadas para a reforma, em simultâneo com investimentos para agilizar a área operativa, de forma a estar cada vez mais próximo dos clientes e reduzir custos.

Por outro lado, no imediato, estaremos especialmente atentos ao impacto do contexto inflacionista sobre os custos e ao efeito das subidas de taxa de juro na reorientação dos clientes para produtos de taxa garantida, realizando uma monitorização permanente e tomando medidas para introduzir os ajustamentos que se revelem necessários para garantir a rentabilidade e a sustentabilidade da Companhia, assegurando um rácio de solvência confortável, em linha com o que se verifica atualmente.

Ao nível da distribuição, continuaremos a apostar numa forte presença territorial, mantendo uma rede de lojas físicas cobrindo todo o território, através das quais dinamizaremos as redes de mediação própria e multicompanhia, as quais

contarão também com uma componente formativa importante, seja para consolidação de conhecimentos daqueles que delas atualmente fazem parte, seja para captação de novos mediadores.

Em paralelo, através da estrutura central, trataremos de cuidar do desenvolvimento do segmento de banca e acordos, atento o peso deste canal na estrutura de distribuição do ramo Vida no mercado português.

Na vertente digital, iremos promover a partir do próximo ano uma reformulação das ferramentas e dos processos operacionais com o duplo objetivo de captar maior volume de negócio através desse canal e proporcionar uma experiência de serviço aos clientes mais atrativa.

A sustentabilidade assumirá um papel crescentemente relevante no desenho dos produtos e na seleção de fornecedores, bem como nos ativos financeiros que suportam os produtos de poupança, em relação aos quais se encontra marcado um objetivo de incorporação de características ESG (fatores ambientais, sociais e de governação) em pelo menos 90% deles.

De uma forma geral, e nomeadamente na fase de transição em curso para as novas normativas contabilísticas IFRS 17 e IFRS 9, contaremos com o *know-how* das Áreas Corporativas e da estrutura Territorial Ibéria onde nos encontramos inseridos no seio do Grupo,

Por tudo isto, entendemos que se encontra totalmente afastada qualquer possibilidade de ameaça à continuidade do negócio e reafirmamos todo o nosso empenhamento no desenvolvimento da Companhia.





# 06

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de excelência desenvolvido diariamente e os resultados obtidos só foram possíveis com o inestimável contributo de várias pessoas e organizações a quem endereçamos os nossos sinceros agradecimentos

### Colaboradores, mediadores, resseguradores, clientes, fornecedores, o conselho fiscal e o revisor oficial de contas são as partes de um todo que **juntas fazem a Companhia avançar**

A atividade ao longo do ano e os resultados obtidos, amplamente abordados neste relatório, apenas foram possíveis com o contributo inestimável de muitas pessoas e organizações a quem queremos endereçar um forte e sincero agradecimento.

Destacamos em primeiro lugar a confiança dos nossos clientes, a quem reiteramos o nosso compromisso de ir continuamente ao encontro das suas necessidades e preferências através de um serviço de qualidade.

Não esquecemos o papel fundamental dos nossos colaboradores e da nossa rede de mediadores e esperamos poder continuar a contar com o empenho e lealdade que desde sempre tem caracterizado a sua atuação.

Reconhecemos também o contributo dos diversos fornecedores de bens e serviços, sem o qual não poderíamos ter assegurado a desejada qualidade de serviço.

Uma menção aos nossos resseguradores pela confiança depositada na nossa capacidade de gestão e por partilharem connosco os riscos assumidos.

Em relação ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas cumpre-nos realçar o escrutínio independente e as oportunas intervenções que realizaram.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento ao relevante trabalho realizado em benefício do desenvolvimento e da defesa do setor segurador, levado a cabo pela ASF- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no papel de regulador, e da APS - Associação Portuguesa de Seguradores, enquanto representante das entidades seguradoras.



# 07

## APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício será mantido nos capitais próprios reforçando assim o balanço da Companhia

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 1.402.819,22 euros, seja mantido nos capitais próprios, reforçando o já sólido balanço da Companhia, mediante a seguinte aplicação:

Reserva legal: 140.281,92 euros

Reservas livres: 1.262.537,30 euros

Lisboa, 23 de março de 2023

O Conselho de Administração

### O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez **(Presidente)**

Vítor Manuel Silva Reis **(Vice-Presidente)**

Javier del Rio Martín **(Vogal)**

Pedro Ribeiro e Silva **(Vogal - Secretário)**

03

# Contas anuais 2022



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022		Exercício anterior (2021)	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		Valor líquido
3	<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	5.055.249,51		5.055.249,51	7.704.329,08
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
	Ativos financeiros detidos para negociação				
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	118.879.898,94		118.879.898,94	97.372.329,78
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	197.013.143,58		197.013.143,58	225.785.340,55
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	167.305,04		167.305,04	153.075,14
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos				
	Empréstimos concedidos	167.305,04		167.305,04	153.075,14
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio				
	Terrenos e edifícios de rendimento				
7	Outros ativos tangíveis	669.385,77	323.566,31	345.819,46	417.226,54
	Inventários				
8	Ativos sob direito de uso				
	<i>Goodwill</i>				

(continua)

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022			Exercício anterior (2021)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
9	Outros ativos intangíveis	5.315.211,37	1.693.150,70	3.622.060,67	4.038.863,72
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	3.060.326,61		3.060.326,61	2.520.341,51
	Ramo Vida				
	Provisão matemática				
	Provisão para sinistros	2.838.489,12		2.838.489,12	2.312.570,27
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Provisão para prémios não adquiridos	221.837,49		221.837,49	207.771,24
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro				
	Outras provisões técnicas				
30	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo				
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.165.926,36	14.147,01	2.151.779,35	3.801.746,70
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.679.558,06	14.147,01	1.665.411,05	3.442.039,93
	Contas a receber por operações de resseguro	2,18		2,18	
	Contas a receber por outras operações	486.366,12		486.366,12	359.706,77
12	Ativos por impostos e taxas	1.405.161,55		1.405.161,55	359.836,31
	Ativos por impostos correntes	215.131,15		215.131,15	359.836,31
	Ativos por impostos diferidos	1.190.030,40		1.190.030,40	
18	Acréscimos e diferimentos	230.259,05		230.259,05	28.743,87
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	<b>Total do ativo</b>	<b>334.926.797,53</b>	<b>2.519.857,96</b>	<b>332.406.939,57</b>	<b>342.783.816,57</b>

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
	<b>Passivo e capital próprio</b>		
	<b>Passivo</b>		
14	Provisões técnicas	220.976.095,06	242.508.113,09
	Ramo Vida	220.976.095,06	242.508.113,09
	Provisão matemática	161.875.671,21	168.242.802,54
	Provisão para sinistros	13.634.964,90	13.882.405,82
	Provisão para participação nos resultados	2.373.126,71	9.275.106,36
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	2.251.168,20	9.162.494,47
	Provisão para participação nos resultados atribuída	121.958,51	112.611,89
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para prémios não adquiridos	1.138.813,79	1.056.153,52
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas	41.953.518,45	50.051.644,85
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	76.338.766,97	44.861.172,44
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.382.893,06	1.957.006,37
	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.097.302,08	1.159.412,45
	Contas a pagar por operações de resseguro	54.661,32	208.393,68
	Contas a pagar por outras operações	230.929,66	589.200,24
12	Passivos por impostos	389.057,52	3.667.928,38
	Passivos por impostos correntes	389.057,52	392.391,18
	Passivos por impostos diferidos		3.275.537,20

(continua)

(continuação)

EUROS

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
16	Passivos de locações	508.445,87	635.691,01
18	Acréscimos e diferimentos	1.637.470,32	1.285.155,31
19	Outras provisões	23.443,11	165.000,00
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	<b>Total do passivo</b>	<b>301.256.171,91</b>	<b>295.080.066,60</b>
	<b>Capital próprio</b>		
20	Capital	21.000.000,00	21.000.000,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
21	Reservas de reavaliação	(2.416.836,30)	20.558.992,63
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.416.836,30)	20.558.992,63
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
21	Reserva por impostos diferidos	1.744.528,03	(3.275.537,20)
21	Outras reservas	9.420.256,71	8.665.554,51
	Resultados transitados		
	Resultado do exercício	1.402.819,22	754.740,03
	<b>Total do capital próprio</b>	<b>31.150.767,66</b>	<b>47.703.749,97</b>
	<b>Total do passivo e capital próprio</b>	<b>332.406.939,57</b>	<b>342.783.816,57</b>

## Conta de ganhos e perdas

EUROS

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	26.708.452,75			26.708.452,75	21.518.824,96
	Prémios brutos emitidos	28.987.741,26			28.987.741,26	23.723.075,48
	Prémios de resseguro cedido	2.228.916,95			2.228.916,95	2.219.121,29
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	58.272,76			58.272,76	(22.281,22)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	7.901,20			7.901,20	(7.410,45)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
23	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	31.795.979,23			31.795.979,23	36.130.164,44
	Montantes pagos	32.569.339,00			32.569.339,00	32.536.984,10
	Montantes brutos	33.332.399,56			33.332.399,56	33.101.114,68
	Parte dos resseguradores	763.060,56			763.060,56	564.130,58
	Provisão para sinistros (variação)	(773.359,77)			(773.359,77)	3.593.180,34
	Montante bruto	(247.440,92)			(247.440,92)	4.195.207,07
	Parte dos resseguradores	525.918,85			525.918,85	602.026,73
24	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(6.470.864,03)			(6.470.864,03)	(15.400.310,78)
	Montante bruto	(6.470.864,03)			(6.470.864,03)	(15.400.310,78)
	Parte dos resseguradores					
25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	293.009,87			293.009,87	601.795,21
26	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(8.098.126,40)			(8.098.126,40)	(3.495.181,64)
27; 29	Custos e gastos de exploração líquidos	6.852.727,78			6.852.727,78	7.549.800,43
28	Custos de aquisição	6.112.839,88			6.112.839,88	6.643.001,82
	Custos de aquisição diferidos (variação)	24.387,51			24.387,51	(6.371,78)
	Gastos administrativos	1.212.615,48			1.212.615,48	1.277.161,47
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	497.115,09			497.115,09	363.991,08

(continua)



Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
31	Rendimentos	7.775.708,75			7.775.708,75	8.421.658,61
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	6.416.732,72			6.416.732,72	6.808.562,74
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros	1.358.976,03			1.358.976,03	1.613.095,87
32	Gastos financeiros	2.445.859,93			2.445.859,93	2.647.682,57
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.438.990,09			1.438.990,09	1.349.577,34
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	618,19			618,19	58.409,33
	Outros	1.006.251,65			1.006.251,65	1.239.695,90
33	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(29.781,83)			(29.781,83)	141.499,61
	De ativos disponíveis para venda	(29.781,83)			(29.781,83)	141.499,61
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros					
34	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(5.976.447,17)			(5.976.447,17)	(1.166.687,03)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(5.976.447,17)			(5.976.447,17)	(1.166.687,03)
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					

(continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
35	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	548.230,29			548.230,29	
	De ativos disponíveis para venda	548.230,29			548.230,29	
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					
36	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	998.168,27			998.168,27	(25.826,93)
37	Outras provisões (variação)			9.731,38	9.731,38	(15.934,89)
38	Outros rendimentos/gastos			(82.983,45)	(82.983,45)	143.813,21
	<i>Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas</i>					
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	<b>Resultado líquido antes de impostos</b>	2.109.284,10		(92.714,83)	2.016.569,27	1.015.267,09
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			613.750,05	613.750,05	260.527,06
12	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2.109.284,10</b>		<b>(706.464,88)</b>	<b>1.402.819,22</b>	<b>754.740,03</b>

## Demonstração da variação do capital próprio

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total	EUROS
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes			
	<b>Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2021 (posição de abertura)</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>20.558.992,63</b>	<b>(3.275.537,20)</b>	<b>1.770.123,35</b>	<b>8.562.587,63</b>	<b>(1.667.156,47)</b>	<b>754.740,03</b>	<b>47.703.749,97</b>	
	Correções de erros (IAS 8)									
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									
	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>20.558.992,63</b>	<b>(3.275.537,20)</b>	<b>1.770.123,35</b>	<b>8.562.587,63</b>	<b>(1.667.156,47)</b>	<b>754.740,03</b>	<b>47.703.749,97</b>	
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		(22.975.828,93)	5.020.065,23			(37,83)		(17.955.801,53)	
20;21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				75.474,00	679.266,03		(754.740,03)		
	<b>Total das variações do capital próprio</b>		<b>(22.975.828,93)</b>	<b>5.020.065,23</b>	<b>75.474,00</b>	<b>679.266,03</b>	<b>(37,83)</b>	<b>(754.740,03)</b>	<b>(17.955.801,53)</b>	
	Resultado líquido do período							1.402.819,22	1.402.819,22	
	Distribuição antecipada de lucros									
	<b>Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2022</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>(2.416.836,30)</b>	<b>1.744.528,03</b>	<b>1.845.597,35</b>	<b>9.241.853,66</b>	<b>(1.667.194,30)</b>	<b>1.402.819,22</b>	<b>31.150.767,66</b>	

(continua)

(continuação)

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total	EUROS
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes			
	<b>Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2020 (posição de abertura)</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>24.765.649,83</b>	<b>(4.036.077,51)</b>	<b>1.481.598,88</b>	<b>5.965.867,44</b>	<b>(1.852.798,77)</b>	<b>2.885.244,66</b>	<b>50.209.484,53</b>	
	Correções de erros (IAS 8)									
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									
	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>24.765.649,83</b>	<b>(4.036.077,51)</b>	<b>1.481.598,88</b>	<b>5.965.867,44</b>	<b>(1.852.798,77)</b>	<b>2.885.244,66</b>	<b>50.209.484,53</b>	
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda		(4.206.657,20)	760.540,31			185.642,30		(3.260.474,59)	
20;21	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				288.524,47	2.596.720,19		(2.885.244,66)		
	<b>Total das variações do capital próprio</b>		<b>(4.206.657,20)</b>	<b>760.540,31</b>	<b>288.524,47</b>	<b>2.596.720,19</b>	<b>185.642,30</b>	<b>(2.885.244,66)</b>	<b>(3.260.474,59)</b>	
	Resultado líquido do período							754.740,03	754.740,03	
	Distribuição antecipada de lucros									
	<b>Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2021</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>20.558.992,63</b>	<b>(3.275.537,20)</b>	<b>1.770.123,35</b>	<b>8.562.587,63</b>	<b>(1.667.156,47)</b>	<b>754.740,03</b>	<b>47.703.749,97</b>	

## Demonstração do rendimento integral

EUROS

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>	<b>(17.955.763,70)</b>			<b>(17.955.763,70)</b>	<b>(3.446.116,89)</b>
21	Varição de da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	(22.975.828,93)			(22.975.828,93)	(4.206.657,20)
21	Impostos correntes e diferidos	5.020.065,23			5.020.065,23	760.540,31
	<b>Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>					
	Impostos correntes e diferidos					
	<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>	<b>(17.955.763,70)</b>			<b>(17.955.763,70)</b>	<b>(3.446.116,89)</b>
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2.109.284,10</b>		<b>(706.464,88)</b>	<b>1.402.819,22</b>	<b>754.740,03</b>
	<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>(15.846.479,60)</b>		<b>(706.464,88)</b>	<b>(16.552.944,48)</b>	<b>(2.691.376,86)</b>

## Fluxo de caixa

EUROS

Notas do anexo	Fluxo de caixa	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
	<b>Atividades operacionais</b>		
	Prémios recebidos *	75.763.107,67	59.256.821,87
	Sinistros pagos	(38.444.901,61)	(33.140.848,35)
	Pagamentos comissões	(2.792.750,16)	(2.938.849,23)
	Entradas resseguro	200.320,86	272.607,03
	Saídas resseguro	(1.328.961,75)	(1.155.278,64)
	Pagamento locações a curto prazo	(2.498,14)	(5.044,16)
	Pagamento locações de ativos de baixo valor	(81.884,39)	(64.169,26)
	Outros recebimentos	1.102.277,23	903.318,65
	Outros pagamentos	(6.936.662,92)	(13.798.011,83)
	Imposto sobre o rendimento	(44.644,58)	1.425.043,58
	<b>Total fluxos operacionais</b>	<b>27.433.402,21</b>	<b>10.755.589,66</b>
	<b>Atividades de investimento</b>		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(7.862,95)	(21.868,03)
	Títulos de dívida — compras	(33.504.288,99)	(14.094.058,39)
	Títulos de dívida — vendas	37.958.241,24	24.164.451,00
	Instrumentos capital e UP — compras	(48.311.150,18)	(34.156.510,89)
	Instrumentos capital e UP — vendas	6.269.595,50	5.325.974,56
	Juros recebidos	7.434.249,18	7.873.373,87
	Dividendos recebidos	203.295,96	195.711,77
	Outros investimentos		
	<b>Total fluxos investimento</b>	<b>(29.957.920,24)</b>	<b>(10.712.926,11)</b>
	<b>Atividades de financiamento</b>		
	Pagamento parte capital dos passivos de locação	(112.250,64)	(111.009,61)
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(12.310,90)	(15.981,14)
	<b>Total fluxos financiamento</b>	<b>(124.561,54)</b>	<b>(126.990,75)</b>
	Efeito cambial		
	<b>Aumento caixa</b>	<b>(2.649.079,57)</b>	<b>(84.327,20)</b>
	<b>Caixa no início</b>	<b>7.704.329,08</b>	<b>7.788.656,28</b>
3	<b>Caixa no fim</b>	<b>5.055.249,51</b>	<b>7.704.329,08</b>

\* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.

04

# Notas às demonstrações financeiras 2022



# Índice

<b>1.</b>	Informações Gerais	41
<b>2.</b>	Políticas Contabilísticas	42
<b>3.</b>	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	52
<b>4.</b>	Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	52
<b>5.</b>	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	55
<b>6.</b>	Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	58
<b>7.</b>	Outros Ativos Tangíveis	58
<b>8.</b>	Ativos sob Direito de Uso	59
<b>9.</b>	Outros Ativos Intangíveis	60
<b>10.</b>	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	60
<b>11.</b>	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	61
<b>12.</b>	Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	62
<b>13.</b>	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	63
<b>14.</b>	Provisões Técnicas	64
<b>15.</b>	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	67
<b>16.</b>	Passivos de Locação	68
<b>17.</b>	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	69
<b>18.</b>	Acréscimos e Diferimentos	69
<b>19.</b>	Outras Provisões	70
<b>20.</b>	Capital	70
<b>21.</b>	Reservas	71
<b>22.</b>	Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	72
<b>23.</b>	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	73

<b>24.</b>	Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro (variação)	73
<b>25.</b>	Participação nos Resultados, Líquida de Resseguro (variação)	73
<b>26.</b>	Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	74
<b>27.</b>	Custos e Gastos de Exploração Líquidos	74
<b>28.</b>	Custos de Aquisição	76
<b>29.</b>	Gastos com o Pessoal	76
<b>30.</b>	Obrigações com Benefícios dos Empregados	77
<b>31.</b>	Rendimentos	78
<b>32.</b>	Gastos Financeiros	79
<b>33.</b>	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	79
<b>34.</b>	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	80
<b>35.</b>	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	80
<b>36.</b>	Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	81
<b>37.</b>	Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	81
<b>38.</b>	Outros Rendimentos e Gastos	81
<b>39.</b>	Relato por Segmentos	82
<b>40.</b>	Entidades Relacionadas	83
<b>41.</b>	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	86
<b>42.</b>	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	90
<b>43.</b>	Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	94
<b>44.</b>	Elementos Extrapatrimoniais	98
<b>45.</b>	Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	98
<b>46.</b>	Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	98



# 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 euros, posteriormente ampliado para 21.000.000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

Iniciou a atividade em 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito em 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, 9.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama abaixo.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano 2022 prémios de contratos de seguros no valor de 28,99 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 44,93 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2022, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano 2022, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.



## 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (deferral approach) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2019, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podiam optar entre a aplicação, da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2023.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

No exercício de 2022, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquidas dos ativos do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE, em Espanha, as quais podem ser obtidas em [www.mapfre.com](http://www.mapfre.com).

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

## 2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

## 2.3. Instrumentos financeiros

### a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

#### • Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

#### • Ativos financeiros disponíveis para venda.

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

#### • Empréstimos sobre apólices

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

- **De ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**

Após o seu reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos Outros” ou de “Gastos financeiros Outros”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos Outros”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Rendimentos Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

- **De ativos financeiros disponíveis para venda**

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

- **De empréstimos sobre apólices**

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

- **Imparidade**

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal, em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui *“um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”*, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2017 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

## 2.4. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As depreciações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 euros são totalmente depreciados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência

## 2.5. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

## 2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R.

## 2.7. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

### a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de julgamentos e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverão correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

### b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

## 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Estão ainda registados os passivos de locação resultantes da aplicação da IFRS 16, conforme descrito no ponto 2.17.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

## 2.9. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

## 2.10. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

## 2.11. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

## 2.12. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

## 2.13. Contratos de seguro

### a) Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas, os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica “Prémios brutos emitidos”, tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos (variação)”.

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

### b) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

- **Custos com sinistros**

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea d) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

### **g) Provisão matemática**

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospetos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### **d) Provisão para sinistros**

- **Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação**

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão, nomeadamente os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

- **Sinistros pendentes de declaração (IBNR)**

O valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

### **e) Provisão para participação nos resultados**

- **Provisão para participação nos resultados atribuída**

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica “Provisão para participação nos resultados atribuída”. Normalmente, é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

- **Provisão para participação nos resultados a atribuir**

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

### **f) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos**

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.



### g) Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida, em que, contratualmente, se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

### h) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 40.

## 2.14. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na Nota 27.2. os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

## 2.15. Benefícios dos empregados

### a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

#### • Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 3 de setembro de 2020. A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52ª e 53ª, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

#### • Planos de benefício definido

Fruto da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

### b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44ª do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora, em vigor desde 3 de setembro de 2020, são calculadas anualmente utilizando o método “pró rata temporis”, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

### c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

## 2.16. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

## 2.17. Locações

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) O contrato envolve o uso de um ativo identificável - este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- (ii) A Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e
- (iii) A Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso:
  - (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

### **Locatário**

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é, inicialmente, mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice a taxa como na data de início; (iii) montantes que se esperam vir a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja, razoavelmente, certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação, caso a Companhia esteja, razoavelmente, certa de exercer a opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de locação a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos no Balanço.

### **Locações de curto prazo e locações de baixo valor**

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor (5.000 euros). A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

## 2.18. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como se seguem, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas, analisadas de seguida, são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### a) Provisões Técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.13. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 14.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

### b) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada de um valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% da desvalorização, no justo valor de um instrumento de capital, é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

### c) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores, registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

### d) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

### e) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

## 3 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	EUROS	
	2022	2021
<b>Caixa e equivalentes e depósitos à ordem</b>		
Caixa e equivalentes	1.254,77	216,83
Depósitos à ordem	5.053.994,74	7.704.112,25
<b>Total</b>	<b>5.055.249,51</b>	<b>7.704.329,08</b>

## 4 ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

### 4.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” são constituídos por unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e títulos de dívida.

A reconciliação dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

	2022		
	EUROS		
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
<b>Saldo inicial</b>	<b>57.730.424,53</b>	<b>39.641.905,25</b>	<b>97.372.329,78</b>
Aquisições (a valor aquisição)		47.804.934,20	47.804.934,20
Vendas (a valor venda)	(2.029.615,16)	(5.891.351,83)	(7.920.966,99)
Reembolsos (a valor reembolso)	(5.210.000,00)		(5.210.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)			
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(6.122.136,84)	(6.725.219,06)	(12.847.355,90)
Variação do custo amortizado	(157.377,36)		(157.377,36)
Variação juro decorrido	(161.664,79)		(161.664,79)
<b>Saldo final</b>	<b>44.049.630,38</b>	<b>74.830.268,56</b>	<b>118.879.898,94</b>

	2021		
	EUROS		
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de participação	Valor contabilístico
<b>Saldo inicial</b>	<b>65.860.602,92</b>	<b>5.670.088,79</b>	<b>71.530.691,71</b>
Aquisições (a valor aquisição)	-	33.292.852,51	33.292.852,51
Vendas (a valor venda)	(1.612.933,34)	(247.695,29)	(1.860.628,63)
Reembolsos (a valor reembolso)	(5.000.000,00)		(5.000.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)			
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(1.219.087,16)	926.659,24	(292.427,92)
Variação do custo amortizado	(353.504,06)		(353.504,06)
Variação juro decorrido	55.346,17		55.346,17
<b>Saldo final</b>	<b>57.730.424,53</b>	<b>39.641.905,25</b>	<b>97.372.329,78</b>

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Conceito	2022					EUROS
	Valor contabilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas						
Unidades de participação	80.031.250,16		(5.200.981,60)			74.830.268,56
Títulos de dívida - pública	29.766.756,41	(732.071,65)	(868.284,87)	244.115,22		28.410.515,11
Títulos de dívida - de outros emissores	17.232.900,00	(132.733,38)	(1.528.823,82)	67.772,47		15.639.115,27
<b>Total</b>	<b>127.030.906,57</b>	<b>(864.805,03)</b>	<b>(7.598.090,29)</b>	<b>311.887,69</b>		<b>118.879.898,94</b>

Conceito	2021					EUROS
	Valor contabilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas						
Unidades de participação	38.250.361,80		1.391.543,45			39.641.905,25
Títulos de dívida - pública	31.237.192,86	(620.297,24)	2.492.554,64	262.468,13		33.371.918,39
Títulos de dívida - de outros emissores	23.134.500,00	(171.318,40)	1.184.240,19	211.084,35		24.358.506,14
<b>Total</b>	<b>92.622.054,66</b>	<b>(791.615,64)</b>	<b>5.068.338,28</b>	<b>473.552,48</b>		<b>97.372.329,78</b>

Nos Anexos 1.1. e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

## 4.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2022, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 15.639.115,27 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V.
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V.
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V.
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V.
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V.
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V.
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

**Nível 1** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

**Nível 2** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando, maioritariamente, parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

**Nível 3** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Conceito	2022			EUROS
	Justo valor - níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades de participação	74.830.268,56			74.830.268,56
Títulos de dívida - pública	28.410.515,11			28.410.515,11
Títulos de dívida - de outros emissores		15.639.115,27		15.639.115,27
<b>Total</b>	<b>103.240.783,67</b>	<b>15.639.115,27</b>		<b>118.879.898,94</b>

Conceito	2021			EUROS
	Justo valor - níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Unidades de participação	39.641.905,25			39.641.905,25
Títulos de dívida - pública	33.371.918,39			33.371.918,39
Títulos de dívida - de outros emissores		24.358.506,14		24.358.506,14
<b>Total</b>	<b>73.013.823,64</b>	<b>24.358.506,14</b>		<b>97.372.329,78</b>

# 5 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

## 5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais, encontra-se no quadro seguinte:

Rubrica	2022			EUROS
	Títulos de dívida	Ações e unid. de particip.	Total	
<b>Saldo inicial</b>	<b>213.018.868,98</b>	<b>12.766.471,57</b>	<b>225.785.340,55</b>	
Aquisições (a valor aquisição)	32.807.980,24	310.383,46	33.118.363,70	
Alienações (a valor venda)	(6.436.175,15)	(180.172,76)	(6.616.347,91)	
Reembolsos (a valor reembolso)	(24.211.818,18)		(24.211.818,18)	
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	(28.607.516,29)	(1.279.638,91)	(29.887.155,20)	
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(23.891,07)	(5.890,76)	(29.781,83)	
Variação do custo amortizado	(981.543,03)		(981.543,03)	
Variação juro decorrido	(163.914,52)		(163.914,52)	
<b>Saldo final</b>	<b>185.401.990,98</b>	<b>11.611.152,60</b>	<b>197.013.143,58</b>	

Rubrica	2021			EUROS
	Títulos de dívida	Ações e unid. de particip.	Total	
<b>Saldo inicial</b>	<b>225.842.556,58</b>	<b>14.602.246,10</b>	<b>240.444.802,68</b>	
Aquisições (a valor aquisição)	13.960.757,89	1.242.586,75	15.203.344,64	
Alienações (a valor venda)	(1.293.939,40)	(5.458.093,53)	(6.752.032,93)	
Reembolsos (a valor reembolso)	(16.248.461,50)		(16.248.461,50)	
Variação do justo valor (reserva reavaliação)	(8.193.946,63)	2.236.072,43	(5.957.874,20)	
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(2.160,21)	143.659,82	141.499,61	
Variação do custo amortizado	(693.604,91)		(693.604,91)	
Variação juro decorrido	(352.332,84)		(352.332,84)	
<b>Saldo final</b>	<b>213.018.868,98</b>	<b>12.766.471,57</b>	<b>225.785.340,55</b>	

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Classificações do ativo	2022					EUROS
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de capital	4.200.482,37		1.307.846,66			5.508.329,03
Unidades de participação	4.999.357,34		1.103.466,23			6.102.823,57
Títulos de dívida - pública	150.770.284,28	(5.308.407,77)	(1.225.605,19)	2.616.813,63		146.853.084,95
Títulos de dívida - de outros emissores públicos	302.043,00	(1.831,19)	(2.108,42)			298.103,39
Títulos de dívida - de outros emissores	39.862.970,26	73.041,31	(1.349.267,38)	212.288,74	(548.230,29)	38.250.802,64
<b>Total</b>	<b>200.135.137,25</b>	<b>(5.237.197,65)</b>	<b>(165.668,10)</b>	<b>2.829.102,37</b>	<b>(548.230,29)</b>	<b>197.013.143,58</b>

Classificações do ativo	2021					EUROS
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de capital	4.197.787,22		1.835.002,98			6.032.790,20
Unidades de participação	4.877.732,55		1.855.948,82			6.733.681,37
Títulos de dívida - pública	150.785.909,07	(2.199.644,08)	25.494.768,94	2.674.724,12		176.755.758,05
Títulos de dívida - de outros emissores públicos	302.043,00	(1.152,00)	1.475,10			302.366,10
Títulos de dívida - de outros emissores	34.818.009,98	290.150,82	534.291,26	318.292,77		35.960.744,83
<b>Total</b>	<b>194.981.481,82</b>	<b>(1.910.645,26)</b>	<b>29.721.487,10</b>	<b>2.993.016,89</b>		<b>225.785.340,55</b>

No Anexo 1.1. e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

## 5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2022, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;

- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;

- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e

- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 11.008.106,15 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V.
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V.
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V.
XS0399353506	EDP FINANCE B.V.
ES0505640005	IM ACP SHORT-TERM DEBT, FT
FR0014002010	ORPEA
ES0000012726	TESORO PÚBLICO
ES0000012767	TESORO PÚBLICO
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A.
XS2559401802	SVENSK EXPORTKREDIT AB



Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “Bloomberg”. No entanto, no exercício de 2022 houve exceções, tendo sido valorizadas pelo custo, pelo montante de 953.940,87 Eur, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUTURAS FCR
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

**Nível 1** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

**Nível 2** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando, maioritariamente, parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

**Nível 3** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se no quadro ao lado, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Conceito	2022			
	Justo valor - níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	5.508.329,03			5.508.329,03
Unidades de participação	5.148.882,70		953.940,87	6.102.823,57
Títulos de dívida - pública	145.716.280,44	1.136.804,51		146.853.084,95
Títulos de dívida - de outros emissores públicos	298.103,39			298.103,39
Títulos de dívida - de outros emissores	28.379.501,00	9.871.301,64		38.250.802,64
<b>Total</b>	<b>185.051.096,56</b>	<b>11.008.106,15</b>	<b>953.940,87</b>	<b>197.013.143,58</b>

Conceito	2021			
	Justo valor - níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	6.032.790,20			6.032.790,20
Unidades de participação	5.937.366,21		796.315,16	6.733.681,37
Títulos de dívida - pública	166.130.527,86	10.625.230,19		176.755.758,05
Títulos de dívida - de outros emissores públicos	302.366,10			302.366,10
Títulos de dívida - de outros emissores	23.067.472,19	12.893.272,64		35.960.744,83
<b>Total</b>	<b>201.470.522,56</b>	<b>23.518.502,83</b>	<b>796.315,16</b>	<b>225.785.340,55</b>

### 5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.3. e registou, no exercício de 2022, como perdas por imparidade as que se demonstram no quadro abaixo:

Tipo de ativo	2022			EUROS
	Aquisição	Valor contabilístico Justo valor	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos de outros emissores - Orpea	910.530,00	238.561,65	548.230,29	
<b>Total</b>	<b>910.530,00</b>	<b>238.561,65</b>	<b>548.230,29</b>	

### 6 EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Rubrica	EUROS	
	2022	2021
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos concedidos sobre apólices	167.305,04	153.075,14
<b>Total</b>	<b>167.305,04</b>	<b>153.075,14</b>

### 7 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e depreciações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Outros ativos tangíveis	2022					Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)	EUROS
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates			
<b>Equipamento</b>								
Equipamento administrativo	50.251,26					10.486,41	39.764,85	
Máquinas e ferramentas	14.249,08	6.823,32				4.161,03	16.911,37	
Equipamento informático	796,41					796,41		
Instalações interiores	89.555,02	2.189,70	(1.487,84)			12.194,93	78.061,95	
Outro equipamento	330,20					330,20		
Outros ativos tangíveis	262.044,57		1.487,84			52.451,12	211.081,29	
Ativos tangíveis em curso								
<b>Total</b>	<b>417.226,54</b>	<b>9.013,02</b>				<b>80.420,10</b>	<b>345.819,46</b>	

Outros ativos tangíveis	2021					EURS	
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
<b>Equipamento</b>							
Equipamento administrativo	57.418,48	3.809,68				10.976,90	50.251,26
Máquinas e ferramentas	18.484,22					4.235,14	14.249,08
Equipamento informático	4.718,20					3.921,79	796,41
Instalações interiores	89.019,48	12.492,06				11.956,52	89.555,02
Outro equipamento	690,39					360,19	330,20
Outros ativos tangíveis	314.372,37					52.327,80	262.044,57
Ativos tangíveis em curso							
<b>Total</b>	<b>484.703,14</b>	<b>16.301,74</b>				<b>83.778,34</b>	<b>417.226,54</b>

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” em imparidade ou cedido.

## 8 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e depreciações efetuado no exercício de 2022 e 2021, está demonstrado nos quadros seguintes:

Ativos sob direito de uso	2022					EURS	
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ renovações/ atualizações	Transferências	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)	
Direito de Uso Imóveis	578.413,92	2.056,81			115.061,49	465.409,24	
Direito de Uso Outros	23.569,45	2.739,32		6.733,85	9.048,35	10.526,57	
<b>Total</b>	<b>601.983,37</b>	<b>4.796,13</b>		<b>6.733,85</b>	<b>124.109,84</b>	<b>475.935,81</b>	

Ativos sob direito de uso	2021					EURS	
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ renovações/ atualizações	Transferências	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)	
Direito de Uso Imóveis	693.383,76				114.969,84	578.413,92	
Direito de Uso Outros	35.367,17	23.595,50		20.646,06	14.747,16	23.569,45	
<b>Total</b>	<b>728.750,93</b>	<b>23.595,50</b>		<b>20.646,06</b>	<b>129.717,00</b>	<b>601.983,37</b>	

A natureza do “Direito de Uso Outros” corresponde a locações de viaturas.

## 9 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e depreciações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Outros ativos intangíveis	2022						EURS
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	44.328,33					44.328,33	
Outros ativos intangíveis	3.994.535,39					372.474,72	3.622.060,67
Ativos intangíveis em curso							
<b>Total</b>	<b>4.038.863,72</b>					<b>416.803,05</b>	<b>3.622.060,67</b>

Outros ativos intangíveis	2021						EURS
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amortização do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	97.310,56					52.982,23	44.328,33
Outros ativos intangíveis	4.428.000,00					433.464,61	3.994.535,39
Ativos intangíveis em curso	123.112,47				123.112,47		
<b>Total</b>	<b>4.648.423,03</b>				<b>123.112,47</b>	<b>486.446,84</b>	<b>4.038.863,72</b>

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte ao desenvolvimento do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que, por não se esperar benefícios económicos futuros, foram abatidos.

A aquisição de 4.428.000 euros em “Outros Ativos Intangíveis” é referente ao custo de aquisição de uma carteira de apólices de risco cujo vendedor foi a Santander Totta Seguros, S.A.. Esta operação fez parte do acordo de distribuição estabelecido entre a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e a Santander Totta Seguros, S.A..

## 10 PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Provisões técnicas - resseguro cedido	2022			EURS
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão para sinistros	2.312.570,27	1.440.941,09	915.022,24	2.838.489,12
Prestações	2.071.712,16	1.362.782,08	763.060,56	2.671.433,68
IBNR	547.621,58	78.159,01		625.780,59
IBNER	(306.763,47)		151.961,68	(458.725,15)
Provisão para prémios não adquiridos	207.771,24	7.901,20	(6.165,05)	221.837,49
Prémios não adquiridos	229.690,88	7.901,20		237.592,08
Custos de aquisição diferidos	(21.919,64)		(6.165,05)	(15.754,59)
<b>Total</b>	<b>2.520.341,51</b>	<b>1.448.842,29</b>	<b>908.857,19</b>	<b>3.060.326,61</b>

Provisões técnicas - resseguro cedido	2021			EURS
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão para sinistros	1.710.543,54	1.430.851,48	828.824,75	2.312.570,27
Prestações	1.402.767,18	1.233.075,56	564.130,58	2.071.712,16
IBNR	349.845,66	197.775,92		547.621,58
IBNER	(42.069,30)		264.694,17	(306.763,47)
Provisão para prémios não adquiridos	176.753,26		(31.017,98)	207.771,24
Prémios não adquiridos	237.101,33		7.410,45	229.690,88
Custos de aquisição diferidos	(60.348,07)		(38.428,43)	(21.919,64)
<b>Total</b>	<b>1.887.296,80</b>	<b>1.430.851,48</b>	<b>797.806,77</b>	<b>2.520.341,51</b>

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

# 11 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Rubrica	2022			EUROS
	Ativo bruto	Imparidade/ajustamentos	Ativo líquido	
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>				
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>	<b>1.679.558,06</b>	<b>14.147,01</b>	<b>1.665.411,05</b>	
Contas de cobrança	1.546.184,53	14.147,01	1.532.037,52	
Mediadores	133.373,53		133.373,53	
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>	<b>2,18</b>		<b>2,18</b>	
<b>Contas a receber por outras operações</b>	<b>486.366,12</b>		<b>486.366,12</b>	
Empréstimos ao pessoal	136.373,13		136.373,13	
Outras operações com pessoal	442,87		442,87	
Outros devedores	349.550,12		349.550,12	
<b>Total</b>	<b>2.165.926,36</b>	<b>14.147,01</b>	<b>2.151.779,35</b>	

Rubrica	2022			EUROS
	Ativo bruto	Imparidade/ajustamentos	Ativo líquido	
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>				
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>	<b>3.446.455,56</b>	<b>4.415,63</b>	<b>3.442.039,93</b>	
Tomadores de seguros	3.340.554,30	4.415,63	3.336.138,67	
Mediadores	105.901,26		105.901,26	
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>				
<b>Contas a receber por outras operações</b>	<b>359.706,77</b>		<b>359.706,77</b>	
Empréstimos ao pessoal	163.244,16		163.244,16	
Outras operações com pessoal	1.786,45		1.786,45	
Outros devedores	194.676,16		194.676,16	
<b>Total</b>	<b>3.806.162,33</b>	<b>4.415,63</b>	<b>3.801.746,70</b>	

O valor contabilizado em Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos desagrega-se como segue:

Rubrica	2022				EUROS
	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final	
Ajustamentos de recibos por cobrar					
De outros tomadores de seguros	4.415,63	9.731,38		14.147,01	
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa					
De tomadores de seguros					
De mediadores					
De outros devedores					
<b>Total</b>	<b>4.415,63</b>	<b>9.731,38</b>		<b>14.147,01</b>	

Rubrica	2021				EUROS
	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final	
Ajustamentos de recibos por cobrar					
De outros tomadores de seguros	20.350,52		(15.934,89)	4.415,63	
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa					
De tomadores de seguros					
De mediadores					
De outros devedores					
<b>Total</b>	<b>20.350,52</b>		<b>(15.934,89)</b>	<b>4.415,63</b>	

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

# 12 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas:

Conceito	EURS	
	2022	2021
<b>Ativos por impostos e taxas</b>	<b>1.405.161,55</b>	<b>359.836,31</b>
Ativos por impostos (e taxas) correntes	215.131,15	359.836,31
Ativos por impostos diferidos	1.190.030,40	
<b>Passivos por impostos e taxas</b>	<b>389.057,52</b>	<b>3.667.928,38</b>
Passivos por impostos (e taxas) correntes	389.057,52	392.391,18
Passivos por impostos diferidos		3.275.537,20

## 12.1. Impostos Correntes

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas correntes:

Rubrica	EURS	
	2022	2021
<b>Ativos por impostos correntes</b>	<b>215.131,15</b>	<b>359.836,31</b>
Imposto sobre o rendimento	121.288,01	268.452,25
IRC: Reclamações impugnações		
Outros impostos e taxas	93.843,14	91.384,06
<b>Passivos por impostos correntes</b>	<b>(389.057,52)</b>	<b>(392.391,18)</b>
Imposto corrente		
Retenções na fonte	(66.069,85)	(82.876,09)
Outros impostos e taxas	(322.987,67)	(309.515,09)
<b>Total</b>	<b>(173.926,37)</b>	<b>(32.554,87)</b>

Detalham-se, no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

	2022	EURS	
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.016.569,27		2.016.569,27
Variação do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef.		(9.966.418,31)	(9.966.418,31)
<b>21% do resultado antes de impostos</b>	<b>423.479,55</b>	<b>(2.092.947,85)</b>	<b>(1.669.468,30)</b>
<b>Gasto por imposto (a acrescer/a Deduzir):</b>			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que, direta ou indiretamente, incidam sobre os lucros	20.387,81		20.387,81
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	12.799,70		12.799,70
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	14.338,67		14.338,67
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	665,36		665,36
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	496,89		496,89
Encargos com combustíveis			
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	78.219,69		78.219,69
Menos-valias contabilísticas	14.061,11		14.061,11
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento			
Custos extraordinários	9.646,08		9.646,08
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(268,67)		(268,67)
Mais-valias contabilísticas	(3.932,11)		(3.932,11)
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	(10.188,15)		(10.188,15)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(3.909,21)		(3.909,21)
Benefícios fiscais	(1.299,06)		(1.299,06)
Proveitos extraordinários			
<b>Total do imposto</b>	<b>554.497,63</b>	<b>(2.092.947,85)</b>	<b>(1.538.450,21)</b>
Derrama			
Tributação autónoma	59.252,42		59.252,42
<b>Total de gasto por imposto corrente</b>	<b>613.750,05</b>	<b>(2.092.947,85)</b>	<b>59.252,42</b>
<b>Imposto sobre lucros a pagar/receber</b>			
Retenções na fonte			
Entregas por conta			(126.456,00)
<b>Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)</b>	<b>613.750,05</b>	<b>(2.092.947,85)</b>	<b>(67.203,58)</b>

	2021		EURS
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e Perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.015.267,09		1.015.267,09
Varição do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov.Téc. com Particip.Benef.		(826.478,10)	(826.478,10)
<b>21% do resultado antes de impostos</b>	<b>213.206,09</b>	<b>(173.560,40)</b>	39.645,69
<b>Gasto por imposto (a acrescer/a Deduzir):</b>			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que, indireta ou indiretamente, incidam sobre os lucros	620,41		620,41
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	2.529,76		2.529,76
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	22.776,02		22.776,02
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	9,35		9,35
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	496,89		496,89
Encargos com combustíveis			
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos			
Menos-valias contabilísticas	469,60		469,60
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	21.968,38		21.968,38
Custos extraordinários	8.700,21		8.700,21
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(22.776,02)		(22.776,02)
Mais-valias contabilísticas	(22.437,98)		(22.437,98)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(8.803,73)		(8.803,73)
Benefícios fiscais	(1.116,78)		(1.116,78)
Proveitos extraordinários			
<b>Total do imposto</b>	<b>215.642,18</b>	<b>(173.560,40)</b>	<b>42.081,78</b>
Derrama	14.507,78	(11.676,64)	2.831,14
Tributação autónoma	30.377,10		30.377,10
<b>Total de gasto por imposto corrente</b>	<b>260.527,06</b>	<b>(185.237,04)</b>	<b>75.290,02</b>
<b>Imposto sobre lucros a pagar/receber</b>			
Retenções na fonte			(18.711,70)
Entregas por conta			(235.371,00)
<b>Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)</b>	<b>260.527,06</b>	<b>(185.237,04)</b>	<b>(178.792,68)</b>

## 12.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos, durante os exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	2022		2021		EURS
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo inicial	Saldo final
Ativos/passivos por impostos diferidos		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	(3.275.537,20)			2.927.117,38	(348.419,82)
De prejuízos fiscais			1.538.450,22		1.538.450,22
<b>Total</b>	<b>(3.275.537,20)</b>		<b>1.538.450,22</b>	<b>2.927.117,38</b>	<b>1.190.030,40</b>

	2021		2020		EURS
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo inicial	Saldo final
Ativos/passivos por impostos diferidos		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	(4.036.077,51)			760.540,31	(3.275.537,20)
De prejuízos fiscais					
<b>Total</b>	<b>(4.036.077,51)</b>			<b>760.540,31</b>	<b>(3.275.537,20)</b>

# 13 FETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos demonstra-se no quadro abaixo:

Rubrica	2022			Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		5.308.322,92	(253.073,41)	5.055.249,51
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas		44.049.630,38	74.830.268,56	118.879.898,94
Ativos financeiros disponíveis para venda	127.670.203,35	66.585.418,87	2.757.521,36	197.013.143,58
Empréstimos concedidos e contas a receber	167.305,04			167.305,04
Outros ativos tangíveis		345.819,46		345.819,46
Parte dos resseguradores nas provisões técnicas		3.060.326,61		3.060.326,61
Custos de aquisição diferidos		238.795,05		238.795,05
<b>Total</b>	<b>127.837.508,39</b>	<b>119.588.313,29</b>	<b>77.334.716,51</b>	<b>324.760.538,19</b>

Rubrica	2021			Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	710.000,00	4.052.816,13	2.941.512,95	7.704.329,08
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas		57.730.424,53	39.641.905,25	97.372.329,78
Ativos financeiros disponíveis para venda	140.641.992,42	81.647.440,87	3.495.907,26	225.785.340,55
Empréstimos concedidos e contas a receber	153.075,14			153.075,14
Outros ativos tangíveis		417.226,54		417.226,54
Parte dos resseguradores nas provisões técnicas		2.520.341,51		2.520.341,51
Custos de aquisição diferidos		263.182,56		263.182,56
<b>Total</b>	<b>141.505.067,56</b>	<b>146.631.432,14</b>	<b>46.079.325,46</b>	<b>334.215.825,16</b>

# 14 PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Provisões técnicas - seguro direto	2022			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão matemática	<b>218.294.447,39</b>	<b>8.194.726,57</b>	<b>22.659.984,30</b>	<b>203.829.189,66</b>
Provisão para sinistros	13.882.405,82	30.216.429,59	30.463.870,51	13.634.964,90
Prestações	13.301.483,88	30.196.781,23	30.149.925,83	13.348.339,28
IBNR	1.248.529,14	19.648,36	1.035,97	1.267.141,53
IBNER	(667.607,20)		312.908,71	(980.515,91)
Provisão para participação nos resultados	9.275.106,36	113.079,32	7.015.058,97	2.373.126,71
Provisão para prémios não adquiridos	1.056.153,52	58.272,76	(24.387,51)	1.138.813,79
Prémios não adquiridos	1.319.336,08	58.272,76		1.377.608,84
Custos de aquisição diferidos	(263.182,56)		(24.387,51)	(238.795,05)
<b>Total</b>	<b>242.508.113,09</b>	<b>38.582.508,24</b>	<b>60.114.526,27</b>	<b>220.976.095,06</b>

Provisões técnicas - seguro direto	2021			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão matemática	236.538.494,11	8.411.474,17	26.655.520,89	218.294.447,39
Provisão para sinistros	9.687.198,75	34.605.140,64	30.409.933,57	13.882.405,82
Prestações	8.975.618,42	34.148.108,55	29.822.243,09	13.301.483,88
IBNR	797.526,75	457.032,09	6.029,70	1.248.529,14
IBNER	(85.946,42)		581.660,78	(667.607,20)
Provisão para participação nos resultados	11.574.036,36	103.732,70	2.402.662,70	9.275.106,36
Provisão para prémios não adquiridos	1.084.806,52	(6.371,78)	22.281,22	1.056.153,52
Prémios não adquiridos	1.341.617,30		22.281,22	1.319.336,08
Custos de aquisição diferidos	(256.810,78)	(6.371,78)		(263.182,56)
<b>Total</b>	<b>258.884.535,74</b>	<b>43.113.975,73</b>	<b>59.490.398,38</b>	<b>242.508.113,09</b>



## 14.1. Provisão Matemática

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2022 e de 2021, a seguinte composição por famílias de produtos:

Provisões técnicas - seguro direto	2022				EURS
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	
<b>Contratos de seguros</b>					
Rendas	32.300.203,17	46.191,04	1.132.943,65	31.213.450,56	
Risco	883.478,25	394.223,35	460.922,19	816.779,41	
Mistos	17.246.636,43	1.446.816,72	3.079.455,90	15.613.997,25	
Capitalização	85.642.393,62	134.404,11	8.167.432,16	77.609.365,57	
P.P.R.	70.426.107,93	4.520.062,38	7.639.838,36	67.306.331,95	
UNIVERSAL LIFE	11.795.627,99	1.653.028,97	2.179.392,04	11.269.264,92	
<b>Total</b>	<b>218.294.447,39</b>	<b>8.194.726,57</b>	<b>22.659.984,30</b>	<b>203.829.189,66</b>	

Provisões técnicas - seguro direto	2021				EURS
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	
<b>Contratos de seguros</b>					
Rendas	33.458.295,70	27.439,64	1.185.532,17	32.300.203,17	
Risco	901.735,32	648.894,61	667.151,68	883.478,25	
Mistos	19.799.785,91	1.818.439,36	4.371.588,84	17.246.636,43	
Capitalização	100.798.324,71	(2.399.778,57)	12.756.152,52	85.642.393,62	
P.P.R.	70.140.125,95	6.339.119,89	6.053.137,91	70.426.107,93	
UNIVERSAL LIFE	11.440.226,52	1.977.359,24	1.621.957,77	11.795.627,99	
<b>Total</b>	<b>236.538.494,11</b>	<b>8.411.474,17</b>	<b>26.655.520,89</b>	<b>218.294.447,39</b>	

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
<b>Seguros não ligados a fundos de investimento</b>		
Rendas	Taxa Variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e Modificadas
<b>Mistos</b>		
Mistos	entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
<b>Temporários</b>		
Temporário	entre 0,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e Modificadas
Temporário anual renovável	entre 0% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e Modificadas
<b>Capitais diferidos</b>		
Prémios periódicos	entre 0,1% e 4%	GRM 95, GKM 95 e Modificadas
Prémios únicos	entre 0,1% e 4%	GRM 80, GKM 95 e Modificadas, PASEM 2019
PPR	entre 0,01% e 4%	GKM 95
Universal life	entre 0,01% e 2,5%	GKM 95 e Modificadas
<b>Seguros ligados a fundos de investimento</b>		
Com risco de investimento	entre 0% e 1,4%	PASEM 2010 e Modificadas

## 14.2. Provisão para sinistros

O Anexo 2.1. e 2.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2022 e 2021, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

## 14.3. Provisão para Participação nos Resultados

No quadro que se segue, demonstra-se, por modalidade, a movimentação referente à participação nos resultados atribuída no exercício de 2022 e 2021:

Participação nos resultados atribuída	2022			EUROS
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	
<b>Modalidade:</b>				
REFORMA ASSEGURADA				
FUTURO JOVEM GARANTIDO				
SEGURO REFORMA COMPLETO				
PLANO POUPANÇA CRIANÇA FUTURO				
PPR PRE REFORMA MAPFRE				
REFORMA GARANTIDA MAPFRE PPR	32.642,70	36.797,13	32.591,03	36.848,80
PPR PLANO A	1.866,77	5.463,24	1.866,77	5.463,24
PPR 3	508,23	641,61	508,23	641,61
PPR BIC II	1.036,22	1.137,16	1.036,22	1.137,16
PPR BIC GARANTIDO	2.106,03	1.681,45	2.106,03	1.681,45
POSTAL PPR GARANTIDO(II SÉRIE)	3.358,64	2.879,54	3.358,64	2.879,54
MAPFRE PPR	5.801,28	6.108,60	5.801,28	6.108,60
POSTAL PPR SEGURO	15.624,43	12.848,94	15.624,43	12.848,94
PPR SUPER PLANO A	947,99	326,48	947,99	326,48
COLETIVO - PROTEÇÃO & REFORMA	8.827,52			8.827,52
PPR GARANTIDO 5 +	5.300,96	7.011,85	5.300,96	7.011,85
PPR MUITA POUPANÇA	2.005,16	3.570,12	2.005,16	3.570,12
PPR TRANSFERÊNCIA	252,22	380,90	252,22	380,90
PPR MASTER 3.6	168,55	2.264,75	168,55	2.264,75
PPR VITAL	2.964,48	2.654,91	2.964,48	2.654,91
PPR FUTURO +	8.235,03	9.044,88	8.235,03	9.044,88
POSTAL PPR PLUS	9.462,60	7.534,34	9.462,60	7.534,34
POSTAL PPR RENDIMENTO MAIS	3.422,75	3.235,73	3.422,75	3.235,73
MAPFRE PPR 2	6.573,86	8.471,46	6.573,86	8.471,46
MAPFRE PPR (EDIÇÃO ESPECIAL)	1.506,47	1.026,23	1.506,47	1.026,23
<b>Total</b>	<b>112.611,89</b>	<b>113.079,32</b>	<b>103.732,70</b>	<b>121.958,51</b>

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

Participação nos resultados atribuída	2021			EUROS
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	
<b>Modalidade:</b>				
REFORMA ASSEGURADA	12.198,04		12.198,04	
FUTURO JOVEM GARANTIDO	478,37		478,37	
SEGURO REFORMA COMPLETO	12.463,29		12.463,29	
PLANO POUPANÇA CRIANÇA FUTURO	4.482,62		4.482,62	
PPR PRE REFORMA MAPFRE	486,14		486,14	
REFORMA GARANTIDA MAPFRE PPR	203.706,20	32.591,03	203.654,53	32.642,70
PPR PLANO A	45.960,59	1.866,77	45.960,59	1.866,77
PPR 3	2.865,20	508,23	2.865,20	508,23
PPR BIC II	2.775,04	1.036,22	2.775,04	1.036,22
PPR BIC GARANTIDO	639,78	2.106,03	639,78	2.106,03
POSTAL PPR GARANTIDO(II SÉRIE)	6.437,26	3.358,64	6.437,26	3.358,64
MAPFRE PPR	25.887,42	5.801,28	25.887,42	5.801,28
POSTAL PPR SEGURO	30.129,87	15.624,43	30.129,87	15.624,43
PPR SUPER PLANO A	15.682,71	947,99	15.682,71	947,99
COLETIVO - PROTEÇÃO & REFORMA	8.827,52			8.827,52
PPR GARANTIDO 5 +	8.889,48	5.300,96	8.889,48	5.300,96
PPR MUITA POUPANÇA	14.505,21	2.005,16	14.505,21	2.005,16
PPR TRANSFERÊNCIA	2.548,66	252,22	2.548,66	252,22
PPR MASTER 3.6		168,55		168,55
PPR VITAL	5.294,10	2.964,48	5.294,10	2.964,48
PPR FUTURO +	13.131,43	8.235,03	13.131,43	8.235,03
POSTAL PPR PLUS	118.010,32	9.462,60	118.010,32	9.462,60
POSTAL PPR RENDIMENTO MAIS	8.281,14	3.422,75	8.281,14	3.422,75
MAPFRE PPR 2	109.672,75	6.573,86	109.672,75	6.573,86
MAPFRE PPR (EDIÇÃO ESPECIAL)	6.971,75	1.506,47	6.971,75	1.506,47
<b>Total</b>	<b>660.324,89</b>	<b>103.732,70</b>	<b>651.445,70</b>	<b>112.611,89</b>

A participação nos resultados a atribuir (“*Shadow accounting*”), que corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato, ascende a 2,3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 9,2 milhões de euros).

# 15 PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGURO E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O valor de 76.338.766,97 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

No quadro abaixo, demonstra-se a movimentação referente aos Passivos Financeiros nos exercícios de 2022 e 2021:

Passivos financeiros	2022					EUROS
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final	
Valorizados ao justo valor	42.583.418,20	44.881.230,65	6.320.474,81	(6.924.000,03)	74.220.174,01	
Capitalização	42.583.418,20	42.444.506,77	6.311.578,18	(6.870.908,73)	71.845.438,06	
P.P.R.		2.436.723,88	8.896,63	(53.091,30)	2.374.735,95	
Valorizados ao custo amortizado	2.277.754,24	45.510,00	258.380,77	53.709,49	2.118.592,96	
Capitalização						
P.P.R.	2.277.754,24	45.510,00	258.380,77	53.709,49	2.118.592,96	
<b>Total</b>	<b>44.861.172,44</b>	<b>44.926.740,65</b>	<b>6.578.855,58</b>	<b>(6.870.290,54)</b>	<b>76.338.766,97</b>	

Passivos financeiros	2021					EUROS
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final	
Valorizados ao justo valor	5.703.369,41	36.746.609,81	740.820,13	874.259,11	42.583.418,20	
Capitalização	5.703.369,41	36.746.609,81	740.820,13	874.259,11	42.583.418,20	
P.P.R.						
Valorizados ao custo amortizado	2.505.943,87	51.950,00	338.548,96	58.409,33	2.277.754,24	
Capitalização						
P.P.R.	2.505.943,87	51.950,00	338.548,96	58.409,33	2.277.754,24	
<b>Total</b>	<b>8.209.313,28</b>	<b>36.798.559,81</b>	<b>1.079.369,09</b>	<b>932.668,44</b>	<b>44.861.172,44</b>	

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Passivos financeiros	2022			EUROS
	Justo valor - níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Total	
Valorizados ao justo valor	71.845.438,06		71.845.438,06	
Capitalização	71.845.438,06		71.845.438,06	
Valorizados ao custo amortizado		1.922.113,07	1.922.113,07	
Capitalização				
P.P.R.		1.922.113,07	1.922.113,07	
<b>Total</b>	<b>71.845.438,06</b>	<b>1.922.113,07</b>	<b>73.767.551,13</b>	

Passivos financeiros	2021			EUROS
	Justo valor - níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Total	
Valorizados ao justo valor	42.583.418,20		42.583.418,20	
Capitalização	42.583.418,20		42.583.418,20	
Valorizados ao custo amortizado		2.692.086,44	2.692.086,44	
Capitalização				
P.P.R.		2.692.086,44	2.692.086,44	
<b>Total</b>	<b>42.583.418,20</b>	<b>2.692.086,44</b>	<b>45.275.504,64</b>	

# 16 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica apresentava os movimentos que ocorreram no exercício de 2022 conforme quadro abaixo:

Passivos de locação	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Novas locações/ atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	
Passivos de locação - Imóveis	610.759,62	2.056,81	104.084,56	11.493,29		497.238,58
Passivos de locação - Outros	24.931,39	2.739,32	8.166,08	817,61	7.479,73	11.207,29
<b>Total</b>	<b>635.691,01</b>	<b>4.796,13</b>	<b>112.250,64</b>	<b>12.310,90</b>	<b>7.479,73</b>	<b>508.445,87</b>

Passivos de locação	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Novas locações/ atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	
Passivos de locação - Imóveis	723.256,71		98.738,76	13.758,33		610.759,62
Passivos de locação - Outros	36.497,96	23.595,50	12.270,85	2.222,81	20.668,41	24.931,39
<b>Total</b>	<b>759.754,67</b>	<b>23.595,50</b>	<b>111.009,61</b>	<b>15.981,14</b>	<b>20.668,41</b>	<b>635.691,01</b>

No quadro abaixo, apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Passivos de locação	2022			Total fluxos	Saldo final
	Análise maturidade - fluxos caixa contratuais não descontados				
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação - Imóveis	127.723,56	393.937,43		521.660,99	497.238,58
Passivos de locação - Outros	7.005,00	4.689,46		11.694,46	11.207,29
<b>Total</b>	<b>134.728,56</b>	<b>398.626,89</b>		<b>533.355,45</b>	<b>508.445,87</b>

Passivos de locação	2021			Total fluxos	Saldo final
	Análise maturidade - fluxos caixa contratuais não descontados				
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de Locação - Imóveis	127.029,42	512.728,92	6.852,27	646.610,61	610.759,62
Passivos de Locação - Outros	12.751,92	13.753,77		26.505,69	24.931,39
<b>Total</b>	<b>139.781,34</b>	<b>526.482,69</b>	<b>6.852,27</b>	<b>673.116,30</b>	<b>635.691,01</b>

# 17 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Rubrica	2022	2021	EURS
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>			
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>	<b>1.097.302,08</b>	<b>1.159.412,45</b>	
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	239.615,84	280.058,31	
Mediadores	468.973,37	557.399,06	
Outros saldos credores por operações de seguro direto	388.712,87	321.955,08	
<b>Contas a pagar por operações de resseguro</b>	<b>54.661,32</b>	<b>208.393,68</b>	
<b>Contas a pagar por outras operações</b>	<b>230.929,66</b>	<b>589.200,24</b>	
Fornecedores	196.800,19	143.675,59	
Outros credores	34.129,47	445.524,65	
<b>Total</b>	<b>1.382.893,06</b>	<b>1.957.006,37</b>	

# 18 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	2022	2021	EURS
<b>Acréscimos de gastos com o pessoal</b>	<b>452.286,87</b>	<b>429.564,45</b>	
Subsídio de férias e mês de férias	326.807,16	311.099,94	
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	125.479,71	118.464,51	
<b>Outros acréscimos de gastos</b>	<b>1.185.183,45</b>	<b>855.590,86</b>	
Incentivos a pessoal	309.764,75	381.222,39	
Incentivos a mediadores	659.302,13	319.366,92	
Trabalhos especializados	52.720,87	126.701,55	
Outros acréscimos	163.395,70	28.300,00	
<b>Total</b>	<b>1.637.470,32</b>	<b>1.285.155,31</b>	

# 19 OUTRAS PROVISÕES

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Rubrica	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Outras provisões				
Outras provisões	165.000,00		141.556,89	23.443,11
<b>Total</b>	<b>165.000,00</b>		<b>141.556,89</b>	<b>23.443,11</b>

Rubrica	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Outras provisões				
Outras provisões	210.000,00	(45.000,00)		165.000,00
<b>Total</b>	<b>210.000,00</b>	<b>(45.000,00)</b>		<b>165.000,00</b>

A provisão diz respeito a um processo judicial colocado por um cliente.

# 20 CAPITAL

## 20.1. Composição do Capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2022, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 euros cada:

Entidade acionista	2022		2021	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE - Seguros Gerais	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
<b>Total</b>	<b>4.200.000</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>4.200.000</b>	<b>21.000.000,00</b>

## 20.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2022	2021
Resultado líquido	1.402.819,22	754.740,03
Número médio de ações	4.200.000	4.200.000
<b>Resultado por ação (em euros)</b>	<b>0,33</b>	<b>0,18</b>

## 20.3. Dividendos por ação

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propõe que o resultado positivo do exercício de 2022, no montante de 1.402.819,22 euros (um milhão quatrocentos e dois mil oitocentos e dezanove euros e vinte e dois cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 140.281,92 euros
- Reserva livre: 1.262.537,30 euros

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que, segundo as IFRS, devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

No quadro abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2022 e 2021 em cada uma das reservas:

Demonstração das variações das reservas	2022			
	Saldo inicial	Aumentos/diminuições	Imparidades/reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	20.558.992,63	6.911.326,27	(29.887.155,20)	(2.416.836,30)
Ações/Unidades de participação de fundos investimento	3.690.951,80		(1.279.638,91)	2.411.312,89
Títulos de dívida	26.030.535,30		(28.607.516,29)	(2.576.980,99)
Participação nos resultados a atribuir	(9.162.494,47)	6.911.326,27		(2.251.168,20)
Reserva por impostos diferidos	(3.275.537,20)	5.020.065,23		1.744.528,03
Outras reservas	8.665.554,51	754.740,03	(37,83)	9.420.256,71
Reserva legal	1.770.123,35	75.474,00		1.845.597,35
Outras reservas	8.562.587,63	679.266,03		9.241.853,66
Reserva por impostos correntes	(1.667.156,47)		(37,83)	(1.667.194,30)
<b>Total</b>	<b>25.949.009,94</b>	<b>12.686.131,53</b>	<b>(29.887.193,03)</b>	<b>8.747.948,44</b>

Demonstração das variações das reservas	2022			
	Saldo inicial	Aumentos/diminuições	Imparidades/reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	24.765.649,83	3.987.289,43	(8.193.946,63)	20.558.992,63
Ações/Unidades de participação de fundos investimento	1.454.879,37	2.236.072,43	-	3.690.951,80
Títulos de dívida	34.224.481,93		(8.193.946,63)	26.030.535,30
Participação nos resultados a atribuir	(10.913.711,47)	1.751.217,00		(9.162.494,47)
Reserva por impostos diferidos	(4.036.077,51)	760.540,31		(3.275.537,20)
Outras reservas	5.594.667,55	3.070.886,96		8.665.554,51
Reserva legal	1.481.598,88	288.524,47		1.770.123,35
Outras reservas	5.965.867,44	2.596.720,19		8.562.587,63
Reserva por impostos correntes	(1.852.798,77)	185.642,30		(1.667.156,47)
<b>Total</b>	<b>26.324.239,87</b>	<b>7.818.716,70</b>	<b>(8.193.946,63)</b>	<b>25.949.009,94</b>

O valor apresentado na rubrica de outras reservas, no saldo final do exercício de 2022, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05 euros.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE – Seguros Gerais, SA.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

# 22 PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2022, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 28.987.741,26 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

	2022	EURS
Prémios brutos emitidos de seguro direto		28.987.741,26
Relativos a contratos individuais	26.476.258,50	
Relativos a contratos de grupo	2.511.482,76	28.987.741,26
Periódicos	16.633.594,69	
Não periódicos	12.219.742,46	
Periódicos/Não periódicos	134.404,11	28.987.741,26
De contratos sem participação nos resultados	18.639.114,84	
De contratos com participação nos resultados	10.348.626,42	28.987.741,26
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
<b>Saldo de resseguro</b>		<b>434.921,25</b>

	2021	EURS
Prémios brutos emitidos de seguro direto		23.723.075,48
Relativos a contratos individuais	21.263.210,14	
Relativos a contratos de grupo	2.459.865,34	23.723.075,48
Periódicos	16.921.271,07	
Não periódicos	6.673.473,51	
Periódicos/Não periódicos	128.330,90	23.723.075,48
De contratos sem participação nos resultados	11.222.583,02	
De contratos com participação nos resultados	12.500.492,46	23.723.075,48
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
<b>Saldo de resseguro</b>		<b>696.383,35</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” apresentam a seguinte composição:

	2022	2021	EURS
<b>Conceito</b>			
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro			
Prémios brutos emitidos	28.987.741,26	23.723.075,48	
Prémios de resseguro cedido	2.228.916,95	2.219.121,29	
Prémios líquidos de resseguro	26.758.824,31	21.503.954,19	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	58.272,76	(22.281,22)	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	7.901,20	(7.410,45)	
Prémios não adquiridos (variação)	50.371,56	(14.870,77)	
<b>Total</b>	<b>26.708.452,75</b>	<b>21.518.824,96</b>	

	2022	2021	EURS
<b>Conceito</b>			
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro			
Prémios brutos emitidos	28.987.741,26	23.723.075,48	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	58.272,76	(22.281,22)	
Prémios brutos adquiridos	28.929.468,50	23.745.356,70	
Prémios de resseguro cedido	2.228.916,95	2.219.121,29	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	7.901,20	(7.410,45)	
Prémios de resseguro cedido adquiridos	2.221.015,75	2.226.531,74	
<b>Total</b>	<b>26.708.452,75</b>	<b>21.518.824,96</b>	



## 23 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	EURS	
	2022	2021
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes Pagos	32.569.339,00	32.536.984,10
Montantes Brutos	33.332.399,56	33.101.114,68
Parte dos resseguradores	763.060,56	564.130,58
Provisão para sinistros (variação)	(773.359,77)	3.593.180,34
Montantes Brutos	(247.440,92)	4.195.207,07
Parte dos resseguradores	525.918,85	602.026,73
<b>Total</b>	<b>31.795.979,23</b>	<b>36.130.164,44</b>

Conceito	EURS	
	2022	2021
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	33.084.958,64	37.296.321,75
Montantes Pagos	33.332.399,56	33.101.114,68
Provisão para sinistros (variação)	(247.440,92)	4.195.207,07
Custos com sinistros parte dos resseguradores	1.288.979,41	1.166.157,31
Montantes Pagos	763.060,56	564.130,58
Provisão para sinistros (variação)	525.918,85	602.026,73
<b>Total</b>	<b>31.795.979,23</b>	<b>36.130.164,44</b>

## 24 PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade acionista	EURS			EURS		
	2022			2021		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	(6.470.864,03)		(6.470.864,03)	(15.400.310,78)		(15.400.310,78)
<b>Total</b>	<b>(6.470.864,03)</b>		<b>(6.470.864,03)</b>	<b>(15.400.310,78)</b>		<b>(15.400.310,78)</b>

## 25 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade acionista	EURS			EURS		
	2022			2021		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro (variação)	293.009,87		293.009,87	601.795,21		601.795,21
<b>Total</b>	<b>293.009,87</b>		<b>293.009,87</b>	<b>601.795,21</b>		<b>601.795,21</b>

## 26 OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade acionista	2022			2021			EURS
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)</b>							
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	(8.098.126,40)		(8.098.126,40)	(3.495.181,64)		(3.495.181,64)	
<b>Total</b>	<b>(8.098.126,40)</b>		<b>(8.098.126,40)</b>	<b>(3.495.181,64)</b>		<b>(3.495.181,64)</b>	

## 27 CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

### 27.1. Por Natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se no quadro ao lado, um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2022 e 2021:

Rubrica	2022	2021	EURS
Pessoal	3.797.748,58	4.009.257,49	
Viagens e relações públicas	145.788,56	145.815,41	
Locais e Imóveis	277.615,04	282.849,31	
Informática	656.204,68	1.019.026,63	
Publicidade	86.044,09	73.539,03	
Campanhas comerciais	94.410,58	21.559,54	
Serviços profissionais externos	238.458,06	397.503,71	
Outros gastos internos	1.031.439,35	999.815,57	
<b>Total</b>	<b>6.327.708,94</b>	<b>6.949.366,69</b>	

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de "Serviços profissionais externos".

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2022 e de 2021 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2022	2021	EURS
Serviços de revisão legal de contas	29.967,50	29.569,00	
Outros serviços	20.349,00	17.182,00	
<b>Total</b>	<b>50.316,50</b>	<b>46.751,00</b>	

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

Âmbito	EURS	
	2022	2021
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	12.310,90	15.981,14
Gastos relativos a locações de curta duração	2.498,14	5.044,16
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	81.884,39	64.169,26
<b>Total</b>	<b>96.693,43</b>	<b>85.194,56</b>

As quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 2.498,14 euros, repartido em 221,49 euros relativo a rendas de imóveis e 2.276,65 euros relacionado com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 81.884,39 euros, relativo a aluguer de equipamento informático.

## 27.2. Por Funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções: sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

- Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e

– A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

- Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Custos e gastos por natureza a imputar	2022			Total	EURS
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos		
Custos com pessoal	891.925,79	2.850.870,24	54.952,55	3.797.748,58	
Fornecimentos e serviços externos	307.176,51	1.183.845,43	18.666,41	1.509.688,35	
Impostos e taxas	9.617,81	30.255,57	576,42	40.449,80	
Amortizações do exercício	58.445,90	186.811,08	376.076,01	621.332,99	
Outras provisões					
Juros suportados	2.880,74	9.248,31	181,85	12.310,90	
Comissões			346.178,32	346.178,32	
<b>TOTAL</b>	<b>1.270.046,75</b>	<b>4.261.030,63</b>	<b>796.631,56</b>	<b>6.327.708,94</b>	

Custos e gastos por natureza a imputar	2021			Total	EURS
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos		
Custos com pessoal	809.611,74	3.147.900,37	51.745,38	4.009.257,49	
Fornecimentos e serviços externos	359.425,83	1.530.094,45	23.210,90	1.912.731,18	
Impostos e taxas	6.817,56	25.530,76	436,94	32.785,26	
Amortizações do exercício	53.980,72	209.020,78	436.940,68	699.942,18	
Outras provisões	(9.480,64)	(34.971,86)	(547,50)	(45.000,00)	
Juros suportados	3.221,10	12.542,44	217,60	15.981,14	
Comissões			323.669,44	323.669,44	
<b>TOTAL</b>	<b>1.223.576,31</b>	<b>4.890.116,94</b>	<b>835.673,44</b>	<b>6.949.366,69</b>	

## 28 CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2022 e 2021, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Âmbito	EURS	
	2022	2021
Custos Imputados	3.048.415,15	3.612.955,47
Comissões de mediação	2.531.123,89	2.641.418,23
Outros	533.300,84	388.628,12
<b>Total</b>	<b>6.112.839,88</b>	<b>6.643.001,82</b>

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (“*Profit Commissions*”).

## 29 GASTOS COM O PESSOAL

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2022, era de 83, mais três do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/categoria	N.º de trabalhadores
<b>Dirigente</b>	<b>1</b>
Diretor	1
<b>Gestor</b>	<b>6</b>
Gestor Comercial	2
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	1
<b>Operacional</b>	<b>61</b>
Coordenador Operacional	13
Especialista Operacional	48
<b>Técnico</b>	<b>15</b>
Técnico	15
<b>Total</b>	<b>83</b>

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2022 e 2021, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	EURS	
	2022	2021
Remunerações	2.768.089,21	2.941.066,77
Dos órgãos sociais		
Do pessoal	2.768.089,21	2.941.066,77
Encargos sobre remunerações	796.838,25	772.730,80
Benefícios pós-emprego	40.339,21	46.901,23
Planos de contribuição definida	40.339,21	46.901,23
Planos de benefícios definidos		
Outros benefícios a longo prazo dos empregados		
Benefícios de cessação de emprego	68.279,39	108.457,25
Seguros obrigatórios	85.001,43	74.845,45
Gastos de ação social	6.965,27	6.869,12
Outros gastos com o pessoal	32.235,82	58.386,87
<b>Total</b>	<b>3.797.748,58</b>	<b>4.009.257,49</b>

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é composto por quatro membros, um dos quais, o seu Presidente, que apenas auferir remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

# 30 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado, em 29 de janeiro de 2016, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Mas em 2020, foi celebrado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revogou as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de três anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e os sindicatos (STAS, SISEP e SINAPSA) representativos do setor.

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para este acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

## 30.1. Plano de contribuição definidas

### a) Descrição geral do plano

O disposto no ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores, em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez, concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52º do ACT.

Este plano individual de reforma, deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2022 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

	EURS	
Conceito	2022	2021
Contribuição para o Plano Individual de Reforma para os trabalhadores no activo	40.339,21	46.901,23
<b>Total</b>	<b>40.339,21</b>	<b>46.901,23</b>

A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo VII do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19, o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

## b) Universo do plano

Fazem parte do plano 75 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao ACT/2020.

## 30.2. Plano de benefícios definidos

### a) Descrição geral do plano

Com a entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020), publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas, anteriormente subscritas, e tendo em conta que o mesmo foi subscrito pelos sindicatos representativos do setor e por todos os colaboradores não sindicalizados, o plano de benefícios definido, que ainda vigorava para os colaboradores que tinham optado pelo CCT/2008, acabou por ser convertido para o Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

Sendo assim, a partir de 2020, deixa de existir um plano de benefícios definidos para os colaboradores ativos.

Além disso, durante a vigência do plano de benefícios definidos, nunca se verificou a reforma de nenhum colaborador abrangido pelo plano, pelo que a Companhia não tem qualquer responsabilidade com pensões em pagamento.

### b) Veículo de financiamento utilizado

As apólices que estavam em vigor ao abrigo deste plano para os colaboradores no ativo foram convertidas no Plano Individual de Reforma (PIR), conforme previsto no ACT/2020.

### c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

Não existem ativos passados nos exercícios de 2022 e 2021.

### d) Responsabilidade passada

Não existem responsabilidades passadas nos exercícios de 2022 e 2021

# 31 RENDIMENTOS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e juros de empréstimos sobre apólices, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados, nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

	2022			EUROS
Rendimentos/réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total	
De ativos disponíveis para venda	6.416.732,72		6.416.732,72	
de juros de títulos de dívida	5.725.774,13		5.725.774,13	
de dividendos de ações	213.134,52		213.134,52	
de rendimento unidades de participação	20.377,01		20.377,01	
de rendimento custo amortizado	457.447,06		457.447,06	
De ativos classificados justo valor por via g&p		1.357.859,53	1.357.859,53	
de juros de títulos de dívida		1.305.616,80	1.305.616,80	
de rendimento custo amortizado		52.242,73	52.242,73	
De outros		1.116,50	1.116,50	
de empréstimos sobre apólices		1.116,50	1.116,50	
<b>Total</b>	<b>6.416.732,72</b>	<b>1.358.976,03</b>	<b>7.775.708,75</b>	

	2021			EUROS
Rendimentos/réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total	
De ativos disponíveis para venda	6.808.562,74		6.808.562,74	
de juros de títulos de dívida	5.941.710,86		5.941.710,86	
de dividendos de ações	199.924,70		199.924,70	
de rendimento unidades de participação	10.954,75		10.954,75	
de rendimento custo amortizado	655.972,43		655.972,43	
De ativos classificados justo valor por via g&p		1.612.814,60	1.612.814,60	
de juros de títulos de dívida		1.562.296,20	1.562.296,20	
de rendimento custo amortizado		50.518,40	50.518,40	
De outros		281,27	281,27	
de empréstimos sobre apólices		281,27	281,27	
<b>Total</b>	<b>6.808.562,74</b>	<b>1.613.095,87</b>	<b>8.421.658,61</b>	

## 32 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função "Investimentos" e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Gastos financeiros	2022			EUROS
	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	
Gasto custo amortizado	1.438.990,09		209.620,09	1.648.610,18
Perdas em passivos financeiros		618,19		618,19
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			796.631,56	796.631,56
<b>Total</b>	<b>1.438.990,09</b>	<b>618,19</b>	<b>1.006.251,65</b>	<b>2.445.859,93</b>

Gastos financeiros	2021			EUROS
	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	
Gasto custo amortizado	1.349.577,34		404.022,46	1.753.599,80
Perdas em passivos financeiros		58.409,33		58.409,33
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			835.673,44	835.673,44
<b>Total</b>	<b>1.349.577,34</b>	<b>58.409,33</b>	<b>1.239.695,90</b>	<b>2.647.682,57</b>

## 33 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Ganhos e perdas em investimentos	2022			EUROS
	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
De ativos disponíveis para venda				
de títulos de dívida	238.989,58	262.880,65	(23.891,07)	
de ações	21.957,98	27.848,74	(5.890,76)	
<b>Total</b>	<b>260.947,56</b>	<b>290.729,39</b>	<b>[29.781,83]</b>	

Ganhos e perdas em investimentos	2021			EUROS
	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
De ativos disponíveis para venda				
de títulos de dívida	75,97	2.236,18	(2.160,21)	
de ações	362.174,46	218.514,64	143.659,82	
<b>Total</b>	<b>362.250,43</b>	<b>220.750,82</b>	<b>141.499,61</b>	

## 34 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

	2022			EUROS
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	19.798,46	12.867.154,36	(12.847.355,90)	
de títulos de dívida	18.724,34	6.140.861,18	(6.122.136,84)	
de fundos de investimento	1.074,12	6.726.293,18	(6.725.219,06)	
Juro técnico dos passivos financeiros	6.870.908,73		6.870.908,73	
<b>Total</b>	<b>6.890.707,19</b>	<b>12.867.154,36</b>	<b>(5.976.447,17)</b>	

	2021			EUROS
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.229.407,65	1.521.835,57	(292.427,92)	
de títulos de dívida	302.748,41	1.521.835,57	(1.219.087,16)	
de fundos de investimento	926.659,24		926.659,24	
Juro técnico dos passivos financeiros		874.259,11	(874.259,11)	
<b>Total</b>	<b>1.229.407,65</b>	<b>2.396.094,68</b>	<b>(1.166.687,03)</b>	

## 35 PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

	2022					EUROS
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda		548.230,29			548.230,29	
Títulos de dívida		548.230,29			548.230,29	
<b>Total</b>		<b>548.230,29</b>			<b>548.230,29</b>	

	2021					EUROS
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Alienações	Transferências	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda						
Títulos de dívida						
<b>Total</b>						



## 36 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	EURS	
	2022	2021
Outros Rendimentos/Gastos		
Gastos Técnicos	(33.842,70)	(43.390,02)
Relativos ao ramo vida	(33.842,70)	(43.390,02)
Outros	(33.842,70)	(43.390,02)
Rendimentos Técnicos	1.032.010,97	17.563,09
Relativos ao ramo vida	1.032.010,97	17.563,09
Outros	1.032.010,97	17.563,09
<b>Total</b>	<b>998.168,27</b>	<b>(25.826,93)</b>

## 37 AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	EURS	
	2022	2021
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	9.731,38	(15.934,89)
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa		
<b>Total</b>	<b>9.731,38</b>	<b>(15.934,89)</b>

## 38 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	EURS	
	2022	2021
Outros rendimentos/gastos		
Outros gastos	(173.555,16)	(78.708,94)
Gastos e perdas não correntes	(173.191,88)	(44.721,68)
Ofertas a clientes	(697,60)	(1.746,86)
Multas e penalidades	(3.168,36)	(44,50)
Outros gastos	(169.325,92)	(42.930,32)
Gastos e perdas financeiras	(363,28)	(33.987,26)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(260,06)	-
Outros gastos e perdas financeiras	(103,22)	(33.987,26)
Perdas em outros ativos tangíveis		
Outros rendimentos	90.571,71	222.522,15
Rendimentos e ganhos não correntes	4.783,62	139,49
Restituição de impostos		
Outros	4.783,62	139,49
Rendimentos e ganhos financeiros	85.788,09	222.382,66
Juros de acordos	5.345,28	6.037,29
Diferenças de câmbio favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	80.442,81	216.345,37
Outros		
Ganhos com benefícios pós-emprego		
<b>Total</b>	<b>(82.983,45)</b>	<b>143.813,21</b>

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendias, Risco, Mistos, Universal *Life*, Capitalização e Reforma (inclui PPR.'s).

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2022 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2022						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal life	Capitalização	Reforma
Contratos de seguro	0%	38%	5%	6%	26%	25%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	94%	6%

2021						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal life	Capitalização	Reforma
Contratos de seguro	0%	46%	8%	8%	1%	37%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	100%	0%

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2022 e 2021:

	2022				EUROS
Conta de ganhos e perdas	Ramos vida global	Rendas, risco, mistos e U.Life	Capitalização	Reforma	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	26.708.452,75	11.712.940,50	7.663.948,74	7.331.563,51	
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento					
Custos com sinistros líquidos de resseguro	31.795.979,23	9.357.565,94	10.906.831,96	11.531.581,33	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(6.470.864,03)	(3.312.453,70)	65.098,35	(3.223.508,68)	
Participação nos resultados líquida de resseguro	293.009,87	179.930,55		113.079,32	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(8.098.126,40)		(8.098.126,40)		
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	6.852.727,78	4.320.400,29	1.572.924,76	959.402,73	
Rendimentos Financeiros	7.775.708,75	2.142.234,23	2.869.041,61	2.764.432,91	
Gastos Financeiros	2.445.859,93	886.441,70	969.923,76	589.494,47	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(29.781,83)	1.374,86	7,53	(31.164,22)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(5.976.447,17)		(5.923.273,31)	(53.173,86)	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	548.230,29	182.743,42		365.486,87	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	998.168,27	(8.891,54)	997.413,66	9.646,15	
Outras provisões (variação)	9.731,38				
Outros rendimentos/gastos	(82.983,45)				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2.016.569,27</b>	<b>2.233.029,85</b>	<b>190.485,80</b>	<b>(314.231,55)</b>	
Imposto s/rendimento do exercício-impostos correntes	613.750,05				
Imposto s/rendimento do exercício-impostos diferidos					
<b>Resultado depois de impostos</b>	<b>1.402.819,22</b>	<b>2.233.029,85</b>	<b>190.485,80</b>	<b>(314.231,55)</b>	

Conta de ganhos e perdas	2021			
	Ramos vida global	Rendas, risco, mistos e U-Life	Capitalização	Reforma
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	21.518.824,96	12.589.697,49	128.330,90	8.800.796,57
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento				
Custos com sinistros líquidos de resseguro	36.130.164,44	10.768.873,66	15.066.735,91	10.294.554,87
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(15.400.310,78)	(3.403.719,93)	(11.660.749,45)	(335.841,40)
Participação nos resultados líquida de resseguro	601.795,21	498.062,51		103.732,70
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(3.495.181,64)		(3.495.181,64)	
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	7.549.800,43	5.202.314,30	1.346.893,50	1.000.592,63
Rendimentos Financeiros	8.421.658,61	2.370.500,14	3.302.827,72	2.748.330,75
Gastos Financeiros	2.647.682,57	790.488,59	1.218.299,49	638.894,49
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	141.499,61	49.859,11	259,73	91.380,77
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.166.687,03)		(1.166.687,03)	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)				
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(25.826,93)	(28.934,71)	1.560,78	1.547,00
Outras provisões (variação)	(15.934,89)			
Outros rendimentos/gastos	143.813,21			
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1.015.267,09</b>	<b>1.125.102,90</b>	<b>(209.705,71)</b>	<b>(59.878,20)</b>
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos correntes	260.527,06			
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos diferidos				
<b>Resultado depois de impostos</b>	<b>754.740,03</b>	<b>1.125.102,90</b>	<b>(209.705,71)</b>	<b>(59.878,20)</b>

EUROS

# 40 ENTIDADES RELACIONADAS

## 40.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE nasceu, em 1993, como **“Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España”**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou, na América Latina, a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência** e **Resseguro**, como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975, inicia as suas atividades a “FUNDACIÓN MAPFRE” e nos anos 80, MAPFRE – que já era **a primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou, nos anos 90, com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização, em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A “FUNDACIÓN MAPFRE”, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando, hoje em dia, uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e o grupo segurador líder na **América Latina**. É um dos **10 maiores grupos europeus** em volume de negócio.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes, 31.000 empregados, 5.000 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **83.000 mediadores**.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia, neste sentido, não é regularmente preparada.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-Word Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é uma das sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal, e é detida a 100% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que, por sua vez, é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

## 40.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos, nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

## 40.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de Abril, está discriminada no ponto três do Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

GRUPO MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A. E MAPFRE SANTANDER PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
Vítor Manuel da Silva Reis	
Javier del Río Martín	MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.; SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A. E MAPFRE SANTANDER PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

## 40.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

Apresentam-se, de seguida, as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as entidades relacionadas:

Conceito	Gastos		Rendimentos		EUROS
	2022	2021	2022	2021	
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	285.424,15	409.044,70	264.308,82	258.909,10	
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	1.599,84	1.599,84			
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	346.198,59	323.669,44	695.175,00		
<b>Total</b>	<b>633.222,58</b>	<b>734.313,98</b>	<b>959.483,82</b>	<b>258.909,10</b>	

Conceito	Operações gerais		EUROS
	2022	2021	
Saldos a receber e a pagar	(144.761,02)	6.160,61	
Depósitos	(326.428,47)	(.04)	
<b>Total</b>	<b>(471.189,49)</b>	<b>6.160,57</b>	

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro cedido		EUROS
	2022	2021	
Prémios	2.228.916,95	2.219.121,29	
Sinistros recebidos	763.060,56	564.130,58	
Variação de provisões técnicas	599.721,52	668.944,98	
Comissões	497.115,09	363.991,08	
Juros sobre depósitos			

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro cedido		EUROS
	2022	2021	
Saldos a receber e a pagar	(54.661,32)	(206.000,07)	
Provisões técnicas	2.893.271,17	2.279.483,40	
<b>Total</b>	<b>2.838.609,85</b>	<b>2.073.483,33</b>	

Entidade	Tipo de relação/transacção	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Operações de resseguro				Outras operações		EUROS
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas			Balanco	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			
<b>EM PORTUGAL</b>											
MAPFRE - SEGUROS GERAIS	Seguradora/Segurado									69.927,33	192.838,64
	Pagamentos/Recebimentos Lançados em Conta Corrente									711,09	
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										66.594,79
	Resseguradora			(42.650,76)	491.103,33	387.308,18			3.865,08		
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Seguradora/Segurado										1.145,19
	Proprietário/Arrendatário		(133,32)							1.599,84	
IBEROASSISTENCIA	Seguradora/Segurado										527,80
	Prestação serviços assistência/apoio telefónico sim24									2.243,09	
MAPFRE RE	Seguradora/Segurado										3.202,40
	Resseguradora			(10.817,30)	64.196,43	10,59			3.081,83		

Entidade	Tipo de relação/transacção	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Operações de resseguro				Outras operações		EUROS
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas			Balanco	Custo	Proveito	
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			
<b>EM ESPANHA</b>											
MAPFRE INVERSION	Entidade gestora dos investimentos financeiros da mapfre seguros da vida	(326.428,47)	4.668,51							39.242,68	
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação Serviços de Gestão dos Investimentos Financeiros		(149.296,21)							306.955,91	
	Fee comercialização fundos										695.175,00
MAPFRE RE	Resseguradora			(1.193,26)	1.673.617,19	109.796,32	1.362.782,08		2.886.324,26		
MAPFRE GLOBAL RISKS	Resseguradora									3.690,00	
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA	Realização Estudos Actuariais									10.985,29	
MAPFRE SA	Prestação Serviços no Âmbito da Formação									197.867,35	
MAPFRE TECH	Prestação Serviços no Âmbito Informático	(326.428,47)	(144.761,02)	(54.661,32)	2.228.916,95	497.115,09	1.362.782,08		2.893.271,17	633.222,58	959.483,82
<b>Total</b>											

# 41 DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

## 41.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

### a) Sensibilidade ao risco

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no “*Market Consistent Embedded Value*”. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido, ajustado o valor atual dos lucros futuros, e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Uma diminuição dos investimentos teria um impacto muito significativo, podendo reduzir o “*Value In-Force*”(VIF), restringindo-se aos contratos de seguro.
- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o “VIF”, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias;

Apresentamos, no quadro ao lado, o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no “VIF”:

Variação	2022		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>“<i>Value In-Force</i>”(VIF) do negócio</b>	<b>29.338.869,04</b>	<b>4.967.149,04</b>	<b>34.306.018,08</b>
Diminuição de 10% nos investimentos financeiros	(248.197,63)		(248.197,63)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	2.743.378,09	(384.995,25)	2.358.382,84

Variação	2021		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>“<i>Value In-Force</i>”(VIF) do negócio</b>	<b>34.104.880,37</b>	<b>3.317.835,79</b>	<b>37.422.716,16</b>
Diminuição de 10% nos investimentos financeiros	(365.086,98)		(365.086,98)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	(1.747.629,24)	38.366,91	(1.709.262,33)

### b) Sensibilidade dos passivos à taxa de juro

A partir dos fluxos do “*Market Consistent Embedded Value*” (sem gastos de administração), foram determinadas as TIRs implícitas nas reservas de balanço, por modalidade. Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIR’s e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo, consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos, abaixo, o impacto que as alterações aos pressupostos, acima mencionados, causariam no resultado antes de impostos:

Variação	Impacto no resultado antes de impostos		EUROS
	2022	2021	
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	9.620.474,35	10.361.300,73	
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(11.046.886,79)	(11.904.273,72)	

### c) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Rubrica	2022						
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma	Total
Prémios brutos emitidos	46.191,04	10.846.192,28	1.446.816,72	1.653.028,97	7.663.948,74	7.331.563,51	28.987.741,26
Prémios de resseguro cedido		2.221.309,78	3.986,39	3.620,78			2.228.916,95
% Composição da carteira	0,2%	37,4%	5,0%	5,7%	26,4%	25,3%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	79,5%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	92,3%

Rubrica	2021						
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	Reforma	Total
Prémios brutos emitidos	27.439,64	10.970.709,77	1.818.439,36	1.977.359,24	128.330,90	8.800.796,57	23.723.075,48
Prémios de resseguro cedido		2.209.723,07	4.795,30	4.602,92			2.219.121,29
% Composição da carteira	0,1%	46,2%	7,7%	8,3%	0,5%	37,1%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	79,9%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	90,6%

		2022		
Contratos de resseguro		Risco	Mistos	Universal Life
Proporcional	Quota parte	•		
	Excedente	•	•	•
	Facultativo	•		
Não Proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	•	•	•

		2021		
Contratos de resseguro		Risco	Mistos	Universal Life
Proporcional	Quota parte	•		
	Excedente	•	•	•
	Facultativo	•		
Não Proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	•	•	•

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

## 41.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

### a) Risco de crédito

#### • Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 21% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 48% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 69% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

#### • Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. detêm 31% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

#### • Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico		EURS
	2022	2021	
Provisão para sinistros	2.838.489,12	2.312.570,27	
Provisão para prémios não adquiridos	221.837,49	207.771,24	
Créditos por operações de resseguro cedido	2,18		
Dívidas por operações de resseguro cedido	(54.661,32)	(208.393,68)	
<b>Total da posição líquida</b>	<b>3.005.667,47</b>	<b>2.311.947,83</b>	

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico		EURS
	2022	2021	
A	2.838.612,03	2.073.483,33	
BBB			
Sem qualificação	167.055,44	238.464,50	
<b>Total da posição líquida</b>	<b>3.005.667,47</b>	<b>2.311.947,83</b>	

#### a) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2022 e 2021:



2022

EUROS

Conceito	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão Matemática	36.712.516,66	41.512.378,47	25.270.147,84	18.249.111,99	10.625.826,44	91.789.048,50	224.159.029,90
Provisão para sinistros	11.020.724,49	1.322.641,81	731.145,51	371.509,46	222.564,29	400.035,82	14.068.621,39
Provisão para Participação nos Resultados	243.917,02	287,88	11.863,63	39.946,71	73.844,31	1.795.987,07	2.165.846,63
Provisão para Prémios não Adquiridos	1.138.813,79						1.138.813,79
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.523.458,51	5.349.933,14	4.767.096,11	4.937.557,42	4.768.645,05	71.323.371,09	96.670.061,32
Dívidas por operações de seguro directo	1.097.302,08						1.097.302,08
Dívidas por operações de resseguro	54.661,32						54.661,32
<b>Total da posição líquida</b>	<b>55.791.393,87</b>	<b>48.185.241,30</b>	<b>30.780.253,09</b>	<b>23.598.125,58</b>	<b>15.690.880,09</b>	<b>165.308.442,48</b>	<b>339.354.336,43</b>

2021

EUROS

Conceito	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão Matemática	24.730.567,81	36.146.781,84	33.360.289,63	23.411.209,59	16.899.389,58	101.819.501,68	236.367.740,13
Provisão para sinistros	14.264.629,68						14.264.629,68
Provisão para Participação nos Resultados	225.223,78	270.588,88	679.581,58	414.045,31	500.155,46	1.063.314,90	3.152.909,91
Provisão para Prémios não Adquiridos	1.056.153,52						1.056.153,52
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.684.443,41	3.382.583,43	3.132.943,69	2.804.578,36	2.736.942,70	28.727.126,39	43.468.617,98
Dívidas por operações de seguro directo	1.159.412,45						1.159.412,45
Dívidas por operações de resseguro	208.393,68						208.393,68
<b>Total da posição líquida</b>	<b>44.328.824,33</b>	<b>39.799.954,15</b>	<b>37.172.814,90</b>	<b>26.629.833,26</b>	<b>20.136.487,74</b>	<b>131.609.942,97</b>	<b>299.677.857,35</b>

### 41.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR/IBNER concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método “*pro-rata temporis*”, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

### 41.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos, no quadro abaixo, um conjunto de rácios para o conjunto de ramos da carteira da Companhia, relativos aos exercícios de 2022 e 2021:

2022

Rácios*	Ramo vida
Rácio de sinistralidade	66%
Rácio de despesas	29%
Rácio combinado	95%

\* Calculados líquidos de resseguro cedido

2021

Rácios*	Ramo vida
Rácio de sinistralidade	83%
Rácio de custos de exploração	35%
Rácio combinado	118%

\* Calculados líquidos de resseguro cedido

## 42 DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 42.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro - A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.
- Risco de câmbio - A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.
- Outros riscos de mercado - Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos. Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter, aproximadamente, 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por sectores de Atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

## 42.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

### a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:

2022					EUROS
Classificação creditícia das emissões	Justo valor				Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA		6.544.537,19			6.544.537,19
AA	298.103,39	3.914.435,75			4.212.539,14
A	45.514.999,06	1.518.174,84	1.179.063,74		48.212.237,64
BBB	129.748.601,00	30.077.647,37	10.317.902,38		170.144.150,75
BB ou menor	-				
Sem classificação	-	99.594,99	238.561,65		338.156,64
<b>Total</b>	<b>175.561.703,45</b>	<b>42.154.390,14</b>	<b>11.735.527,77</b>		<b>229.451.621,36</b>

2021					EUROS
Classificação creditícia das emissões	Justo valor				Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA					
AA	302.366,10	6.535.830,76			6.838.196,86
A	55.961.070,87	1.216.866,32	500.204,04		57.678.141,23
BBB	154.166.605,57	40.491.255,73	10.658.567,96		205.316.429,26
BB ou menor					
Sem classificação			916.526,16		916.526,16
<b>Total</b>	<b>210.430.042,54</b>	<b>48.243.952,81</b>	<b>12.075.298,16</b>		<b>270.749.293,51</b>

### b) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

2022						EUROS
Tipo de moeda	Valor contabilístico					Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos		
Euro	5.314.592,91	80.933.092,13	229.451.621,36	167.305,04		315.866.611,44
Franco Suíço	193.736,12					193.736,12
Libras						
<b>Total</b>	<b>5.508.329,03</b>	<b>80.933.092,13</b>	<b>229.451.621,36</b>	<b>167.305,04</b>		<b>316.060.347,56</b>

2021						EUROS
Tipo de moeda	Valor contabilístico					Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos		
Euro	5.826.038,87	46.375.586,62	270.749.293,51	153.075,14		323.103.994,14
Franco Suíço	206.751,33					206.751,33
Libras						
<b>Total</b>	<b>6.032.790,20</b>	<b>46.375.586,62</b>	<b>270.749.293,51</b>	<b>153.075,14</b>		<b>323.310.745,47</b>

### c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

2022										EUROS
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada	
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas										
Títulos de dívida	44.049.630,38		8.218.199,71	13.446.994,53	8.704.040,77	3.214.442,54	10.465.952,83	1,9802	3,2081	
Ativos financeiros disponíveis para venda										
Títulos de dívida	185.401.990,98	28.843.476,97	33.059.759,12	32.724.570,39	14.630.469,31	23.656.838,38	52.486.876,81	2,7101	4,0215	
<b>Total</b>	<b>229.451.621,36</b>	<b>28.843.476,97</b>	<b>41.277.958,83</b>	<b>46.171.564,92</b>	<b>23.334.510,08</b>	<b>26.871.280,92</b>	<b>62.952.829,64</b>			

2021										EUROS
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada	
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas										
Títulos de dívida	57.730.424,53	5.358.457,70		9.435.433,86	15.374.590,18	10.453.515,06	17.108.427,73	2,0182	3,5169	
Ativos financeiros disponíveis para venda										
Títulos de dívida	213.018.868,98	25.997.201,80	31.494.922,47	24.642.541,31	32.155.918,93	12.420.994,12	86.307.290,35	2,7531	5,0129	
<b>Total</b>	<b>270.749.293,51</b>	<b>31.355.659,50</b>	<b>31.494.922,47</b>	<b>34.077.975,17</b>	<b>47.530.509,11</b>	<b>22.874.509,18</b>	<b>103.415.718,08</b>			

No quadro que se segue mostra-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Capital próprio	2022	2021	EUROS
<b>Capital próprio</b>	<b>31.150.767,66</b>	<b>47.703.749,97</b>	
Aumento de 1 p.p.na taxa de juro			
Impacto no capital próprio	(199.135.204,86)	(5.724.507,59)	
Capital próprio após o impacto	(167.984.437,20)	41.979.242,38	
Diminuição de 1 p.p.na taxa de juro			
Impacto no capital próprio	199.135.204,86	5.724.507,59	
Capital próprio após o impacto	230.285.972,52	53.428.257,56	

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

2022			EUROS
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR	
Instrumentos de Rendimento Variável	86.441.421,16	12.935.760,00	
<b>Total</b>	<b>86.441.421,16</b>	<b>12.935.760,00</b>	
2021			EUROS
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR	
Instrumentos de Rendimento Variável	52.408.376,82	13.186.085,14	
<b>Total</b>	<b>52.408.376,82</b>	<b>13.186.085,14</b>	

#### d) Risco de concentração

No quadro abaixo apresenta-se a exposição por sector do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2022 e 2021:

Setor de atividade	EURS	
	2022	2021
Dívida Pública e Outros Emissores Públicos	175.561.703,45	210.430.042,54
Instituições Financeiras	124.235.882,17	95.852.269,02
Industriais	5.362.639,87	4.954.643,22
Petrolíferas	3.634.281,72	3.841.489,07
Comunicações	3.405.517,79	1.917.331,13
Energia & Meio Ambiente	2.383.898,75	4.028.698,51
Distribuição	360.995,95	414.455,31
Construção	332.412,61	343.951,25
Consultadoria	264.431,84	304.927,64
Saúde	238.561,65	916.526,16
Transportes	112.716,72	153.336,48
<b>Total</b>	<b>315.893.042,52</b>	<b>323.157.670,33</b>

#### e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores ao encerramento dos exercícios de 2022 e 2021:

Conceito	2022							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.055.249,51							5.055.249,51
Ativos financeiros disponíveis para venda	37.929.486,17	52.417.615,12	52.250.868,46	26.662.874,17	28.845.209,50	155.879.335,16		353.985.388,58
Empréstimos concedidos e contas a receber	17.964,53	17.030,20	40.134,63	8.975,54	24.150,95	59.419,25		167.675,10
Contas a receber por operações de seguro direto	1.665.411,05							1.665.411,05
Contas a receber por operações de resseguro	2,18							2,18
<b>Total Ativo</b>	<b>44.668.113,44</b>	<b>52.434.645,32</b>	<b>52.291.003,09</b>	<b>26.671.849,71</b>	<b>28.869.360,45</b>	<b>155.938.754,41</b>		<b>360.873.726,42</b>
<b>Passivo</b>								
Provisão matemática	36.712.516,66	41.512.378,47	25.270.147,84	18.249.111,99	10.625.826,44	91.789.048,50		224.159.029,90
Provisão para sinistros	11.020.724,49	1.322.641,81	731.145,51	371.509,46	222.564,29	400.035,82		14.068.621,39
Provisão para participação nos resultados	243.917,02	287,88	11.863,63	39.946,71	73.844,31	1.795.987,07		2.165.846,63
Provisão para prémios não adquiridos	1.138.813,79							1.138.813,79
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.523.458,51	5.349.933,14	4.767.096,11	4.937.557,42	4.768.645,05	71.323.371,09		96.670.061,32
Dívidas por operações de seguro directo	1.097.302,08							1.097.302,08
Dívidas por operações de resseguro	54.661,32							54.661,32
<b>Total Passivo</b>	<b>55.791.393,87</b>	<b>48.185.241,30</b>	<b>30.780.253,09</b>	<b>23.598.125,58</b>	<b>15.690.880,09</b>	<b>165.308.442,48</b>		<b>339.354.336,43</b>

Conceito	2021						Saldo final	EURS
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.704.329,08	-	-	-	-	-	7.704.329,08	
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.503.922,33	41.965.148,06	39.083.268,56	47.036.655,11	22.928.850,75	141.428.083,82	328.945.928,63	
Empréstimos concedidos e contas a receber	16.505,84	20.530,53	17.030,20	3.438,63	8.975,54	86.619,20	153.099,94	
Contas a receber por operações de seguro directo	3.442.039,93						3.442.039,93	
Contas a receber por operações de resseguro								
<b>Total do ativo</b>	<b>47.666.797,18</b>	<b>41.985.678,59</b>	<b>39.100.298,76</b>	<b>47.040.093,74</b>	<b>22.937.826,29</b>	<b>141.514.703,02</b>	<b>340.245.397,58</b>	
<b>Passivo</b>								
Provisão Matemática	24.730.567,81	36.146.781,84	33.360.289,63	23.411.209,59	16.899.389,58	101.819.501,68	236.367.740,13	
Provisão para sinistros	14.264.629,68	-	-	-	-	-	14.264.629,68	
Provisão para participação nos resultados	225.223,78	270.588,88	679.581,58	414.045,31	500.155,46	1.063.314,90	3.152.909,91	
Provisão para prémios não adquiridos	1.056.153,52						1.056.153,52	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.684.443,41	3.382.583,43	3.132.943,69	2.804.578,36	2.736.942,70	28.727.126,39	43.468.617,98	
Dívidas por operações de seguro directo	1.159.412,45						1.159.412,45	
Dívidas por operações de resseguro	208.393,68						208.393,68	
<b>Total do passivo</b>	<b>44.328.824,33</b>	<b>39.799.954,15</b>	<b>37.172.814,90</b>	<b>26.629.833,26</b>	<b>20.136.487,74</b>	<b>131.609.942,97</b>	<b>299.677.857,35</b>	

# 43

## DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

### 43.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às Atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de, aproximadamente, 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o “*rating A*” da Standard & Poors;

- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitam demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente, o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);

- Comissão Crescimento Todos os Canais: no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc;
- Comissão Reequilíbrio Técnico: em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações: realiza o seguimento de projetos de adequação do Back Office, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- Grupo de Trabalho de Alterações: onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade, ao longo de 2022.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

## 43.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos que assegura:

- **A quantificação global da exposição aos riscos**

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da Atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo, pelo menos, uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

- **A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos**

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos

- **O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos**

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática

- **A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização**

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.



- **Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional**

Bianualmente, é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo, que apresentem um índice de criticidade superior a 75%, é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se, no quadro abaixo, os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2022, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2022	2021
GERAL	60,55	62,66
Desenvolvimento de produtos	57,84	58,87
Emissão	67,76	65,13
Sinistros	58,72	60,65
Gestão Administrativa	57,59	58,07
Atividades Comerciais	59,80	62,72
Recursos Humanos	44,69	46,26
Comissões	55,74	60,74
Co-Seguro / Resseguro	64,19	67,26
Provisões Técnicas	50,13	47,79
Investimentos	63,87	66,83
Sistemas Tecnológicos	57,25	69,75
Atendimento ao Cliente	63,75	70,11

### 43.3. Gestão do risco de epidemia por COVID-19

Durante o ano em que convivemos com a pandemia desencadeada pela COVID-19, soubemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e o património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio, cuja ativação ocorreu em 2020, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a elevada solvência da empresa permitiu e permitirá encarar, com uma certa tranquilidade, os cenários de stress que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

### 43.4. Gestão do risco inerente ao conflito na Ucrânia

Em resposta ao atual conflito na Ucrânia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão abranger outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros resultantes das sanções aplicadas; e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias, ao longo do seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência do acima mencionado em linha com o regularmente já desenvolvido, a Companhia encontra-se a realizar procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2023.

## 44 ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Nada a divulgar.

## 45 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Para além dos temas identificados nos pontos 42.3. e 42.4. não existem outros eventos subsequentes que devam ser divulgados.

## 46 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### 46.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras.

#### Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.

As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018.

As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no, ou após, o início do primeiro período de relatório anual com início em, ou após, 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo, ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

#### Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos, ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.

As alterações devem ser aplicadas, retrospectivamente, para períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

#### Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.

As alterações devem ser aplicadas, retrospectivamente, para períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

## Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 “Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro”, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação, aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 “Agricultura” para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

## 46.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

### Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de *feedback* obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu, em 12 de fevereiro de 2021, alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são, igualmente, imateriais e, como tal, não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:

“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

### Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas, prospectivamente, às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

### Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 - 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de maio de 2021.

As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo

e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

## **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para (i) a classificação e mensuração de ativos (ii) passivos financeiros (iii) uma metodologia da cobertura e, (iv) novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio, que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia, reconhecida em OCI, será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que, claramente, representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em

instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

No que se refere a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, a norma passa a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, na sua generalidade, transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

Relativamente ao risco de crédito de um ativo financeiro que não tenha aumentado, significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando, assim, a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma empresa de seguros, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar nº 3/2018-R, emitida pela ASF.

A Companhia irá adotar esta norma em 1 de janeiro de 2023, simultaneamente com a norma IFRS 17 – Contratos de Seguro.

A esta data, a Companhia está a ultimar os impactos decorrentes da adoção desta norma. No entanto, considerando que a quase totalidade dos ativos da Companhia já está mensurada ao justo valor, os impactos esperados nos capitais próprios são reduzidos considerando as opções que a Companhia está a tomar no que respeita à classificação dos ativos.

### IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu, em 18 de maio de 2017, uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a *performance* dos contratos de seguro, com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2023.

A IFRS17 estabelece os princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Neste sentido, os contratos de investimento sem participação nos resultados e contratos de *unit linked* não são avaliados de acordo com os princípios da IFRS 17 e serão considerados no âmbito da IFRS 9, em linha com a abordagem considerada em ambiente de IFRS 4 / IAS 39.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de agrupar os contratos de seguro com riscos similares e geridos em conjunto (unidades de conta). Decorrente da análise às carteiras de contratos de seguro, as unidades de conta para o ramo Não Vida foram definidas com base na visão de risco, o que implica a separação das componentes de seguro dos contratos. As unidades de conta para o ramo Vida foram definidas com base nas características implícitas aos contratos, nomeadamente, a tipologia de risco e a sua gestão. Para resseguro, o nível de agregação foi definido ao nível do tratado de resseguro.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A onerosidade foi definida ao nível da unidade de conta sendo que cada uma é considerada onerosa ou rentável.

A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”).

Os “grupos” de contratos do ramo Vida foram mensurados da seguinte forma:

- Contratos com período de cobertura de um ano são elegíveis para o método PAA;
- Contratos de produtos financeiros com participação discricionária que passem o teste de elegibilidade são mensurados pelo método VFA;
- Os restantes contratos serão mensurados pelo método GMM.

No caso do resseguro, todos os tratados têm duração de 1 ano, pelo que são elegíveis para o método PAA.

Para além disto, a IFRS 17 estabelece que o grupo de contratos apenas pode incluir contratos que distam até um ano, entre si. Neste sentido, para o grupo de contratos mensurados pelo método PAA, as unidades de conta foram desagregadas por ano de subscrição, bem como os grupos de contratos mensurados pelo método VFA e GMM, estes também foram agregados de acordo com o ano de subscrição.

A IFRS 17 exige que uma entidade mesure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro.

A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro.

Para a determinação da margem de lucro (CSM), a IFRS 17 define três abordagens para a sua determinação na data da transição: i) Abordagem Retrospectiva Total – ou “Full Retrospective approach” (“FRA”); ii) a Abordagem Retrospectiva Modificada – ou “Modified Retrospective approach” (“MRA”); e iii) a Abordagem do Justo Valor – ou “Fair Value approach” (“FVA”).

Na transição para a IFRS 17, foram consideradas as três abordagens para a determinação da CSM, tendo por base a capacidade de aplicar a abordagem retrospectiva total.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023. Da aplicação da IFRS 17, são expectáveis os seguintes impactos nos capitais próprios: um impacto positivo pela extensão das fronteiras contratuais dos produtos de risco e um impacto negativo decorrente do reconhecimento da margem de lucro e da aplicação de uma taxa de desconto mais baixa às responsabilidades.

### 46.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

#### Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu, em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024, mas não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)

O IASB emitiu, em setembro de 2022, alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.

As alterações confirmam que:

- No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação.
- Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.

Um vendedor - locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.

As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.

De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor - locatário terá de aplicar as alterações, retrospectivamente, às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16, em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Lisboa, 23 de março de 2023

### Contabilista Certificado

Filipe Tempero

## O Conselho de Administração

### Presidente

Luis Anula Rodriguez

### Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

### Vogal

Javier del Río Martín (representado por Luis Anula Rodriguez)

### Vogal - Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

## Anexo 1.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.1.</b>							
	1.2. – Títulos estrangeiros							
	1.2.1. – Partes de capital em filiais							
	1.2.2. – Partes de capital em associadas							
	1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.9. – Outros títulos em filiais							
	1.2.10. – Outros títulos em associadas							
	1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.2.</b>							
	<b>Total 1.</b>							
	2. – OUTROS							
	2.1. – Títulos nacionais							
	2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. – Ações							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.2. – Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.4. – Outros							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.1.1.</b>							
	2.1.2. – Títulos de dívida							
	2.1.2.1. – De dívida pública							
PTOTE50E0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	106,37	1.363.715,72
PTOEA0E0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		19.014.500,00	114,95		21.857.380,94	102,75	19.536.617,60
PTOEB0E0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.484.000,00	105,61		5.791.890,94	108,13	5.929.625,49
PTOEC0E0037	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1 4/2052		320.000,00	92,48		295.948,80	50,84	162.687,32
PTOTEK0E0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		24.923.000,00	97,99		24.421.033,00	100,72	25.101.295,05
PTOTEQ0E0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		10.200.000,00	118,63		12.100.404,55	108,12	11.028.105,83

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)



(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		6.212.000,00	111,37		6.918.126,86	107,85	6.699.863,17
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		3.275.000,00	104,89		3.435.215,51	101,40	3.320.718,36
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		17.830.000,00	104,20		18.578.513,72	107,84	19.227.151,47
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		1.600.000,00	112,12		1.793.884,00	95,99	1.535.859,93
PTOTEWOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,25 4/2034		875.000,00	119,73		1.047.650,00	89,60	784.022,85
PTOTEXOEO024	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1,95 6/2029		4.380.000,00	113,75		4.982.342,62	94,50	4.138.952,98
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>95.395.500,00</b>			<b>102.578.810,84</b>		<b>98.828.615,77</b>
	2.1.2.2. – De outros emissores públicos							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.2.3. – De outros emissores							
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		1.100.000,00	99,76		1.097.372,56	102,75	1.130.272,60
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED O 5/2025		1.199.232,72	102,32		1.227.054,60	100,06	1.199.933,73
	<b>Subtotal</b>		<b>2.299.232,72</b>			<b>2.324.427,16</b>		<b>2.330.206,33</b>
	<b>Subtotal 2.1.2.</b>	<b>0</b>	<b>97.694.732,72</b>			<b>104.903.238,00</b>		<b>101.158.822,10</b>
	<b>Subtotal 2.1.</b>	<b>0</b>	<b>97.694.732,72</b>			<b>104.903.238,00</b>		<b>101.158.822,10</b>
	2.2. – Títulos estrangeiros							
	2.2.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. – Ações							
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	1.012			91,16	92.249,23	132,40	133.988,80
NL0000235190	AIRBUS SE	890			66,02	58.757,18	111,02	98.807,80
DE0008404005	ALLIANZ SE	557			200,29	111.561,20	200,90	111.901,30
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	637			55,62	35.428,79	48,55	30.926,35
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	1.089			46,88	51.048,46	56,27	61.278,03
NL0010273215	ASML HOLDING NV	800			232,05	185.642,74	503,80	403.040,00
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA SA	37.569			2,91	109.173,14	5,63	211.663,75
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	26.135			2,14	55.893,56	2,80	73.243,34
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	10.433			46,60	486.173,65	53,25	555.557,25
FR0000120644	DANONE S.A.	1.083			58,38	63.228,07	49,23	53.316,09
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	3.204			42,71	136.851,97	35,18	112.716,72

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	7.218			12,09	87.249,38	18,64	134.529,08
IT0003128367	ENEL SPA	26.093			4,70	122.706,23	5,03	131.247,79
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	4.042			21,17	85.577,44	24,47	98.907,74
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	29.246			5,36	156.839,73	10,93	319.658,78
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	14.527			24,53	356.410,97	24,85	360.995,95
DE0006231004	INFINEON TECHNOLOGIES AG	1.041			32,42	33.753,25	28,43	29.595,63
NL0011821202	ING GROEP N.V.	3.122			10,78	33.658,38	11,39	35.553,34
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	33.581			2,26	75.976,63	2,08	69.781,32
BE0003565737	KBC GROEP NV	695			72,12	50.120,96	60,08	41.755,60
FR0000120321	L'OREAL	227			337,46	76.603,07	333,60	75.727,20
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	636			374,16	237.967,38	679,90	432.416,40
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS AG	161			120,84	19.455,38	304,00	48.944,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	668			79,54	53.129,40	108,52	72.491,61
CH0012005267	NOVARTIS AG	942			53,90	50.772,46	84,67	79.756,28
FR0000133308	ORANGE S.A.	1.301			9,61	12.497,41	9,28	12.074,58
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	141			128,80	18.161,36	294,24	41.488,23
FR0000073272	SAFRAN S.A.	110			113,80	12.518,00	116,92	12.861,20
FR0000120578	SANOFI	1.240			68,06	84.395,43	89,84	111.401,60
DE0007164600	SAP SE	568			73,30	41.632,92	96,39	54.749,52
GB00BP6MXD84	SHELL PLC	2.671			19,39	51.803,56	26,48	70.728,08
DE0007236101	SIEMENS AG	2.683			85,83	230.291,45	129,64	347.824,12
IT0003153415	SNAM SPA	14.722			4,53	66.704,26	4,53	66.646,49
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	4.277			3,95	16.875,99	3,39	14.477,65
FR0000120271	TOTALENERGIES SE	4.404			38,30	168.665,13	58,65	258.294,60
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	1.577			45,49	71.740,84	46,87	73.913,99
NL00150001Y2	UNIVERSAL MUSIC GROUP BV	14.752			25,25	372.488,00	22,51	332.067,52
FR0000125486	VINCI S.A.	2.503			65,59	164.180,63	93,29	233.504,87
FR0000127771	VIVENDI SA	11.274			5,53	62.298,74	8,91	100.496,43
	<b>Subtotal</b>	<b>267.831</b>				<b>4.197.787,22</b>		<b>5.508.329,03</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2.2. – Títulos de participação								
<b>Subtotal</b>								
2.2.2.3. – Unidades de participação em fundos de investimento								
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF	139.976				139.999,26	1,01	141.929,51
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.217				150.000,00	114,76	139.643,56
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	155.982				1.885.047,82	16,33	2.546.517,29
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	31.174				2.042.820,06	73,79	2.300.366,39
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA FI	2.307.431				18.131.561,80	7,31	16.873.951,03
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA FI	4.897.159				34.734.440,69	6,58	32.232.367,92
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE FI	3.950.273				24.810.478,05	5,93	23.422.568,72
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	12,05	301.230,60
ES0138709037	FONDMAPFRE RENTA MIXTO F.I.	248.487				2.354.769,62	9,26	2.301.380,89
LU1691783135	MAPFRE AM - GLOBAL BOND I EUR	87				871,23	8,82	768,42
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR	225.750				225.750,00	1,08	242.888,82
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR	7.373				75.000,00	11,01	81.187,04
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	17.069				220.250,00	18,43	314.501,31
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL	311				31.618,97	108,67	33.790,63
<b>Subtotal</b>		<b>12.007.287</b>				<b>85.030.07,50</b>		<b>80.933.092,13</b>
2.2.2.4. – Outros								
<b>Subtotal</b>								
<b>Subtotal 2.2.1.</b>		<b>12.275.118</b>				<b>89.231.089,87</b>		<b>86.441.421,16</b>
2.2.2. – Títulos de dívida								
2.2.2.1. – De dívida pública								
XS2339399946	PRINCIPADO DE ANDORRA 1,25 5/2031		2.000.000,00	98,98		1.979.600,46	80,46	1.609.196,35
IT0005452989	REPÚBLICA DE ITALIA 0 8/2024		1.896.000,00	94,97		1.800.612,24	95,07	1.802.445,67
IT0005466013	REPÚBLICA DE ITALIA 0,95 6/2032		1.100.000,00	96,55		1.062.071,96	73,49	808.408,36
IT0005438004	REPÚBLICA DE ITALIA 1,5 4/2045		460.000,00	101,38		466.366,38	56,94	261.936,13
IT0005094088	REPÚBLICA DE ITALIA 1,65 3/2032		400.000,00	107,18		428.704,01	79,93	319.706,31
IT0005323032	REPÚBLICA DE ITALIA 2 2/2028		3.907.000,00	97,30		3.801.448,02	92,28	3.605.275,08

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		3.820.000,00	100,29		3.830.925,53	93,69	3.578.832,32
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		450.000,00	118,83		534.716,98	82,39	370.762,19
IT0005345183	REPÚBLICA DE ITALIA 2,5 11/2025		7.440.000,00	102,08		7.595.104,01	97,79	7.275.323,31
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		7.970.000,00	108,45		8.643.777,45	103,11	8.218.199,71
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		448.000,00	118,07		528.941,20	111,39	499.004,91
IT0001086567	REPÚBLICA DE ITALIA 7,25 11/2026		2.250.000,00	130,76		2.942.100,04	114,26	2.570.894,89
ES0000012H33	TESORO PÚBLICO 0 5/2024		3.600.000,00	96,57		3.476.664,00	96,10	3.459.758,40
ES0000012E85	TESORO PÚBLICO 0,25 7/2024		828.000,00	96,69		800.560,08	96,19	796.475,26
ES0000012I32	TESORO PÚBLICO 0,5 10/2031		1.300.000,00	99,58		1.294.527,00	77,98	1.013.706,61
ES0000012K20	TESORO PÚBLICO 0,7 4/2032		3.000.000,00	90,71		2.721.210,00	78,42	2.352.595,40
ES0000012G26	TESORO PÚBLICO 0,8 7/2027		300.000,00	94,55		283.644,00	90,67	272.015,18
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		3.140.000,00	103,01		3.234.619,80	92,96	2.918.819,46
ES00000127Z9	TESORO PÚBLICO 1,95 4/2026		185.000,00	106,39		196.825,20	98,09	181.474,55
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	87,15	610.030,65
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	75,25	526.773,86
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		50.000,00	137,49		68.743,33	82,26	41.128,23
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		1.650.000,00	113,72		1.876.341,80	100,22	1.653.602,33
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		860.000,00	119,10		1.024.296,00	103,84	893.006,67
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		4.510.000,00	88,98		4.013.011,00	108,80	4.907.051,13
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	102,20	2.325.024,92
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.845.000,00	100,49		2.858.880,94	106,29	3.023.983,43
ES0000012IS7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	113,76	28.439,60
ES0000012IG2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	106,68	106.676,38
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	116,79	4.975.148,43
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	111,09	1.759.654,42
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	129,81		4.148.784,35	120,16	3.840.246,31
ES00000124I1	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		3.565.000,00	109,52		3.904.281,33	121,38	4.327.310,40
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	120,01		5.004.404,91	112,34	4.684.531,28
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	121,12	817.546,16

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>75.659.000,00</b>			<b>77.958.229,95</b>		<b>76.434.984,29</b>
	2.2.2.2. - De outros emissores públicos							
EU000A1GOEH3	EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FUND O 4/2023		300.000,00	100,68		302.043,00	99,37	298.103,39
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>300.000,00</b>			<b>302.043,00</b>		<b>298.103,39</b>
	2.2.2.3. - De outros emissores							
XS2125913942	ABBVIE INC 1,5 11/2023		1.200.000,00	98,89		1.186.634,36	98,97	1.187.670,21
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	100,87	706.063,86
XS2347663507	ASTRAZENECA PLC 0,375 6/2029		500.000,00	99,94		499.680,00	83,05	415.248,54
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		300.000,00	101,20		303.588,00	100,06	300.181,91
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	99,23	992.252,22
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		200.000,00	98,70		197.400,00	92,87	185.748,35
XS2454011839	CANADIAN IMPERIAL BANK OF COMMERCE 0,375 3/2026		2.000.000,00	92,10		1.842.000,00	91,16	1.823.284,74
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		3.500.000,00	100,73		3.525.620,00	94,44	3.305.259,04
XS2544645117	COMMONWEALTH BANK OF AUSTRALIA 3,246 10/2025		1.800.000,00	100,83		1.814.904,00	100,00	1.799.963,75
XS2517103250	COMPAGNIE DE SAINT-GOBAIN 1,625 8/2025		200.000,00	97,21		194.424,00	95,90	191.800,59
XS1550135831	CREDIT AGRICOLE S.A. LONDON 1 9/2024		1.800.000,00	96,48		1.736.658,00	96,61	1.739.054,51
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 0,372 10/2024		4.200.000,00	99,88		4.194.808,78	100,48	4.220.328,01
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V. 0,8 5/2028		3.200.000,00	100,00		3.200.000,00	88,38	2.828.288,01
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V. 0,9 10/2026		2.600.000,00	100,00		2.600.000,00	92,59	2.407.378,10
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V. 0,9 12/2026		1.900.000,00	99,10		1.882.900,00	93,25	1.771.682,85
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		100.000,00	100,00		100.000,00	100,30	100.302,65
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V. 0,97 5/2028		2.200.000,00	100,00		2.199.999,47	89,59	1.970.958,00
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V. 1,01 5/2028		3.700.000,00	100,00		3.700.000,00	83,15	3.076.512,99
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V. 1,1 9/2026		1.900.000,00	100,00		1.900.000,00	96,02	1.824.304,27
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V. 1,35 9/2026		2.800.000,00	100,00		2.800.000,00	96,45	2.700.675,55
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	99,67	498.342,38
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		1.000.000,00	92,80		928.000,00	96,62	966.176,00
XS2307764238	GLENCORE CAPITAL FINANCE DAC 0,75 3/2029		750.000,00	98,52		738.870,00	77,79	583.447,25
ES0505640005	IM ACP SHORT-TERM DEBT, FT 100 3/2023		100.000,00	99,33		99.334,46	99,59	99.594,99

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 2,843 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	100,71	503.539,35
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP INC 2,504 5/2023		300.000,00	100,00		300.000,00	100,35	301.046,93
XS2004880832	MIZUHO FINANCIAL GROUP INC 0,523 6/2024		430.000,00	95,21		409.403,00	96,14	413.406,65
XS1942618023	NATIONAL AUSTRALIA BANK LTD 0,75 1/2026		2.000.000,00	93,47		1.869.400,00	92,87	1.857.362,22
XS2019814503	OMNICOM FINANCE HOLDINGS PLC 0,8 7/2027		300.000,00	93,58		280.736,87	88,14	264.431,84
FR0014002010	ORPEA 2 4/2028		900.000,00	101,17		910.530,00	26,51	238.561,65
XS2103230152	POSCO HOLDINGS INC 0,5 1/2024		200.000,00	96,21		192.427,73	96,38	192.751,10
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		2.000.000,00	100,88		2.017.500,00	95,98	1.919.653,84
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	100,46	401.827,31
XS1111559685	SANTANDER UK PLC 1,25 9/2024		1.100.000,00	97,00		1.067.011,00	96,72	1.063.926,48
XS2049616548	SIEMENS FINANCIERINGSMAATSCHAPPIJ NV 0 9/2024		800.000,00	98,53		788.240,00	95,48	763.815,20
XS2559401802	SVENSK EXPORTKREDIT AB 2,75 2/2028		1.000.000,00	99,62		996.183,00	97,54	975.447,51
XS2017471553	UNICREDIT SPA 1,25 6/2025		3.800.000,00	100,49		3.818.682,68	96,47	3.665.702,26
XS1146282634	VERIZON COMMUNICATIONS INC 1,625 3/2024		800.000,00	101,89		815.128,00	99,43	795.417,03
XS1721423462	VODAFONE GROUP PLC 1,125 11/2025		650.000,00	99,71		648.115,00	93,59	608.303,76
XS1372839214	VODAFONE GROUP PLC 2,2 8/2026		200.000,00	97,80		195.600,00	96,10	192.203,27
XS1972548231	VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES AG 1,5 10/2024		1.775.000,00	96,22		1.707.955,75	96,21	1.707.796,41
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>55.305.000,00</b>			<b>54.771.443,10</b>		<b>51.559.711,58</b>
	<b>Subtotal 2.2.2.</b>	<b>0</b>	<b>131.264.000,00</b>			<b>133.031.715,95</b>		<b>128.292.799,26</b>
	<b>Subtotal 2.2.</b>	<b>12.275.118</b>	<b>131.264.000,00</b>			<b>222.262.805,82</b>		<b>214.734.220,42</b>
	2.3 - Derivados de negociação							
	<b>Subtotal 2.3.</b>							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	<b>Subtotal 2.4.</b>							
	<b>Total 2.</b>	<b>12.275.118</b>	<b>228.958.732,72</b>			<b>327.166.043,82</b>		<b>315.893.042,52</b>
	<b>Total geral</b>	<b>12.275.118</b>	<b>228.958.732,72</b>			<b>327.166.043,82</b>		<b>315.893.042,52</b>

## Anexo 1.2. Inventário de participações e instrumentos financeiros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.1.</b>							
	1.2. – Títulos estrangeiros							
	1.2.1. – Partes de capital em filiais							
	1.2.2. – Partes de capital em associadas							
	1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. – Títulos de dívida de associadas							

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.9. – Outros títulos em filiais							
	1.2.10. – Outros títulos em associadas							
	1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.2.</b>							
	<b>Total 1.</b>							
	2. – OUTROS							
	2.1. – Títulos nacionais							
	2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. – Ações							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.2. – Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.4. – Outros							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.1.1.</b>							
	2.1.2. – Títulos de dívida							
	2.1.2.1. – De dívida pública							
PTOTE50E0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	151,03	1.936.140,90
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		19.014.500,00	114,95		21.857.380,94	111,16	21.137.349,47
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.484.000,00	105,61		5.791.890,94	165,61	9.082.108,38
PTOTECOEO037	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1 4/2052		320.000,00	92,48		295.948,80	91,81	293.781,56

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)



(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		25.123.000,00	98,04		24.629.442,92	112,99	28.385.358,11
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		10.200.000,00	118,63		12.100.404,55	118,24	12.060.371,34
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	133,00	6.532.913,84
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	102,75	7.588.056,65
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		5.405.000,00	106,61		5.762.047,19	115,68	6.252.624,02
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,40		18.875.623,72	125,67	22.720.983,93
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		1.600.000,00	112,12		1.793.884,00	114,52	1.832.370,49
PTOTEWOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,25 4/2034		875.000,00	119,73		1.047.650,00	120,61	1.055.338,48
PTOTEXOEO024	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1,95 6/2029		4.380.000,00	114,69		5.023.526,10	114,46	5.013.514,14
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>104.060.500,00</b>			<b>111.160.115,77</b>		<b>123.890.911,31</b>
	2.1.2.2. - De outros emissores públicos							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.2.3. - De outros emissores							
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		1.100.000,00	99,76		1.097.372,56	101,92	1.121.066,70
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED O 1/2022		1.741.050,90	102,32		1.781.442,79	101,27	1.763.107,45
	<b>Subtotal</b>		2.841.050,90			2.878.815,35		2.884.174,15
	<b>Subtotal 2.1.2.</b>	<b>0</b>	<b>106.901.550,90</b>			<b>114.038.931,12</b>		<b>126.775.085,46</b>
	<b>Subtotal 2.1.</b>	<b>0</b>	<b>106.901.550,90</b>			<b>114.038.931,12</b>		<b>126.775.085,46</b>
	2.2. - Títulos estrangeiros							
	2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. - Ações							
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	920			100,27	92.249,23	153,32	141.054,40
NL0000235190	AIRBUS GROUP SE	890			66,02	58.757,18	112,36	100.000,40
DE0008404005	ALLIANZ SE	557			200,29	111.561,20	207,65	115.661,05
ES0109067019	AMADEUS IT GROUP S.A.	637			55,62	35.428,79	59,64	37.990,68
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	1089			46,88	51.048,46	53,17	57.902,13
NL0010273215	ASML HOLDING NV	735			212,53	156.205,93	706,70	519.424,50

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA SA	37.569			2,91	109.173,14	5,25	197.237,25
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	26.135			2,14	55.893,56	2,94	76.849,97
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	10.433			46,60	486.173,65	60,77	634.013,41
FR0000120644	DANONE S.A.	1.083			58,38	63.228,07	54,59	59.120,97
DE0005552004	DEUTSCHE POST AG	2.712			45,01	122.061,31	56,54	153.336,48
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	7.218			12,09	87.249,38	16,30	117.653,40
IT0003128367	ENEL SPA	26.093			4,70	122.706,23	7,05	183.851,28
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	4.042			21,17	85.577,44	27,56	111.397,52
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	29.246			5,36	156.839,73	10,41	304.450,86
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	14.527			24,53	356.410,97	28,53	414.455,31
DE0006231004	INFINEON TECHNOLOGIES AG	1.041			32,42	33.753,25	40,76	42.431,16
NL0011821202	ING GROEP N.V.	3.122			10,78	33.658,38	12,24	38.219,52
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	33.581			2,26	75.976,63	2,27	76.363,19
BE0003565737	KBC GROEP NV	695			72,12	50.120,96	75,46	52.444,70
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV	1.343			39,32	52.812,25	32,77	44.003,40
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	636			374,16	237.967,38	727,00	462.372,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS AG	161			120,84	19.455,38	260,50	41.940,50
CH0038863350	NESTLE S.A.	668			79,54	53.129,40	123,00	82.166,99
CH0012005267	NOVARTIS AG	942			53,90	50.772,46	77,49	72.991,68
FR0000133308	ORANGE S.A.	1.301			9,61	12.497,41	9,41	12.246,31
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	141			128,80	18.161,36	365,91	51.592,66
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	2.671			19,39	51.803,56	19,31	51.577,01
FR0000073272	SAFRAN S.A.	110			113,80	12.518,00	107,66	11.842,60
FR0000120578	SANOFI	1.240			68,60	85.057,93	88,58	109.839,20
DE0007164600	SAP SE	568			73,30	41.632,92	124,90	70.943,20
DE0007236101	SIEMENS AG	2.683			85,83	230.291,45	152,68	409.640,44
IT0003153415	SNAM SPA	14.722			4,53	66.704,26	5,30	78.026,60

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	4.277			3,95	16.875,99	3,85	16.475,00
FR0000120271	TOTALENERGIES SE	4.404			38,30	168.665,13	44,63	196.550,52
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC	2.406			49,32	118.654,65	47,06	113.214,34
NL0015000IY2	UNIVERSAL MUSIC GROUP BV	14.752			25,25	372.488,00	24,78	365.554,56
FR0000125486	VINCI S.A.	2.503			65,59	164.180,63	92,91	232.553,73
FR0000127771	VIVENDI SA	14.752			5,43	80.045,57	11,89	175.401,28
	<b>Subtotal</b>	<b>272.605</b>				<b>4.197.787,22</b>		<b>6.032.790,20</b>
	2.2.2.2. – Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.2.2.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF	125.185				125.205,43	1,02	127.821,65
IE00B3DS7773	BLACKSTONE GSO EUR SENIOR LOAN	1.217				150.000,00	127,63	155.309,23
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	155.982				1.885.047,82	18,66	2.910.775,49
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI	31.174				2.042.820,06	85,36	2.661.110,80
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F	1.163.008				9.061.742,35	8,45	9.822.094,39
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F	2.038.720				14.677.728,54	7,40	15.083.148,81
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F	2.293.791				14.510.890,91	6,42	14.736.662,05
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	14,59	364.608,13
LU1691783135	MAPFRE AM - GLOBAL BOND I EUR	87				871,23	10,00	871,79
ES0160461002	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I FCR	225.750				225.750,00	1,01	228.931,23
ES0159751009	MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR	3.500				35.000,00	10,11	35.379,93
ES0160483006	MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	13.619				158.250,00	15,92	216.809,01
ES0108745003	SANTANDER AM ALTERNATIVE LEASING FIL	267				26.788,01	120,13	32.064,11
	<b>Subtotal</b>	<b>6.077.297</b>				<b>43.128.094,35</b>		<b>46.375.586,62</b>
	2.2.2.4. – Outros							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.2.1.</b>	<b>6.349.902</b>				<b>47.325.881,57</b>		<b>52.408.376,82</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.2.2. - Títulos de dívida							
	2.2.2.1. - De dívida pública							
XS2339399946	PRINCIPADO DE ANDORRA 1,25 5/2031		2.000.000,00	101,38		2.027.600,00	101,76	2.035.100,35
IT0005438004	REPÚBLICA DE ITALIA 1,5 4/2045		460.000,00	101,38		466.366,38	94,26	433.589,72
IT0005094088	REPÚBLICA DE ITALIA 1,65 3/2032		400.000,00	107,18		428.704,01	105,43	421.701,47
IT0005323032	REPÚBLICA DE ITALIA 2 2/2028		3.907.000,00	97,30		3.801.448,02	109,18	4.265.483,73
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		3.920.000,00	100,28		3.930.900,36	109,16	4.279.054,75
IT0005240350	REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033		450.000,00	118,83		534.716,98	113,52	510.855,35
IT0005345183	REPÚBLICA DE ITALIA 2,5 11/2025		7.540.000,00	102,08		7.697.116,51	109,07	8.224.163,43
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.470.000,00	108,45		9.186.047,05	111,40	9.435.433,86
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		448.000,00	118,07		528.941,20	149,62	670.311,60
ES0000012132	TESORO PÚBLICO 0,5 10/2031		1.300.000,00	99,58		1.294.527,00	99,55	1.294.131,56
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	108,48	976.316,42
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	100,03	4.201.408,68
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.100.000,00	70,51		1.480.740,63	100,04	2.100.896,49
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	100,30	2.958.720,20
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	99,82	698.742,02
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	95,07	665.462,80
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		50.000,00	137,49		68.743,33	131,92	65.959,82
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		1.650.000,00	113,72		1.876.341,80	109,70	1.810.000,88
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		860.000,00	119,10		1.024.296,00	112,70	969.199,32
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		4.110.000,00	86,75		3.565.427,00	150,96	6.204.525,64
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	109,90	2.500.145,32
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.845.000,00	100,49		2.858.880,94	119,86	3.410.092,60
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	166,36	41.590,90
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	115,62	115.615,38
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	168,35	7.171.642,77

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	135,05	2.139.245,76
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	181,10	5.788.102,84
ES00000124I1	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	156,25	3.695.309,69
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	105,87	2.726.265,23
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	120,01		5.004.404,91	130,34	5.435.097,92
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	147,05	992.598,63
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>71.185.000,00</b>			<b>70.862.986,16</b>		<b>86.236.765,13</b>
	2.2.2.2. - De outros emissores públicos							
EU000A1GOEH3	EUROPEAN FINANCIAL STABILITY FUND O 4/2023		300.000,00	100,68		302.043,00	100,79	302.366,10
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>300.000,00</b>			<b>302.043,00</b>		<b>302.366,10</b>
	2.2.2.3. - De outros emissores							
XS2125913942	ABBVIE INC 1,5 11/2023		1.200.000,00	98,89		1.186.634,36	103,26	1.239.095,40
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	103,18	722.285,66
XS2347663507	ASTRAZENECA PLC 0,375 6/2029		500.000,00	99,94		499.680,00	100,04	500.204,04
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	102,85	5.142.683,58
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		300.000,00	101,20		303.588,00	101,72	305.146,01
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	103,46	1.034.619,22
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		200.000,00	98,70		197.400,00	105,55	211.097,95
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	104,51	4.441.555,18
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		3.500.000,00	100,73		3.525.620,00	102,67	3.593.361,54
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 0,382 10/2024		6.900.000,00	99,92		6.894.808,78	100,66	6.945.332,99
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V. 0,8 5/2028		3.600.000,00	100,00		3.600.000,00	105,03	3.781.188,00
XS2206322708	DOURO FINANCE B.V. 0,9 10/2026		2.600.000,00	100,00		2.600.000,00	107,63	2.798.461,21
XS2241080527	DOURO FINANCE B.V. 0,9 12/2026		2.000.000,00	99,10		1.982.000,00	102,34	2.046.823,84
XS2130520120	DOURO FINANCE B.V. 0,965 2/2023		100.000,00	100,00		100.000,00	101,49	101.492,00
XS2121404656	DOURO FINANCE B.V. 0,97 5/2028		2.200.000,00	100,00		2.199.999,47	111,26	2.447.742,00
XS2079282161	DOURO FINANCE B.V. 1,01 5/2028		3.800.000,00	100,00		3.800.000,00	97,41	3.701.618,00

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(continua)

(continuação)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS2132278073	DOURO FINANCE B.V. 1,1 9/2026		2.000.000,00	100,00		2.000.000,00	111,97	2.239.440,00
XS2183147169	DOURO FINANCE B.V. 1,35 9/2026		3.000.000,00	100,00		3.000.000,00	112,29	3.368.790,01
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	104,21	521.040,88
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		1.800.000,00	93,66		1.685.878,44	99,67	1.794.033,00
XS2034622048	EP INFRASTRUCTURE AS 1,698 7/2026		700.000,00	103,57		725.018,00	104,75	733.272,18
XS2307764238	GLENCORE CAPITAL FINANCE DAC 0,75 3/2029		750.000,00	98,52		738.870,00	98,07	735.536,75
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,199 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	101,53	507.663,40
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP INC 0 5/2023		300.000,00	100,00		300.000,00	100,75	302.259,00
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		320.000,00	105,37		337.183,52	103,49	331.168,13
XS2019814503	OMNICOM FINANCE HOLDINGS PLC 0,8 7/2027		300.000,00	93,58		280.736,87	101,64	304.927,64
FR0014002010	ORPEA 2 4/2028		900.000,00	101,17		910.530,00	101,84	916.526,16
XS2103230152	POSCO POHANG IRON AND STEEL COMPANY LTD 0,5 1/2024		200.000,00	96,21		192.427,73	101,11	202.210,16
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		2.000.000,00	100,88		2.017.500,00	101,61	2.032.147,84
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	103,51	414.023,71
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S.A.U. 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	101,80	101.797,91
XS2017471553	UNICREDIT SPA 1,25 6/2025		3.800.000,00	100,49		3.818.682,68	103,09	3.917.533,43
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>55.420.000,00</b>			<b>55.073.694,63</b>		<b>57.435.076,82</b>
	<b>Subtotal 2.2.2.</b>	<b>0</b>	<b>126.905.000,00</b>			<b>126.238.723,79</b>		<b>143.974.208,05</b>
	<b>Subtotal 2.2.</b>	<b>6.349.902</b>	<b>126.905.000,00</b>			<b>173.564.605,36</b>		<b>196.382.584,87</b>
	2.3. - Derivados de negociação							
	<b>Subtotal 2.3.</b>							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	<b>Subtotal 2.4.</b>							
	<b>Total 2.</b>	<b>6.349.902</b>	<b>233.806.550,90</b>			<b>287.603.536,48</b>		<b>323.157.670,33</b>
	<b>Total geral</b>	<b>6.349.902</b>	<b>233.806.550,90</b>			<b>287.603.536,48</b>		<b>323.157.670,33</b>

## Anexo 2.1. Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2021 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2022 (3)	Reajustamentos (3)+ (2)-(1)	EUROS
<b>Vida</b>	13.882.405,82	5.908.892,78	6.892.423,22	(1.081.089,82)	
<b>Não Vida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Acidentes e doença</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Acidentes de trabalho				0,00	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas				0,00	
Doença				0,00	
Incêndio e outros danos				0,00	
<b>Automóvel</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Responsabilidade civil				0,00	
Outras coberturas				0,00	
Marítimo e transportes				0,00	
Aéreo				0,00	
Mercadorias transportadas				0,00	
Responsabilidade civil geral				0,00	
Crédito e caução				0,00	
Proteção jurídica				0,00	
Diversos				0,00	
Assistência				0,00	
<b>Total</b>	<b>13.882.405,82</b>	<b>5.908.892,78</b>	<b>6.892.423,22</b>	<b>(1.081.089,82)</b>	

\* Sinistros ocorridos no ano 2021 e anteriores

## Anexo 2.2. Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)	EUROS
<b>Vida</b>	9.687.198,75	2.778.779,44	5.338.991,96	(1.569.427,35)	
<b>Não Vida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Acidentes e doença</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Acidentes de trabalho				0,00	
Acidentes pessoais e pessoas transportadas				0,00	
Doença				0,00	
Incêndio e outros danos				0,00	
<b>Automóvel</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Responsabilidade civil				0,00	
Outras coberturas				0,00	
Marítimo e transportes				0,00	
Aéreo				0,00	
Mercadorias transportadas				0,00	
Responsabilidade civil geral				0,00	
Crédito e caução				0,00	
Proteção jurídica				0,00	
Assistência				0,00	
Diversos				0,00	
<b>Total</b>	<b>9.687.198,75</b>	<b>2.778.779,44</b>	<b>5.338.991,96</b>	<b>(1.569.427,35)</b>	

\* Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores



05

# Certificação legal das contas e relatório e parecer do conselho fiscal





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre – Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 332.406.939,57 euros e um total de capital próprio de 31.150.767,66 euros, incluindo um resultado líquido de 1.402.819,22 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mapfre – Seguros de Vida, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



### Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade) (315.893.042,52 euros)

Em 31 de dezembro de 2022, as carteiras de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda totalizam 315.893.042,52 euros, representando cerca de 95% do ativo, conforme notas 4 e 5 às demonstrações financeiras.

#### O Risco

#### A nossa resposta ao risco identificado

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.3 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para a maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido nas notas 4.2 e 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros;
- Teste à valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos;
- Teste à imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, analisando o risco de crédito dos emitentes e as variações de justo valor dos instrumentos financeiros;
- Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

2



#### Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento (297.314.862,03 euros)

Em 31 de dezembro de 2022, as Provisões Técnicas e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, no montante de 220.976.095,06 euros e 76.338.766,97 euros, respetivamente representam, em conjunto 99% do Passivo à mesma data, conforme notas 14 e 15 às demonstrações financeiras.

##### O Risco

A Entidade procede em cada data de relato a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

##### A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos;
- Análise da movimentação das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adotados pela Entidade, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado;
- Avaliação da informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

3



#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

4



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

5



#### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 25 de julho de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020. Fomos nomeados auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de março de 2021 para um terceiro mandato compreendido entre 2021 e 2023.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de março de 2023.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
  - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
  - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
  - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
  - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

6



28 de março de 2023

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**  
**(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)**  
representada por  
José Manuel Horta Nova Nunes  
(ROC n.º 1581 e registado na CMVM com o n.º 20161191)

## Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

### Senhores Acionistas

1. No âmbito legal e geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24º e 25º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas sucessivamente pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018, pela lei 7/2019, pela lei 27/2020, pela lei 58/2020, pelo decreto-lei 84/2020, e pelo decreto-lei 56/2021, tendo em conta as demais disposições legais pertinentes relativas à atividade seguradora e, em especial, às atividades das seguradoras especializadas em seguros de vida e em operações complementares, e também as disposições legais e regulamentares e relativas às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e como a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pelas suas funções específicas de supervisão quer de produtos financeiros subscritos por seguradoras do ramo vida, quer das atividades de auditoria e dos auditores que esta tem, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do já mencionado Código das Sociedades Comerciais, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mapfre Seguros de Vida SA**, tudo relativamente ao **exercício findo em 31-12-2022**.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas de 2018, para completar o mandato então em curso, e foram depois novamente designados, na assembleia geral de 26-3-2021, para o triénio 2021 a 2023, tendo o correspondente registo sido aprovado pela ASF, já em 2022, com efeito desde a data da nova designação. Assim, pertenceu já à atual configuração do Conselho Fiscal dar parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros de Vida SA relativamente aos exercícios de 2018 e posteriores.
3. O Conselho Fiscal tomou em conta de novo quanto antes recebeu, viu e disse sobre todos os documentos de contas relativos aos exercícios de 2018 a 2022, bem como os “Planos de Auditoria” da KPMG e também, da área de Auditoria Interna da Mapfre, e ainda todos os documentos que adiante identifica.
4. O Conselho Fiscal analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada periodicamente pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu Diretor Financeiro e pelo seu

## Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

Diretor de auditoria interna e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal de junho, setembro, novembro e dezembro, e ainda as informações preliminares do final de 2022 e do início de 2023, relativas já a todo o exercício de 2022 ou à sua projeção.

5. O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração, em 21-7-2022, logo após a reunião do Conselho Fiscal de 19-7-2022, o designado Relatório ORSA (“Own Risk and Solvency Assessment”), referido a 30-6-2022, estando ainda em preparação, no prazo próprio, o Relatório ORSA que se referirá a 31-12-2022.
6. O Conselho Fiscal recebeu em 10-3-2022 e analisou na reunião de 16-3-2023 o último Relatório Trimestral de Provisionamento reportado a 31-12-2022.
7. O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 8-4-2022, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o Administrador Delegado e, pelo menos, também com o mencionado Diretor Financeiro, em 20-4-2022, em 19-7-2022, em 8-11-2022, e em 15-12-2022. Realizou reuniões próprias em cada uma daquelas oportunidades e ainda em 16-3-2023, tudo sobre o exercício de 2022. Reuniu ainda nesta data de 29-3-2023, também telematicamente, para aprovar o relatório e o parecer do Conselho Fiscal da MSV sobre as contas de 2022.
8. Nas reuniões de 15-12-2022 e de 16-3-2023, estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas, e tendo-se analisado ainda, expressamente, os temas e as operações mais relevantes para as contas do exercício de 2022 e para a atividade da Sociedade, como as relativas à distribuição de resultados e a investimentos na atividade.
9. Algumas das primeiras reuniões foram realizadas telematicamente, com a participação integral do Conselho Fiscal, incluindo o vogal suplente, e com todos os interlocutores indicados nas respetivas atas.
10. O Conselho Fiscal recebeu da Sociedade, analisou e discutiu com o seu Administrador Delegado e Diretores, antes de todas as peças relativas às contas do exercício de 2022, pelo menos: “Informe de gestión” de junho de 2022, “Relatório ORSA”, de 30-6-2022, “Informe de gestión” de setembro de 2022, apresentado em reunião de 8-11-2023, e “Informe de gestión” de novembro de 2022, apresentado em reunião de 15-12-2022, e ainda a apresentação ao Conselho Fiscal sobre o encerramento de 2022, de 16-3-2023.
11. O Conselho Fiscal recebeu da KPMG, e depois analisou e discutiu em reunião de 15-12-2022 o

## Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

“Relatório para o Conselho Fiscal - Planeamento auditoria de 31-12-2022”.

12. O Conselho Fiscal recebeu ainda e apreciou favoravelmente em 19-1-2023 a comunicação legal sobre prestação de serviços distinto da auditoria.

13. O Conselho Fiscal recebeu também, em 10-3-2023, e analisou depois devidamente, em 16-3-2023, com o Administrador Delegado, com o Diretor Financeiro e com os representantes da Auditora, em versões preliminares, o Relatório de Gestão 2022 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2022 e o Balanço em 31-12-2022, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, e ainda o Relatório da Actuarial sobre as Provisões Matemáticas.

14. Na reunião de 16-3-2023, o Conselho Fiscal recebeu, do Diretor Financeiro e dos representantes da KPMG, os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2022, ao relatório da Actuarial sobre o provisionamento específico das operações de seguro de vida e operações complementares, em 31-12-2022 da MSV, e ao projeto de relatório da KPMG com conclusões sobre as contas de 2022.

15. No decurso da reunião de 16-3-2023, nos termos que resultam do próprio projeto de relatório da mesma data, os auditores da KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal; não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2022; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou de regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas; foram analisadas todas as matérias significativas, relativas a provisões técnicas, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos.

16. Todos estes pontos foram devidamente discutidos e adequadamente suportados pela administração, pela direção financeira da Sociedade, e pela KPMG.

17. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2022, como ocorrera antes relativamente à atividade e ao exercício de 2021, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e sobre a sua continuidade, e designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em seguros de vida e em operações complementares em uso na Mapfre Seguros de Vida, sobre as respetivas bases

## Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

técnicas e financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Actuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes, como aliás já se concluíra relativamente a exercícios anteriores, sem que tenham ocorrido alterações em tais metodologias, além das sugeridas ou impostas pela ASF.

18. O Conselho Fiscal teve informação regular da administração da Sociedade sobre as atividades da Sociedade.

19. O Conselho Fiscal teve ainda oportunidade de aceder regularmente à informação sobre alguns indicadores do mercado, nos sucessivos Relatórios de Evolução da Atividade Seguradora, preparados e divulgados pela ASF, aos comunicados e propostas do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, bem como a diversos documentos técnicos da EIOPA publicados em 2022, entre os se encontram as sucessivas versões do “risk dashboard” da atividade seguradora, e de outras entidades nacionais e internacionais de referência.

20. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatórios ORSA”, de 30-6-2022, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), permite concluir que a Sociedade continua adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, e que continuará a ser, comparativamente, mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade, e que, por isso mesmo, será plausível admitir que a sua atividade em 2023 se acomodará de novo, com êxito, às contingências do mercado, continuando a ser essa também a perspetiva do Conselho de Administração da Sociedade e dos Auditores da KPMG, como decorre do Relatório de Gestão da Sociedade relativo ao exercício de 2022.

21. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, como agora de novo realça, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade, e também dos auditores, a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem continuar a superar em 2023 todos os desafios que se lhe apresentam e apresentem.

22. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto em 27-3-2023, a “carta de representação” do Conselho de Administração dirigida à KPMG, e todas as peças relativas às Contas de 2022.

## Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

23. E recebeu também da KPMG, em 27-3-2022, o Relatório de Auditoria devidamente assinado e acompanhado da respetiva declaração de independência.
24. O Conselho Fiscal recebeu em 28-3-2023 a detalhada Certificação Legal das Contas, sem que o documento apresente ou sugira reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.
25. Tendo em conta o que fica como **relatório** da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu **parecer** e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros de Vida em 2022.
26. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação regular e especial recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2022, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2022, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2022.
27. O que se sabe e o que se prevê não afeta de nenhuma maneira a apreciação muito favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2022, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2022, de ter como favorável, para que a Sociedade continue a superar positivamente, e a superar comparativamente melhor, os desafios do mercado e do seu contexto sempre complexo.
28. O Conselho Fiscal também considerou prudente a proposta de aplicação integral dos resultados no reforço dos capitais próprios da Mapfre Seguros de Vida.
29. Tendo em conta quando diz e quanto fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2022;
  - Aprove as Contas relativas ao exercício de 2022 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
  - Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão, **no sentido de que o resultado líquido do exercício no montante de 1.402.819,22 euros** (um milhão quatrocentos e dois mil oitocentos e dezanove euros e vinte e dois cêntimos) **seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios da sociedade**, da seguinte forma:  
- **140.281,92 euros** (cento e quarenta mil duzentos e oitenta e um euros e noventa e dois

## Mapfre Seguros de Vida SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

- cêntimos), para reforço da **reserva legal**;
- **1.262.537,30 euros** (um milhão duzentos e sessenta e dois mil quinhentos e trinta e sete euros e trinta cêntimos) para reforço das **reservas livres**.
- d) Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 29 de março de 2023

Assinado por: **José António Ferreira Machado**  
Num. de Identificação: 04872671  
Data: 2023.03.29 17:38:55 +0100

**José Ferreira Machado**, presidente

**Luís Filipe Caldas**, vogal

**Luís Filipe Caldas**  
Assinado de forma digital por Luis Filipe Caldas  
Dados: 2023.03.29 15:19:11 +01'00'

**João Sobral do Rosário**, vogal

Assinado por: **João Francisco Baptista Colaço Sobral do Rosário**  
Num. de Identificação: 10323543  
Data: 2023.03.29 15:50:27+01'00'

**José Gabriel Chimeno**, vogal suplente

Assinado por: **Jose-Gabriel Chimeno Casero**  
Num. de Identificação: 31936717  
Data: 2023.03.29 17:16:59+01'00'

Notas:

Relatório e Parecer aprovado em reunião telemática do Conselho Fiscal de 29 de março de 2023.  
Assinado digitalmente







**RELATÓRIO E CONTAS 2022**  
**MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A.**

Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,  
Edifício Zenith – Miraflores  
1495-131 ALGÉS, Portugal

[www.mapfre.pt](http://www.mapfre.pt)



Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.

